Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br TERÇA-FEIRA, 6 DE ABRIL DE 2021 Nº 24.882 Preço banca: R$ 3,50

Mercado diminui projeção para crescimento da economia em 2021

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira este ano caiu de 3,18% para 3,17%. Esta é a quinta semana seguida de redução da projeção do Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país. A estimativa está no boletim Focus de segunda-feira (5), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para o próximo ano, a expectativa para PIB é de crescimento de 2,33%. Em 2023 e 2024, o mercado continua projetando expansão da economia em 2,50%.

No caso da taxa básica de juros, a Selic, as instituições financeiras consultadas pelo BC mantiveram a projeção para este ano, de 5% ao ano. Atualmente, a Selic está estabelecida em 2,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Para o fim de 2022, a estimativa do mercado é que a taxa básica suba para 6% ao ano. E para o fim de 2023 e 2024, a previsão é 6,50% ao ano e 6,25% ao ano, respectivamente. Página 3

Forças de segurança de SP começam a ser imunizadas contra a covid-19

Página 2

Guedes diz que não é recomendável acionar calamidade no momento

Página 3

Ceará, Santa Catarina e Rio prorrogam medidas restritivas

Página 4

Governo federal entrega 435 moradias populares no Distrito Federal

Foto/Pablo Rodrigues Pozzebom/ABr

O presidente Jair Bolsonaro e o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, participaram na segunda-feira (5) da inauguração de 435 unidades habitacionais para famílias de baixa renda em São Sebastião, cidade satélite do Distrito Federal (DF). A entrega faz parte do programa Casa Verde Amarela, do governo federal. Página 4

Brasil tem 28.645 diagnósticos e 1.319 mortes em 24 horas

O Brasil ultrapassou na segunda-feira (5) os 13 milhões de casos de covid-19 acumulados desde o início da pandemia. Com 28.645 novos diagnósticos positivos confirmados pelas autoridades de saúde, o país totalizou 13.013.601.

O número de vidas perdidas para o novo coronavírus atingiu 332.752. Em 24 horas foram registrados 1.319 óbitos.

Ainda há 3.425 mortes em investigação por equipes de saúde. Isso porque há casos em que o diagnóstico sobre a causa só sai após o óbito do paciente.

As informações estão no balanço diário do Ministério da Saúde, divulgado na noite desta segunda-feira (5).

O número de pessoas recuperadas subiu para 11.436.189. Já a quantidade de pacientes com casos ativos, em acompanhamento por equipes de saúde, ficou em 1.244.660.

Os dados em geral são menores aos domingos e segundas-feiras pela menor quantidade de trabalhadores para fazer os novos registros de casos e mortes. Já às terças-feiras eles tendem a ser maiores, já que neste dia o balanço recebe o acúmulo das informações não processadas no fim-de-semana.

Até o início da noite de segunda-feira, haviam sido distribuídas 42,9 milhões de doses de vacinas. Deste total, foram aplicadas 21,7 milhões de doses, sendo 16,9 milhões da 1ª dose e 4,7 milhões da 2ª dose. (Agencia Brasil)

Premiê britânico lança programa de testagem em massa para reabertura

O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, disse na segunda-feira (5) que todos os moradores da Inglaterra poderão fazer teste de covid-19 duas vezes por semana, em nova campanha para rastrear a pandemia, conforme os negócios são reabertos e a campanha de vacinação avança em ritmo rápido.

Johnson, que deve confirmar os planos de permitir novamente as viagens internacionais e abrir setores da economia, afirmou que o novo programa de testes em massa quebraria a cadeia de transmissões e detectaria casos sem sintomas. Página 3

Ciclone tropical mata ao menos 97 na Indonésia e no Timor Leste

Inundações e deslizamentos de terra causados pelo ciclone tropical Seroja em um grupo de ilhas do sudeste da Indonésia e do Timor Leste mataram 97 pessoas e muitas ainda estão desaparecidas, disseram autoridades na segunda-feira (5).

Ao menos 70 mortes foram relatadas em várias ilhas das províncias indonésias de Nusa Tenggara do Oeste e do Leste, e 70 pessoas estão desaparecidas, desde que o ciclone provocou marés de tempestade, deslizamentos de terra e ventos fortes em meio a chuvas intensas durante o final de semana, informou a agência de gerenciamento de desastres BNPB. Página 3

Previsão do Tempo

Terça: Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

26º C
17º C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,67
Venda: 5,67

Turismo
Compra: 5,56
Venda: 5,82

EURO
Compra: 6,69
Venda: 6,69

Esporte

Yamaha conquista segunda vitória no Catar, mas Ducati lidera campeonato

Estava desenhada uma vitória da Ducati na segunda prova da temporada que foi realizada no Catar. A fábrica italiana havia obtido a pole, além de colocar quatro motos entre os seis primeiros do grid, mas novamente a Yamaha surpreendeu e conquistou a vitória, dessa vez com Fabio Quartararo. O pódio foi completado por Zarco e Jorge Martin, que obteve a pole e o pódio já em sua segunda aparição na categoria. Desde o início sabíamos que a prova seria decidida apenas no final. Página 22

Foto/ Motogp

Zarco *lidera o campeonato*

FIA F-3: Caio Collet quebra recorde da pista e lidera testes no Red Bull Ring

Foto/ Dutch Photo Agency

Foi um final de semana muito especial para o brasileiro Caio Collet, que completou no sábado 19 anos e iniciou um novo capítulo em sua carreira com os primeiros testes como piloto oficial da FIA F-3. Após as sessões de sábado e domingo (3 e 4), o piloto da equipe MP Motorsport encerrou com o melhor tempo (1min18s592) e estabeleceu um novo recorde com o carro da categoria no circuito Red Bull Ring, em Spielberg, na Áustria. Página 22

"Invasão" de bikes nos fins de semana ressalta importância das ciclofaixas temporárias

A suspensão das ciclofaixas temporárias de lazer na capital paulista e em municípios da Grande São Paulo teve seus primeiros grandes testes nos últimos dois finais de semana. Pela determinação de muitas prefeituras, as ciclofaixas não poderão ser ativadas a partir do dia 28 de março e até que termine a fase emergencial. Isso, entretanto, não intimidou os usuários, que foram aos milhares às ruas das cidades nos dias no início do decreto e no domingo de Páscoa (4 de abril). Página 22

CNK reúne profissionais de importantes áreas do kartismo e cria time de trabalho permanente

Foto/Divulgação

A Comissão Nacional de Kart (CNK), há dois meses sob o comando de Rubens Carcasci, vem avaliando projetos e medidas em andamento, além de buscar novas alternativas para o fortalecimento e crescimento do kartismo no país.

Para atingir esses objetivos e fazendo jus ao nome do órgão, Carcasci formou uma comissão atuante e que tem se reunido virtualmente, debatendo questões importantes do esporte dentro e fora das pistas. Além do presidente da CNK, o grupo é formado pelo piloto Rodrigo Piquet, pelo chefe de equipe Nilton Amaral (New), o promotor de eventos Marcelo Motta e o engenheiro Ricardo Molina. Página 22

Forças de segurança de SP começam a ser imunizadas contra a covid-19

Os membros em atividade das forças de segurança do estado de São Paulo – Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Polícia Técnico-Científica, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Guarda Civil Metropolitana, e agentes penitenciários – começaram a receber na segunda-feira, (5) a primeira dose da vacina contra a covid-19.

A aplicação das doses ocorreu na sede da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, na zona Norte da cidade de São Paulo. De acordo com o governo do estado, até o próximo dia 15 de abril, todos os 180 mil profissionais das forças de segurança do estado já terão recebido a primeira dose da vacina. O imunizante utilizado é a CoronaVac, vacina produzida pelo Instituto Butantan.

"Eles são a linha de frente, são aqueles que estão em contato com o público, e queria destacar todos esses profissionais e agradecer pelo esforço, pela dedicação, pelo desprendimento que têm feito neste período de pandemia", destacou o governador de São Paulo, João Doria.

A estrutura montada pela governo paulista para imunizar os agentes conta com 82 pontos de vacinação distribuídos na capital, na Grande São Paulo, Baixada Santista e nas regiões de São José dos Campos, Campinas, Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto, Sorocaba, Presidente Prudente, Piracicaba e Araçatuba.

No último dia 24, o governo do estado informou que professores e os membros das forças de segurança do estado passariam a fazer parte do atual público-alvo de imunização em São Paulo. A partir do dia 12 de abril começará a vacinação de 350 mil profissionais da área da educação com idade acima de 47 anos, que atuam em instituições desde creche ao Ensino Médio. (Agência Brasil)

SP supera 80% de doses a serem entregues ao Brasil até o fim de abril

O Governador João Doria acompanhou, na segunda-feira (5), a liberação de mais 1 milhão de doses da vacina do Instituto Butantan contra o coronavírus para uso em todo o país. Já foram entregues 37,2 milhões ao PNI (Programa Nacional de Imunizações), o que corresponde a 80,8% do total previsto no primeiro contrato com o Ministério da Saúde – 46 milhões de doses até 30/4.

"Com a entrega de mais 1 milhão de doses, o Governo do Estado de São Paulo e o Instituto Butantan entregam 37,2 milhões de doses da vacina do Butantan. Este é o total de vacinas entregues para a imunização de brasileiros. Até 30 de abril serão 46 milhões de doses da vacina", destacou o Governador João Doria.

Em março foram disponibilizadas pelo Butantan 22,7 milhões de doses. Em fevereiro, 4,85 milhões e, em janeiro, 8,7 milhões de unidades.

O Butantan ainda trabalha para entregar outras 54 milhões de doses para vacinação dos brasileiros até o dia 30 de agosto, totalizando 100 milhões de unidades. Atualmente, 85% das vacinas disponíveis no país contra a COVID-19 são do Butantan.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (SÃO PAULO)
Esta coluna foi a 1ª e segue sendo a única (diária) a publicar quem são os cristãos na política, inclusive das novas lideranças (igreja Família Global), como o vereador Rinaldi (PSL). Ela é de todos os cristãos, pra falarem sobre cultos liberados (Supremo) até 4ª feira ...

.

PREFEITURA (SÃO PAULO)
Esta coluna foi a 1ª e segue sendo a única (diária) a publicar quem são os cristãos na política, inclusive das novas lideranças como é o caso do católico vice-prefeito Ricardo Nunes (MDB). Ela é de todos os cristãos, pra falarem sobre cultos liberados (Supremo) até 4ª feira ...

.

ASSEMBLEIA (SÃO PAULO)
Esta coluna foi a 1ª e segue sendo a única (diária) a publicar quem são os cristãos na política, inclusive das raras lideranças femininas como é o caso da deputada Marta Costa (PSD) . Ela é de todos os cristãos, pra falarem sobre cultos liberados (Supremo) até 4ª feira ...

.

GOVERNO (SÃO PAULO)
Esta coluna foi a 1ª e segue sendo a única (diária) a publicar quem são os cristãos na política, inclusive das novas lideranças como é o caso do católico Doria (PSDB liberal de centro). Ela é de todos os cristãos, pra falarem sobre cultos liberados (Supremo) até 4ª feira ...

.

CONGRESSO (BRASIL)
Esta coluna foi a 1ª e segue sendo a única (diária) a publicar quem são os cristãos na política, inclusive das novas lideranças como é o caso do deputado Marcos Pereira (Universal). Ela é de todos os cristãos, pra falarem sobre cultos liberados (Supremo) até 4ª feira ...

.

PRESIDÊNCIA (BRASIL)
Esta coluna foi a 1ª e segue sendo a única (diária) a publicar quem são os cristãos na política, inclusive das novas lideranças como é o caso do Jair Bolsonaro (ex-católico atual evangélico). Ela é de todos os cristãos, pra falarem sobre cultos liberados (Supremo) até 4ª feira ...

.

JUSTIÇAS (BRASIL)
Esta coluna foi a 1ª e segue sendo a única (diária) a publicar quem são os cristãos na política, inclusive das novas lideranças jurídicas, como é o caso do ministro Kassio, o novel que liberou sozinho os cultos religiosos durante a Covid 19. Ela é de todos os 11 ministros ...

.

HISTÓRIAS
O falecimento por Covid 19 de Agnaldo Timóteo causou grande comoção em todo o Brasil. Ele foi um dos maiores cantores e intérpretes da música romântica do Brasil e fez muito sucesso durante pelo menos 55 anos de carreira. Começou na política em 1982, ...

.

(BRASIL)
... eleito deputado federal pelo Rio, com 503 mil votos pelo PDT (inicio do Brizolismo). Em 2004, foi eleito vereador em São Paulo pelo PP (final do Malufismo) e em 2008 pelo PL do então presidente Antônio Carlos Rodrigues. Agnaldo ajudava cantores idosos e pobres

.

MÍDIAS
A coluna de política do jornalista **Cesar Neto** vem sendo publicada diariamente na imprensa (São Paulo - Brasil) desde 1993. Via Internet desde 1996, o site www.cesarneto.com foi se tornando referência da liberdade possível. Twitter **@CesarNetoReal** ... Email **cesar@cesarneto.com**

cesar@cesarneto.com

Sugestões para o Orçamento do Estado de SP de 2022 podem ser feitas até o dia 11

O cidadão pode contribuir com o Orçamento do Estado de São Paulo de 2022 enviando sugestões no site da Audiência Pública Eletrônica para elaboração da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do próximo ano. O endereço é www.audienciasdoorcamento.sp.gov.br e qualquer contribuição deve ser feita até domingo (11).

A participação começou no dia 27 de março e ocorre exclusivamente pelo meio eletrônico, devido à pandemia do novo coronavírus.

A Audiência Pública da LDO realizada pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão, oferece oportunidade ao cidadão indicar o que ele considera prioridade nos investimentos do Estado. Pelo segundo ano, a audiência é realizada no meio eletrônico, em virtude da pandemia do novo coronavírus.

O site criado pelo Governo de São Paulo, além de reunir informações e respostas às eventuais dúvidas, possui campo de participação para o cidadão preencher um breve perfil – caso deseje se identificar. Se preferir, o acesso pode ser feito de forma anônima.

O sistema é composto por um formulário em etapas, no qual a seleção de um item leva à abertura de outros itens que proporcionarão ao participante a oportunidade de sugerir ações para o desenvolvimento econômico e social da sua cidade e região.

A partir daí o cidadão vai sendo conduzido num processo simples e intuitivo de priorização de demandas. Ao final de sua participação, o cidadão pode, ainda, fazer comentários adicionais. A participação é aberta a qualquer cidadão, representante de órgãos públicos e da sociedade civil, que pode contribuir quantas vezes desejar.

A realização da Audiência Pública é um instrumento legal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que permitem aos cidadãos manifestarem suas demandas e necessidades regionais.

Tem como objetivo estimular a participação dos cidadãos paulistas e garantir maior transparência na preparação do PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual).

Após a conclusão destes processos, as demandas levantadas são organizadas na forma de relatórios e enviadas aos órgãos competentes para que tomem conhecimento e se manifestem quanto à possibilidade de seu acolhimento. Assim, o cidadão tem a garantia de que a sua escolha será comunicada ao responsável pela ação governamental por ele priorizada.

Visando garantir o máximo de transparência, esse conjunto de relatórios encontra-se disponibilizado para consulta pública nos seguintes endereços eletrônicos: www.projetos.sp.gov.br e www.transparencia.sp.gov.br.

CDHU alerta para golpe do boleto de cobrança falso pelo WhatsApp

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), órgão ligado à Secretaria de Estado da Habitação, alerta para a ação de golpistas que estão ? entrando em contato com mutuários pelo WhatsApp para fazer cobranças falsas.

Os estelionatários se fazem passar por funcionário da CDHU, oferecem negociação da dívida com grandes descontos e enviam os boletos falsos pelo WhatsApp ou por e-mail que não pertence à CDHU. Os endereços de e-mail oficiais da CDHU terminam sempre com @cdhu.sp.gov.br ou @apoiocdhu.sp.gov.br. A empresa não usa e-mail público (gmail, hotmail, ig e outros).

Para não ser vítima dos fraudadores, o mutuário deve estar ciente de que a CDHU não negocia nem envia boletos por WhatsApp; não solicita depósito ou transferência bancária para pagamento de boletos ou quitação de débitos; e seus boletos são emitidos apenas ? pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil, cujos códigos de barras iniciam com 104 ou 001.

Outra orientação é conferir sempre o nome do titular e o endereço do imóvel impressos no boleto. Em caso de dúvida, consulte apenas os canais oficiais, como o site www.cdhu.sp.gov.br ou ligue para o Alô CDHU: 0800 000 2348.

A CDHU comunica que está tomando todas as providências necessárias para coibir a ação destes golpistas. As famílias contatadas estão sendo orientadas a fazer Boletim de Ocorrência, independentemente de terem efetuado ou não pagamentos.

Licenciamento de veículos 100% digital pode ser feito pelo portal e aplicativo

O Licenciamento Digital (CRLV-e), documento de porte obrigatório para os motoristas, já é feito de forma online no Estado de São Paulo e pode ser acessado pelo portal – www.poupatempo.sp.gov.br – e no aplicativo Poupatempo Digital.

O calendário de vencimento do CRLV-e varia de acordo com o final da placa do veículo. Quem não realizou o licenciamento antecipado este ano, poderá fazer o pagamento até o último dia útil do mês de vencimento. O prazo vai de 1 de abril a 31 de dezembro – exceto para caminhões e tratores, que têm datas entre setembro e dezembro. Confira o cronograma anual na imagem abaixo:

Atualmente, mais de 70% dos atendimentos do Poupatempo são feitos pelos canais digitais, como a renovação e segunda via de CNH, consulta de multas e de pontuação na CNH, IPVA, Carteira de Trabalho, Seguro desemprego, Licenciamento e transferência de veículos, entre outros.

Para o diretor da Prodesp – empresa de Tecnologia do Governo de São Paulo que administra o programa Poupatempo -, Murilo Macedo, a digitalização de processos é uma realidade que tem avançado ainda mais durante o período de pandemia. "A Prodesp uniu esforços com órgãos que prestam serviços públicos, como é o caso do Detran.SP, para que os cidadãos possam ter suas solicitações atendidas de maneira rápida, prática e segura, sobretudo neste momento em que ainda é essencial manter o distanciamento social", explica.

Para facilitar a vida de quem tem dificuldade em realizar serviços online, o Poupatempo disponibilizou cartilhas e vídeos tutoriais, com o passo a passo dos principais atendimentos oferecidos. Os materiais estão disponíveis no site – www.poupatempo.sp.gov.br. "Além de ampliar para 130 as opções eletrônicas em menos de um ano, o Poupatempo também está empenhado em aprimorar os atendimentos online, para que o usuário tenha a mesma experiência satisfatória com a qual está habituado em nossas unidades físicas", conclui Murilo Macedo.

Em um banco conveniado ao Detran.SP, caixa eletrônico ou internet banking, informe o número do Renavam do veículo para pagar a taxa do licenciamento e outros débitos, se houver. Em até três dias após o recebimento da taxa, o CRLV-e ficará disponível para download e impressão no item Licenciamento Digital nos portais do Poupatempo (www.poupatempo.sp.gov.br), Detran.SP (www.detran.sp.gov.br) e Denatran (portalservicos.denatran.serpro.gov.br), além dos aplicativos Poupatempo Digital, Detran.SP e Carteira Digital de Trânsito – CDT. O documento poderá ser salvo no próprio celular e impresso, em papel sulfite comum. Só o aplicativo Poupatempo Digital contabiliza 1,7 milhão de acessos ao CRLV-e.

Atendimentos digitais do Poupatempo continuam durante a prorrogação da Fase Emergencial

Os 82 postos do Poupatempo permanecem fechados até o dia 11 de abril, devido a prorrogação da Fase Emergencial do Plano São Paulo. A medida está em vigor desde a segunda quinzena de março.

Para evitar deslocamentos e garantir a segurança da população, o programa já oferece 130 serviços online, disponíveis no aplicativo Poupatempo Digital e no portal www.poupatempo.sp.gov.br.

Com a suspensão dos atendimentos presenciais, estão mantidas, além das opções eletrônicas, a retirada de documentos e as solicitações de serviços emergenciais pelo Fale Conosco.

Hoje mais de 70% dos atendimentos do Poupatempo são feitos pelos canais online, como a renovação e segunda via de CNH, consulta de multas e de pontuação na CNH, IPVA, Carteira de Trabalho, Seguro desemprego, Licenciamento e transferência de veículos, entre outros.

Idealizadas para auxiliar e sclarecer as dúvidas mais frequentes dos cidadãos, as cartilhas trazem informações sobre 21 diferentes serviços oferecidos à população nos canais digitais do programa.

O material está disponível para ser consultado e baixado no site www.poupatempo.sp.gov.br. Quem acessar terá orientações e o passo a passo sobre como baixar o app Poupatempo Digital, criar login nos canais digitais do Poupatempo, ter acesso a documentos como carteira de habilitação, atestado de antecedentes criminais, licenciamento, transferência de veículos, carteira de trabalho, título de eleitor, IPVA, seguro-desemprego, além de outros atendimentos relacionados à Secretaria Estadual da Educação, nota fiscal paulista e Sabesp, por exemplo.

O portal do Poupatempo (www.poupatempo.sp.gov.br) disponibiliza vídeos sobre os atendimentos digitais mais procurados nos canais do programa. A série, com 16 tutoriais, está disponível também no Youtube, no www.youtube.com/poupatemposp.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Mercado diminui projeção para crescimento da economia em 2021

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira este ano caiu de 3,18% para 3,17%. Esta é a quinta semana seguida de redução da projeção do Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país. A estimativa está no boletim Focus de segunda-feira (5), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para o próximo ano, a expectativa para PIB é de crescimento de 2,33%. Em 2023 e 2024, o mercado continua projetando expansão da economia em 2,50%.

No caso da taxa básica de juros, a Selic, as instituições financeiras consultadas pelo BC mantiveram a projeção para este ano, de 5% ao ano. Atualmente, a Selic está estabelecida em 2,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Para o fim de 2022, a estimativa do mercado é que a taxa básica suba para 6% ao ano. E para o fim de 2023 e 2024, a previsão é 6,50% ao ano e 6,25% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas podem dificultar a recuperação da economia. Além disso, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica.

Inflação

A Selic é o principal instrumento utilizado pelo BC para alcançar a meta de inflação. Para 2021, a expectativa do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA - a inflação oficial do país) é de 4,81%, o mesmo da semana passada.

Para 2022, a estimativa de inflação é de 3,52%. Tanto para 2023 como para 2024 as previsões são de 3,25%.

A estimativa para 2021 está acima do centro da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,75% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 2,25% e o superior de 5,25%.

No caso do dólar, a expectativa do mercado é que cotação ao fim deste ano seja de R$ 5,35. Para o fim de 2022, a previsão é que a moeda americana fique em R$ 5,25. (Agencia Brasil)

Petrobras anuncia aumento de 39% no gás natural para distribuidoras

A partir do dia 1º de maio, os preços de venda de gás natural para as distribuidoras estarão 39% mais caros em reais por metros cúbicos (R$/m³), na comparação com o último trimestre. Medido em dólar por milhão de BTU, unidade de energia usada nos Estados Unidos e no Reino Unido, (US$/MMBtu), o reajuste será de 32%.

De acordo com o anúncio da Petrobras, a variação é resultado "da aplicação das fórmulas dos contratos de fornecimento, que vinculam o preço à cotação do petróleo e à taxa de câmbio". Conforme a companhia, as atualizações dos preços dos contratos são trimestrais e com relação aos meses de maio, junho e julho, a referência adotada são os preços dos meses de janeiro, fevereiro e março.

"Durante esse período, o petróleo teve alta de 38%, seguindo a tendência de alta das commodities globais. Além disso, os preços domésticos das commodities tiveram alta devido à desvalorização do real", informou a petroleira em nota.

O repasse dos custos incorridos pela companhia para o transporte do produto até o ponto de entrega às distribuidoras também influencia os preços do gás natural da Petrobras. Esses custos são definidos por tarifas reguladas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). "Esta parcela do preço é atualizada anualmente no mês de maio pelo IGP-M, que, para o período de aferição (março de 2020 a março de 2021), registrou alta de 31%".

Por causa do efeito da queda dos preços do petróleo no início do ano, durante 2020, os preços do gás natural às distribuidoras alcançaram redução acumulada de até 35% em reais e de 48% em dólares.

A Petrobras informou ainda que o preço final do gás natural ao consumidor não é determinado apenas pelo preço de venda da companhia, mas também pelas margens das distribuidoras e, no caso do GNV, dos postos de revenda, e pelos tributos federais e estaduais.

"Além disso, o processo de aprovação das tarifas é realizado pelas agências reguladoras estaduais, conforme legislação e regulação específicas. Os contratos de venda para as distribuidoras são públicos e estão disponíveis para consulta no site da ANP", concluiu a empresa. (Agencia Brasil)

Menos de um terço dos contribuintes enviou declaração do IR

A menos de um mês para o fim do prazo de entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, pouco menos de um terço dos contribuintes acertou as contas com o Leão. Nas cinco primeiras semanas de envio, 10.580.505 contribuintes entregaram o documento. Isso equivale a 32,4% do previsto para este ano.

O balanço foi divulgado no início da tarde pela Receita Federal, com dados apurados até as 11h de segunda-feira (5).

O prazo de entrega começou em 1º de março e irá até as 23h50min59s de 30 de abril. Na semana passada, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que propõe adiar a data limite para 31 de julho, por causa do agravamento da pandemia de covid-19. O texto, no entanto, ainda precisa ser votado pelo Senado.

Neste ano, o Fisco espera receber entre até 32.619.749 declarações. No ano passado, foram enviadas 31.980.146 declarações.

O programa para computador está disponível na página da Receita Federal na internet. Quem perder o prazo de envio terá de pagar multa de R$ 165,74 ou 1% do imposto devido, prevalecendo o maior valor.

A entrega é obrigatória para quem recebeu acima de R$ 28.559,70 em rendimentos tributáveis em 2020. Isso equivale a um salário acima de R$ 1.903,98, incluído o décimo terceiro.

Também deverá entregar a declaração quem tenha recebido rendimentos isentos acima de R$ 40 mil em 2020, quem tenha obtido ganho de capital na venda de bens ou realizou operações de qualquer tipo na Bolsa de Valores, quem tenha patrimônio acima de R$ 300 mil até 31 de dezembro do ano passado e quem optou pela isenção de imposto de venda de um imóvel residencial para a compra de um outro imóvel em até 180 dias.

Pelas estimativas da Receita Federal, 60% das declarações terão restituição de imposto, 21% não terão imposto a pagar nem a restituir e 19% terão imposto a pagar.

Assim como no ano passado, serão pagos cinco lotes de restituição. Os reembolsos serão distribuídos nas seguintes datas: 31 de maio (primeiro lote), 30 de junho (segundo lote), 30 de julho (terceiro lote), 31 de agosto (quarto lote) e 30 de setembro (quinto lote).

As regras para a entrega da declaração do Imposto de Renda foram divulgadas na semana passada pela Receita. Entre as principais novidades, está a obrigatoriedade de declarar o auxílio emergencial de quem recebeu mais de R$ 22.847,76 em outros rendimentos tributáveis e a criação de três campos na ficha "Bens e direitos" para o contribuinte informar criptomoedas e outros ativos eletrônicos.

O prazo para as empresas, os bancos e as demais instituições financeiras e os planos de saúde fornecerem os comprovantes de rendimentos acabou em 26 de fevereiro. O contribuinte também deve juntar recibos, no caso de aluguéis, de pensões, de prestações de serviços, e notas fiscais, usadas para comprovar deduções. (Agencia Brasil)

Guedes diz que não é recomendável acionar calamidade no momento

Um eventual acionamento da cláusula de calamidade para enfrentar a pandemia da covid-19 não é recomendável e reforçaria a instabilidade, disse na segunda-feira (5) o ministro da Economia, Paulo Guedes. Em evento virtual com investidores, ele comparou a medida à assinatura de um "cheque em branco".

Na avaliação do ministro, a aprovação pelo Congresso do estado de calamidade pública, que suspenderia regras fiscais e criaria uma espécie de orçamento de guerra (nos moldes do ano passado), não daria um sinal de estabilidade para a economia. Isso porque os salários dos servidores públicos nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), que seriam a principal contrapartida da cláusula de calamidade, estão congelados até o fim de 2021.

No ano passado, o congelamento de salários do funcionalismo público foi exigido como condição para a União liberar o pacote de ajuda aos estados e aos municípios afetados pela pandemia. A proposta de emenda à Constituição Emergencial (PEC Emergencial) introduziu o congelamento automático caso a cláusula de calamidade pública seja novamente acionada.

"[O estado de calamidade pública] seria apenas uma licença para gastar. Seria um cheque em branco", disse o ministro no evento com investidores. "Em vez de ser um sinal de estabilidade, seria o contrário."

Segundo Guedes, a equipe econômica pretende reeditar medidas para conter a crise gerada pela nova onda da covid-19, como o programa de suspensão de contratos e de redução de jornada em troca da manutenção do emprego e o relançamento de linhas do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). No entanto, os programas terão contrapartidas fiscais, com o governo reduzindo gastos em outras áreas.

Orçamento

O ministro também comentou o impasse em torno das negociações para vetar parte do Orçamento Geral da União de 2021, aprovado com despesas obrigatórias inferiores ao previsto. Guedes negou que o Congresso Nacional tenha agido de má-fé e disse ter boa vontade do relator do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC); do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, para corrigir as distorções.

"Alguns excessos que ocorreram precisam ser removidos. Tenho certeza de que não foi nada de má-fé. É natural de um time que não jogou junto ainda. É natural que a soma das partes exceda o que era possível fazer. É da política. Disseram que havia desentendimento, mas estamos de acordo de que precisamos cumprir as exigências jurídica e política", declarou.

Guedes negou haver desentendimentos entre a equipe econômica e o Congresso Nacional e afirmou que as negociações para os cortes e os vetos no Orçamento estão demorando porque o erro foi grande e os cortes de emendas parlamentares para financiar gastos obrigatórios levará algum tempo, num texto de 5 mil páginas.

"Não é este o clima [de guerra], de forma alguma. É muito mais um problema de coordenação da elaboração deste Orçamento. Estivemos conversando o tempo todo. Se a subestimação de despesa obrigatória fosse um pequeno erro de R$ 2 bilhões, R$ 3 bilhões, R$ 4 bilhões, poderia reduzir a estimativa inicial porque deve haver resultado positivo no programa de combate a fraudes. Mas não pode ser um número muito grande, para ser crível", ponderou o ministro. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

INTERNACIONAL

Premiê britânico lança programa de testagem em massa para reabertura

O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, disse na segunda-feira (5) que todos os moradores da Inglaterra poderão fazer teste de covid-19 duas vezes por semana, em nova campanha para rastrear a pandemia, conforme os negócios são reabertos e a campanha de vacinação avança em ritmo rápido.

Johnson, que deve confirmar os planos de permitir novamente as viagens internacionais e abrir setores da economia, afirmou que o novo programa de testes em massa quebraria a cadeia de transmissões e detectaria casos sem sintomas.

Enquanto grande parte da Europa entra em novos lockdowns para lidar com aumentos de casos, Johnson estabeleceu um plano escalonado para aliviar as restrições nos próximos meses, em um grande impulso para um dos países mais afetados durante a pandemia.

"À medida que continuamos a fazer um bom progresso em nosso programa de vacinas e com nosso roteiro para aliviar cautelosamente as restrições em andamento, a testagem rápida regular é ainda mais importante para garantir que esses esforços não sejam desperdiçados", disse o primeiro-ministro em comunicado.

Segundo o governo, os testes serão enviados para residências e empresas, ou retirados em farmácias e centros de testagem.

O aumento dos testes ajudará as autoridades de saúde a rastrearem a pandemia, enquanto o país reabre lentamente após um lockdown rígido de quatro meses.

Johnson deve confirmar que os setores de varejo, hospitalidade ao ar livre e cabeleireiros poderão reabrir em 12 de abril na Inglaterra, enquanto um sistema de cores será usado para viagens internacionais com base nos níveis de infecção e vacinação dos países.

Passaportes de vacinas também estão sendo testados em eventos com público.

O Reino Unido está em condições de buscar uma recuperação econômica depois que aplicou doses das vacinas da AstraZeneca e da Pfizer em bem mais da metade da população adulta. (Agencia Brasil)

Ciclone tropical mata ao menos 97 na Indonésia e no Timor Leste

Inundações e deslizamentos de terra causados pelo ciclone tropical Seroja em um grupo de ilhas do sudeste da Indonésia e do Timor Leste mataram 97 pessoas e muitas ainda estão desaparecidas, disseram autoridades na segunda-feira (5).

Ao menos 70 mortes foram relatadas em várias ilhas das províncias indonésias de Nusa Tenggara do Oeste e do Leste, e 70 pessoas estão desaparecidas, desde que o ciclone provocou marés de tempestade, deslizamentos de terra e ventos fortes em meio a chuvas intensas durante o final de semana, informou a agência de gerenciamento de desastres BNPB.

No Timor Leste, que compartilha a ilha de Timor com a Indonésia, ao menos 27 pessoas foram mortas por deslizamentos de terra, marés de tempestade e a queda de uma árvore, e sete mil foram deslocadas, disse o governo. Na ilha de Lembata, as autoridades temem que corpos tenham sido levados pelas águas.

"Estamos usando botes de borracha para encontrar corpos no mar. Em vários vilarejos, marés de tempestade chegaram enquanto as pessoas dormiam", disse Thomas Ola Langoday, vice-chefe do governo distrital de Lembata, à Reuters por telefone.

Cerca de 30 mil pessoas foram afetadas por inundações na Indonésia, algumas já se abrigando em centros de acolhimento, mas as operações de resgate foram dificultadas pela queda de cinco pontes e de árvores que bloquearam algumas estradas, disse o porta-voz da BNPB, Raditya Jati. (Agencia Brasil)

IPC-S registra inflação de 1% em março, diz FGV

O Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) registrou inflação de 1% em março deste ano, acima do 0,54% de fevereiro. Com o resultado, divulgado na segunda-feira (5) pela Fundação Getulio Vargas (FGV), o IPC-S acumula taxa de 6,11% em 12 meses.

A principal contribuição para a inflação de março veio dos transportes, que teve taxa de 3,89% no mês. Entre os destaques do grupo de despesas está o preço da gasolina, que subiu 11,05%.

Em seguida, aparece o grupo de despesa habitação, que teve inflação de 0,75%, devido principalmente à alta de preços da tarifa de eletricidade residencial (1,02%).

Outros grupos de despesas com alta de preços foram despesas diversas (0,22%), saúde e cuidados pessoais (0,57%), vestuário (0,11%), alimentação (0,03%) e comunicação (0,01%).

O grupo educação, leitura e recreação foi o único a registrar deflação (queda de preços): -0,37%. O IPC-S é calculado com base em preços coletados em sete capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador. (Agencia Brasil)

Governo federal entrega 435 moradias populares no DF

O presidente Jair Bolsonaro e o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, participaram na segunda-feira (5) da inauguração de 435 unidades habitacionais para famílias de baixa renda em São Sebastião, cidade satélite do Distrito Federal (DF). A entrega faz parte do programa Casa Verde Amarela, do governo federal. O evento também contou com a presença do governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB), e do presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, além de parlamentares e outras autoridades.

Durante a inauguração, Bolsonaro visitou pessoalmente alguns dos apartamentos e conversou com os beneficiados. As 435 famílias contempladas fazem parte agora dos residenciais Crixá IV e V. Os condomínios receberam mais de R$ 53,7 milhões em investimentos federais para construção. Ao todo, o conjunto habitacional Crixá tem sete etapas, que totalizam 1904 moradias. Dessas, 800 habitações já foram entregues à população. Os apartamentos, de 47,65 metros quadrados (m²), têm dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço. O condomínio também conta com centro comunitário, *playground*, jardins e bicicletário.

"No ano passado, entregamos mais de 400 mil unidades habitacionais. Esse ano, nós vamos repetir ou aumentar um pouco mais, graças às negociações que foram feitas e que resultaram na melhoria do programa Casa Verde Amarela", destacou o ministro Rogério Marinho.

De acordo com Ibaneis Rocha, além dos investimentos federais na construção de moradias, o governo do Distrito Federal está complementando ações na região por meio da construção de escolas e creches, que vão atender os novos moradores dos residenciais.

"Estamos disponibilizando através do governo toda uma arquitetura de moradias onde as pessoas não precisam sair do seu local de morada para ter acesso à educação e saúde", afirmou o governador.

Em seu discurso, o presidente Jair Bolsonaro voltou a defender a retomada das atividades econômicas porque, segundo ele, os efeitos colaterais das medidas de combate ao novo coronavírus não poderiam ser mais "danosos" do que o próprio vírus.

Além disso, anunciou que visitará essa semana a cidade de Chapecó, oeste de Santa Catarina, para se encontrar com o prefeito João Rodrigues (PSD). Nas redes sociais, Rodrigues é um defensor do chamado tratamento precoce para a covid-19, que prevê o uso de medicamentos como ivermectina e cloroquina, substâncias que não têm eficácia científica comprovada no combate à doença.

"Rodrigues é um exemplo a ser seguido, por isso estou indo para lá. Para exatamente não só ver, mas mostrar a todo o Brasil que o vírus é grave, mas seus efeitos têm como ser combatidos. Mais ainda, naquele município, com toda certeza em mais cidades, em alguns estados também, o médico tem a liberdade total para trabalhar com o paciente. Total. Esse é dever do médico, uma obrigação e direito dele", afirmou Bolsonaro. (Agencia Brasil)

Gilmar Mendes mantém decreto de São Paulo que proíbe cultos religiosos

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes negou na segunda-feira (5) pedido do PSD para suspender o decreto do estado de São Paulo que proibiu a realização de cultos religiosos como medida de prevenção à disseminação da covid-19.

Com isso, o STF tem duas decisões conflitantes sobre a demanda. No sábado (3), o ministro Nunes Marques atendeu ao pedido de liminar feito pela Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure) e liberou a realização de cultos, desde que os protocolos sanitários sejam respeitados. Diante do impasse, a questão será decidida na quarta-feira (7) pelo plenário da Corte.

Em sua decisão, Gilmar Mendes afirmou que o decreto de São Paulo é necessário diante do cenário da pandemia.

"É digno de destaque que o constituinte, ao prescrever o direito de liberdade religiosa, estabeleceu inequívoca reserva de lei ao exercício dos cultos religiosos. Nesse sentido, o Inciso VI do Artigo 5º assegura 'o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei'. Essa reserva legal, por si só, afasta qualquer compreensão no sentido de afirmar que a liberdade de realização de cultos coletivos seria absoluta", afirmou Gilmar Mendes.

Na semana passada, o advogado-geral da União,André Mendonça, defendeu no Supremo a suspensão de decretos estaduais que proíbem a realização de cultos religiosos. Na manifestação, Mendonça diz que as medidas restritivas aplicadas durante a pandemia devem respeitar a dignidade e as liberdades fundamentais dos cidadãos.

Mendonça disse que a restrição total de atividades religiosas, mesmo sem aglomeração de pessoas, impacta o direito à liberdade de religião. "A completa interdição de atividades religiosas, traduz, em si mesma, uma medida excessivamente onerosa, porquanto poderia ser substituída por restrições parciais, voltadas a evitar situações em que haja o risco acentuado de contágio. Em outros termos, é particularmente excessiva, no ponto, a proibição irrestrita de realização de eventos religiosos", argumentou.

Na mesma ação, o procurador-geral da República, Augusto Aras, também defendeu a suspensão do decreto de São Paulo. Aras sustentou que a Constituição assegura o direito à liberdade religiosa. Para o procurador, igrejas e templos podem funcionar, desde que sejam respeitados os protocolos sanitários contra o novo coronavírus, causador da covid-19. (Agencia Brasil)

Média de mortes por covid-19 no país recua pelo terceiro dia

O Brasil registrou no domingo (4) um recuo no número diário de mortes por covid-19 pelo terceiro dia consecutivo, segundo a média móvel de sete dias divulgada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O levantamento da Fiocruz mostra que a média registrada ontem chegou a 2.747, abaixo do recorde de 3.117 óbitos apurado em 1º de abril.

Mesmo com a queda, a média diária de mortes é quase o dobro da registrada um mês antes (1.353). Também está 21,6% acima do número de 14 dias antes (2.259 óbitos).

Novos casos

O número diário de casos, segundo a média móvel de sete dias, apresentou seu quarto dia consecutivo de quedas. Ontem, a média diária chegou a 64.324, 16,6% abaixo do recorde de 77.129 registrado em 27 de março e 12,5% abaixo de 14 dias antes (73.552).

Na comparação com um mês antes, no entanto, quando foi observada uma incidência de 57.610 de casos, a média registrada ontem apresentou uma alta de 11,6%.

A média de móvel de sete dias, divulgada pela Fiocruz, é calculada somando-se os registros do dia com os seis dias anteriores e dividindo o resultado dessa soma por sete. O número é diferente daquele divulgado pelo Ministério da Saúde, que mostra apenas as ocorrências de um dia específico. (Agencia Brasil)

Ceará, Santa Catarina e Rio prorrogam medidas restritivas

Os governos do Ceará, Santa Catarina e Rio de Janeiro prorrogaram medidas de distanciamento para frear a circulação do novo coronavírus e desafogar o sistema de saúde. As medidas restritivas foram estendidas com sinalização de retomada gradual nas próximas semanas.

No Ceará, o governador Camilo Santana e o prefeito de Fortaleza, José Sarto, anunciaram ontem a renovação do decreto que instituiu o "isolamento social rígido" no dia 13 de março por mais uma semana. A volta gradual das atividades não essenciais foi definida para ter início no dia 12 de abril.

O decreto permite o funcionamento de determinados serviços, como supermercados, serviços de saúde, lanchonetes e restaurantes no sistema de entrega, distribuidora de água e gás, indústria, construção civil, imprensa, call center, empresas de logística, oficinas automotivas, postos de combustíveis, lojas de material de construção, bancos, Correios e prestadoras de mão de obra terceirizada.

Para esses estabelecimentos foram definidas medidas obrigatórias, como a disponibilização de álcool em gel 70%, uso de máscara obrigatório, entrada de apenas uma pessoa por família e atendimento prioritário para pessoas de grupos de risco da covid-19.

De acordo com o informe epidemiológico mais recente do estado, de 1º de abril, nas 24 horas anteriores foram confirmados 445 novos casos da doença e nove óbitos. O governador afirmou que o isolamento tem contribuído para barrar a disseminação do vírus no estado.

"Os dados mostram que esse isolamento social rígido tem trazido resultados importantes. Temos diminuído o número de casos em todo o estado do Ceará e em Fortaleza, que começou com os dados mais fortes da pandemia. Temos diminuído a transmissão, ou seja, um fator de reprodução calculado que chamamos de RT tem caído em Fortaleza, na região metropolitana, e no Ceará como um todo."

Santa Catarina

O governo catarinense também manteve as medidas de distanciamento visando combater a circulação do vírus, em novo decreto editado pela governadora em exercício Daniela Reinehr. Assim como no caso do Ceará, as regras ficam válidas até a próxima segunda-feira, 12 de abril.

Entre as normas, fica proibido o funcionamento de casas noturnas e de shows, eventos sociais, reuniões de qualquer tipo, competições esportivas e permanência em praias e parques. Nestes espaços, é permitida apenas a prática de exercício individualmente.

O transporte público coletivo deve funcionar com 50% da capacidade. Os comércios podem funcionar, mas em horários escalonados e com limite de 25% da capacidade. Os estabelecimentos que não forem atividades essenciais podem ficar abertos entre 10h 20h. Há ainda outros serviços não essenciais que podem abrir as portas das 9h às 19h.

Shoppings, galerias, restaurantes, lanchonetes e bares podem ficar abertos das 10h às 22h. No caso de estabelecimentos que vendem comidas e bebidas, os clientes só podem entrar até as 21h.

No decreto, o governo estabeleceu a proibição de venda de bebidas alcoólicas no estado, das 22h às 6h, em todas as regiões, independentemente do tipo de risco no qual foram enquadradas. Anteriormente, a proibição tinha início às 18 horas.

"Temos medidas de distanciamento que precisam permanecer. Agora, vamos nos debruçar sobre todos os decretos, ouvir o Coes [Centro de Operação de Emergência em Saúde] e discutir novas possibilidades de combate à pandemia com os prefeitos e secretários de Saúde", explica a secretária de Saúde, Carmen Zanotto.

Rio de Janeiro

Decreto publicado no sábado (3) à noite estabeleceu novas medidas restritivas para conter a pandemia da covid-19 no estado do Rio de Janeiro, com regras específicas para o funcionamento de bares, restaurantes, comércio, academias e templos religiosos.

Permanece suspenso o funcionamento de casas de shows e festas, parques de diversão e boates, bem como a realização de eventos.

Continuam autorizadas as práticas de esportes individuais ao ar livre e as atividades esportivas de alto rendimento, mas sem público e respeitando os protocolos sanitários. Bares, restaurantes e lanchonetes deverão funcionar com até 40% da capacidade de lotação. O consumo de bebidas alcoólicas é autorizado apenas para clientes sentados, respeitando o distanciamento mínimo de 1,5 metro e com a capacidade máxima de quatro pessoas por mesa.

Shopping centers e centros comerciais podem manter o funcionamento, seguindo normas municipais autorizativas e respeitando o limite de 40% de sua capacidade total. A mesma regra vale para o estacionamento nesses locais. Os clientes devem estar com máscara, mantendo o distanciamento. O comércio de rua e as galerias também poderão funcionar. O mesmo ocorre com salões de beleza, barbearias e estabelecimentos similares, mas obedecendo agendamento prévio e seguindo os protocolos específicos para esse tipo de negócio. Os ambulantes legalizados também poderão trabalhar, determina o decreto. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

MAURICIO PICAZO GALHARDO

SUASA

Conhecido como o SUS do agronegócio, o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) completou 15 anos. O objetivo do sistema é promover a saúde animal, a sanidade vegetal e a segurança alimentar. "O SUASA é o marco da defesa agropecuária, garantindo a segurança da produção e dos alimentos", declarou a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina.

TITULA BRASIL

Mais de 7,8 mil pessoas se inscreveram para participar dos cursos de formação do Programa Titula Brasil, que tem o objetivo de agilizar e tornar mais eficiente a entrega de títulos de propriedade nos assentamentos e a regularização fundiária em terras da União. As capacitações são obrigatórias para quem vai trabalhar nos chamados Núcleos Municipais de Regularização Fundiária (NMRF), que são as estruturas centrais do Programa.

RELATÓRIO

Diante do crescimento do agro brasileiro, mesmo em meio à crise econômica causada pela Covid-19 no Brasil, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO), membro da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), convidou a ministra Tereza Cristina (MAPA), para apresentar dados do setor – que solidificam a capacidade do agronegócio do país, frente às dificuldades enfrentadas com a pandemia -, a seus pares no Senado Federal.

FRUTAS

O presidente da Abrafrutas, Guilherme Coelho, disse que o Brasil, após conquistar o mercado de melão para a China, pode dar mais um passo nos acordos comerciais. Segundo ele, o governo chinês entrou em contato com o País para viabilizar também a importação de uva. "Estive com ministra Tereza Cristina na semana passada porque já é tempo da gente cobrar o que vai acontecer", afirmou Coelho. Além da China, a Abrafrutas também trabalha para ampliar as exportações a outros países, como Colômbia, Estados Unidos, África do Sul e Coreia do Sul.

DIGITALIZAÇÃO

Matéria publicada do jornal Valor, afirma que a pandemia do novo Coronavírus não só manteve os produtores rurais do Brasil particularmente interessados em digitalizar seus negócios como fez com que esse apetite, ampliado para mais elos da cadeia, aumentasse mais que em outros países, como nos Estados Unidos. É o que aponta o estudo "A Cabeça do Agricultor Brasileiro na Era Digital Pulso 2021", divulgado pela consultoria McKinsey.

EMPREGOS

A agropecuária registrou saldo positivo de 23.055 postos de trabalho formais em fevereiro de 2021, o melhor resultado para o mês desde 2011, segundo Comunicado Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A publicação analisou os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado pelo Ministério da Economia, que apontou a abertura de 401.639 novas vagas de empregos no país em fevereiro.

NOBEL DA PAZ

O ex-ministro da Agricultura Alysson Paolinelli, indicado ao Prêmio Nobel da Paz 2021, é o próximo palestrante do Ciclo de Palestras Técnicas da Embrapa Cerrados. No dia 7 de abril, às 10h, ele apresenta o tema "Pesquisa Agropecuária Brasileira: passado, presente e futuro". Engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura de Lavras, onde também foi professor de Hidráulica, Irrigação e Drenagem e diretor. Também foi Deputado Federal e Ministro da Agricultura.

MOAGEM

Na primeira quinzena de março, as unidades da região Centro-Sul processaram 1,67 milhão de toneladas de cana-de-açúcar. Desse total, quase 70% da matéria-prima foi destinada à produção de etanol, que alcançou 199,88 milhões de litros. A quantidade fabricada de açúcar, por sua vez, alcançou apenas 51,46 mil toneladas. A produção de etanol a partir do milho representou cerca de dois terços do total na primeira quinzena de março, com 127,60 milhões de litros.

RURALIDADE

Chegou a hora de mudar o paradigma da ruralidade. De deixar de vê-la como sinônimo de pobreza para pensá-la como um espaço de desenvolvimento e de um futuro sustentável para os jovens, sendo fundamental que as políticas públicas sejam orientadas à redução do hiato que ainda existe entre o mundo urbano e o mundo rural quanto a oportunidades de acesso à educação, saúde, conectividade digital ou infraestrutura. A Ministra da Agricultura do Chile, María Emilia Undurraga, está empenhada nessa tarefa, que definiu como "igualar o campo", conforme contou em uma entrevista no programa AgroAmérica, transmitido pelo canal de TV Agro Mais, do Brasil.

EDITOR

O jornalista Mauricio Picazo Galhardo tem 63 anos, é paulistano do bairro do Brás. Esteve por dois anos morando no exterior; na República Oriental do Uruguai, República do Paraguai e República Argentina. Em 2013 se interessou pelo setor do agronegócio, e agora tem esta coluna semanal de noticias do agronegócio em geral. Também é o autor do quadrinho semanal Agro-Cartoon, publicado no site: www.agro-cartoons.blogspot.com.br. Email: mauricio.picazo.galhardo@gmail.com

FACEBOOK.COM/MAURICE.PICAZO

ENCALSO PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES S.A.

Companhia Aberta
NIRE 35.300.471.776 - CNPJ 21.262.638/0001-70
Assembleia Geral Ordinária – Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas da Encalso Participações em Concessões S.A. ("Companhia"), para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 30 de abril de 2021, às 11h00, de forma semipresencial em sua sede social na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 3421, 8º andar, parte, Jardim Paulista, CEP 01401-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório da administração e as demais contas e documentos pertinentes à deliberação da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; **(ii)** deliberar sobre a proposta da administração da destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e **(iii)** reeleição dos membros do Conselho de Administração. Informamos aos senhores acionistas, ademais, que os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, foram publicados no dia 31 de março de 2021, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, e no Jornal O Dia SP, e encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nas plataformas eletrônicas da Companhia (RI.encalso.com.br/) (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br). Também se encontram disponíveis nestes endereços eletrônicos todos os demais documentos pertinentes às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária. São Paulo, 31 de março de 2021. Sergio Lima Gabionetta – Diretor Presidente.

CLORA PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/ME nº 14.532.941/0001-80 - NIRE 35.226.014.923
Ata da Reunião de Sócios Realizada em 03/04/2021

Data, Hora e Local: 03/04/2021, às 11h, na sede. **Presença e convocação:** dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença dos sócios **(i) Rames Nassar**, RG nº 5.552.317-2 SSP/SP, CPF 008.148.498-49; (b) **João Urbano Nassar**, RG 13.128.685-7 SSP/SP, CPF 114.422.848-10; (c) **Paulo Urbano Nassar**, RG 13.576.486-5 SSP/SP, CPF 151.451.958-50; (e) **Beatriz Nassar Pereira de Almeida**, RG 13.576.651 SSP/SP, CPF 117.761.638-69. **Mesa:** Presidente: João Urbano Nassar; Secretário: Paulo Urbano Nassar. **Deliberações:** por unanimidade e sem quaisquer restrições, por considerarem que o capital social é excessivo em relação ao objeto social, aprovaram a redução do capital social, no valor de R$ 15.920.138,00, mediante o cancelamento de 15.920.138 quotas do capital social, com valor nominal de R$ 1,00 cada, todas de titularidade do sócio **Rames Nassar**, a quem se restituirá a importância de R$ 15.920.138,00, em bens ou em dinheiro. Em decorrência da redução do capital, o capital social da Sociedade passará dos atuais R$ 16.218.515,00 dividido em 16.218.515 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada, **para** R$ 298.377,00, dividido em 298.377 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado, distribuídas entre os sócios. A respectiva alteração do contrato social da Sociedade será realizada e levada a arquivamento na Junta Comercial após o prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação de extrato desta ata no Diário Oficial e em jornal de grande circulação, ficando a cargo dos administradores da Sociedade tomar as providências para que tal publicação seja efetivada na forma estabelecida no artigo 1.084 do Código Civil. Nada mais. São Paulo, 3 de abril de 2021. Presidente: João Urbano Nassar; Secretário: Paulo Urbano Nassar.

SERASA S.A.

NIRE: 35.300.360.426 - CNPJ/MF: 62.173.620/0001-80
Ata da Reunião de Diretoria da Serasa S.A. Realizada em 28 de Novembro de 2019

Aos 28 dias do mês de novembro de 2019, às 15h30, reuniu-se a Diretoria da Serasa S.A., em sua sede social, na Avenida das Nações Unidas, 14401 - Torre C-1 do **Complexo Parque da Cidade** - conjuntos 191, 192, 201, 202, 211, 212, 221, 222, 231, 232, 241 e 242, no cidade e Estado de São Paulo, com a presença de seu Diretor Presidente, Sr. José Luiz Teixeira Rossi, e de seus Diretores, Srs. Valdemir Bertolo, Sergio Souza Fernandes Junior, Vanderlei Dias Mendonça, Alberto Wagner Teixeira Campos e Rodrigo José Sancher. Assumiu a Presidência da reunião o Sr. Diretor Presidente, que convidou a mim, Renata Quiroga Chute (0ABISP nº 173.499), para secretariá-lo. A seguir, informou que a reunião tinha a finalidade de deliberar sobre a transferência da filial situada na Avenida das Nações Unidas, 14401 - Torre C-1 do **Complexo Parque da Cidade** - conjuntos 191, 192, 201, 202, 211, 212, 221, 222, 231, 232, 241 e 242, Bairro Chácara Santo Antônio, **São Paulo/SP**, CEP 04794-000, CNPJ 62.173.620/0129-64 e registrada sob o NIRE nº 35.905.932.390, para a Alameda dos Quinimurcas nº 187, Planalto, Paulista, São Paulo/SP, CEP 04068-900, para exercer: **(a)** como **atividade econômica principal** a prestação de serviços de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica **(CNAE 70.20-4-00)**; **(b)** como **atividades secundárias** as seguintes atividades: **(b.1)** desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis **(CNAE 62.02-3-00)**, **(b.2)** suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação **(CNAE 62.09-1-00)**, **(b.3)** outras sociedades de participação, exceto holdings **(CNAE 64.63-8-00)**, **(b.4)** outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente **(CNAE 73.19-0-99)**, **(b.5)** atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários **(CNAE 74.90-1-04)**, **(b.6)** gestão de ativos intangíveis não financeiros **(CNAE 77.40-3-00)**, **(b.7)** atividades de cobranças e informações cadastrais **(CNAE 82.91-1-00)**, **(b.8)** treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial **(CNAE 85.99-6-04)** e **(b.9)** tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet **(CNAE 63.11-9-00)**. Discutido o assunto, a proposta foi aprovada por unanimidade e deliberou-se adotar as providências para as regularizações necessárias perante. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. São Paulo, 28 de novembro de 2019. Renata Quiroga Chute - Secretária. JUCESP nº 30.645/20-7 em 14.01.2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

TRONOX PIGMENTOS DO BRASIL S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF 15.115.504/0001-24 - NIRE 29.300.010.065

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas convocados para a Assembleia Geral Ordinária da **Tronox Pigmentos do Brasil S.A.** ("Companhia") a ser realizada no dia 30 de abril de 2021, às 10:00 horas, **de modo exclusivamente digital**, por meio de plataforma eletrônica (plataforma Zoom), sem prejuízo do uso de endereço físico, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, nos termos do Manual de Participação divulgado pela Companhia, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) examinar, discutir e votar a proposta de destinação dos resultados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e (iii) eleger os membros do Conselho de Administração e fixar a remuneração global dos administradores para o ano vigente, no valor de até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), incluindo a parcela fixa e variável da remuneração. **Instruções Gerais:** **1.** Os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia ("Acionistas") poderão participar da Assembleia Geral Ordinária por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, das seguintes formas: (i) votando virtualmente, por meio de plataforma eletrônica; ou (ii) votando à distância, via boletim de voto à distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do Manual de Participação divulgado pela Companhia. **2.** O Acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, nos termos da Instrução CVM nº 481/2009, enviando o correspondente boletim de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes no Manual de Participação divulgado pela Companhia. **3.** Adicionalmente, os Acionistas, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, que optarem por participar virtualmente da Assembleia Geral Ordinária, por meio de plataforma eletrônica, deverão fornecer obrigatoriamente até o dia 28 de abril de 2021, inclusive, através do e-mail vaklar.veras@tronox.com a documentação exigida nos termos do Manual de Participação divulgado pela Companhia em 30 de março de 2021. A documentação e informações enviadas até o dia 28 de abril de 2021 serão validadas pela Companhia e o Acionista receberá, até as 23:59 horas (horário de Brasília/DF – Brasil), no dia 29 de abril de 2021, um link de acesso acompanhado de acesso pessoal e intransferível para sua participação virtual na Assembleia Geral Ordinária. Os acionistas que não enviarem os documentos obrigatórios para sua participação até o dia 28 de abril de 2021, não poderão participar da Assembleia Geral Ordinária. **4.** Para maiores informações sobre a participação na Assembleia Geral Ordinária virtual da Companhia, os Acionistas devem entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da **Companhia**, através do e-mail vaklar.veras@tronox.com ou do telefone (71) 3634-9114. **5.** Os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas na Assembleia Geral Ordinária encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data na sede da Companhia, no endereço eletrônico da Companhia em www.tronox-pi.com.br, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM em www.cvm.gov.br e da BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores e Mercadorias de São Paulo, em www.bmfbovespa.com.br. O percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição do voto múltiplo, na forma da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, é, nesta data, de 5% (cinco por cento). **6.** Os percentuais mínimos de ações com e sem direito voto, para a instalação do Conselho Fiscal, foram constatados o previsto na Instrução CVM nº 324/00, são, respectivamente, de 2% e 1%. Camaçari, 30 de março de 2021. **Roberto Garcia de Souza** - Presidente do Conselho de Administração.

ISEC SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - NIRE 35.300.340.949 - CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08
Ata de Reunião do Conselho de Administração em 18.02.2021

1. Data e Horário e Local: Em 18.02.2021, às 10hs, sede social da Sec Securitizadora S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Iataquara, nº 1.123, conjuntos 215, Itaim Bibi, CEP 04533-004, em São Paulo/SP. **2. Convocação e presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, em virtude do comparecimento da totalidade dos membros do Conselho de Administração. Presente, também, a secretária, Andresa Maciel Scerni. Tendo sido verificado o quórum necessário para sua instalação, a presente reunião foi declarada regularmente instalada ("RCA"). **3. Mesa:** Sr. Daniel Monteiro Coelho De Magalhães, Presidente; e Sra. Andressa Maciel Scerni, Secretária. **4. Ordem do Dia:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da companhia para deliberarem sobre: (i) aceitação da renúncia apresentada por Sr. José Miguel da Fonseca Rodrigues; (ii) a eleição do Sr. Pedro Paulo Oliveira de Moraes para o cargo de Diretor de Distribuição; (iii) em virtude da eleição acima citada, ratificar a composição da Diretoria da Companhia. **5. Deliberações:** Os Srs. Conselheiros deliberaram, inicialmente, pela aceitação da ata da RCA em forma de sumário. Após examinar a matéria constante da ordem do dia, foram tomadas as seguintes deliberações: **5.1.** Com relação ao item (i) da ordem do dia, foi **aceita** a renúncia do Sr. José Miguel da Fonseca Rodrigues, brasileiro, casado, administrador de empresas, cédula de identidade nº 20.301863-9 CRA/RJ, CPF/ME nº 854.308.117-34 ao cargo de Diretor de Distribuição (**Anexo A**); **5.2.** Com relação ao item (ii) da ordem do dia, foi **aprovada** a eleição do **Sr. Pedro Paulo Oliveira de Moraes**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 24.724.747-9 SSP/SP, CPF/ME nº 222.043.388-93 para ocupar o cargo de Diretor de Distribuição **5.2.1.** O Diretor eleito cumpre todos os requisitos do artigo nº 147 da Lei federal nº 6.404/76 e declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por estar sob efeitos de uma delas, que lhe impeça o acesso a cargo público, ou por haver sido condenado por crime falimentar, de prevaricação, de peculato, de concussão, de suborno, de concussão, de peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, contra a fé pública, ou contra a propriedade, ou ainda a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, conforme o disposto no artigo 1º, II, "e" da LC 105/01, e que não se encontra em situação de conflito de interesses com a Companhia, conforme o disposto no artigo 147, § 3º da Lei 6.404/76 e que preenche os requisitos de reputação ilibada, conforme o disposto no artigo 147, § 1º da Lei 6.404/76 e que se compromete a manter os requisitos de reputação ilibada durante o período em que estiver no cargo de Diretor de Distribuição; **5.3.** Os Srs. Conselheiros, aprovaram, em decorrência da quarta deliberação acima, a ratificação da composição da Diretoria da Companhia, que passa a vigorar conforme a seguinte redação: **Diretor Presidente:** Sr. **Daniel Monteiro Coelho De Magalhães**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 34.309.220-7, CPF/ME nº 311.818.988-62, eleito na Reunião do Conselho de Administração da Companhia em 04/09/2019 e ocupa o cargo de Diretor de Operações; e **i)** A Sra. **Ila Alves Sym**, brasileira, casada, advogada, RG nº 375738-01 SSP/SP e CPF/ME nº 041.045.837-30, eleita na reunião do Conselho de Administração da Companhia em 01/10/2020 e ocupa o cargo de Diretora de Compliance; e **ii)** O Sr. **Pedro Paulo Oliveira de Moraes**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 24.724.747-9 SSP/SP, CPF/ME nº 222.043.388-93, eleito na Reunião do Conselho de Administração da Companhia em 18/02/2021 e que ocupa o cargo de Diretor de Distribuição. **5.5.** Os Srs. Conselheiros, aprovaram, em decorrência da quarta deliberação acima, a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos, registros e publicações necessárias, sem a publicação dos anexos desta ata, e demais medidas que se fizerem imprescíveis para implementar a presente deliberação na presente reunião. **6. Encerramento:** Nada mais tendo sido tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi lavrada a presente ata na forma de sumário, que, após lida e achada conforme, foi assinada pelos Srs. Conselheiros presentes. São Paulo, 18.02.2021. Andressa Maciel Scerni - Secretária. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. Mesa: Daniel Monteiro Coelho De Magalhães - Presidente; Andressa Maciel Scerni - Secretária. Conselheiros: Ivo Vel Kos, Ivan Ferrucio Rocha da Silva Figueiras, Daniel Monteiro Coelho De Magalhães. JUCESP nº 131.748/21-3 em 12.03.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0010126-14.2020.8.26.0001. O MM. Juiz de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr. ADEVANIR CARLOS MOREIRA DA SILVEIRA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a VANESSA DE SOUZA ANCIM DA SILVA, Brasileira, Casada, RG 050460033X0, CPF 313.743.578-12, com endereço à Alameda dos Pinheiros, 200, Campestre, CEP 09080-220, Santo André - SP que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Hospital São Camilo - Santana. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, com prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, paga a quantia de R$ 13.261,51 (06/2020), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. São Paulo, 17 de fevereiro de 2021. 06 e 07 / 04 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1018294-85.2020.8.26.0001. Classe: Execução de Título Extrajudicial - DIREITO CIVIL. Exequente: Emp Souza Serviços Administrativos Eireli. Executado: Espólio de Judith Gonçalves. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1018294-85.2020.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito do 9ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Olivia Ricardo de Toledo Junior, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos os que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que, por este juízo da 9ª Vara Cível do Foro Regional de Santana da Comarca de São Paulo e respectiva secretaria, processam-se a Ação de Execução nº 1018294-85.2020.8.26.0001, movida por EMP Souza Serviços Administrativos EIRELI, tendo como pedido a condenação da executada ao pagamento de R$ 2.758,42 (dois milhões, setecentos e oitenta e um mil, quatrocentos e vinte e dois reais e setenta e dois centavos), atualizado em agosto/2020, e demais cominações legais, e expedido o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, para intimação dos herdeiros de Judith Gonçalves, brasileira, solteira, falecida em 11/04/2020 sem deixar herdeiros conhecidos, para manifestar-se sobre a indisponibilidade de alvos de titularidade da de Executada nos bancos: Santander, Caixa Econômica e do Brasil, no valor de R$ 814.668,25, R$3.008,17 e R$1.376.652,19 no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do § 2º do Artigo 854 do CPC. Para conhecimento de todos e para que ninguém alegue ignorância, será publicado e afixado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de março de 2021. 06 e 07 / 04 / 2021

FORO REGIONAL I - SANTANA - 9ª VARA CÍVEL - EDITAL de CITAÇÃO - Prazo de **15 dias** - Processo nº **1024098-68.2019.8.26.0001**. O MM. Juiz de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, **DR. CLOVIS RICARDO DE TOLEDO JUNIOR**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a CARLOS ALBERTO RINALDI ARTIGOS ARMARINHOS EPP**, sociedade limitada de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.495.215/0001-22, que lhe foi proposta uma ação **MONITÓRIA** por parte de **ESTRELA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, alegando em síntese: **"A** credora da executada no valor de R$ 30.256,74 (trinta mil dutzentos e cinquenta e seis reais e setenta e quatro centavos) em decorrência de diversas compras de bobinas de etiquetas "PVC", celebrada entre as partes durante os meses de setembro, outubro, novembro e dezembrode 2018,conforme comprovam notas fiscais: 002.322/002.351/002.371/002.402/002.429/002.535/002.549/002.564 e 002.667. A executada não cumpriu com nenhum dos pagamentos avençados, fato que ocasionou protestos junto ao respectivo tabelionato de protestos de títulos. Com isso a exequente pede a condenação da executada no valor de R$30.256,74 (trinta mil duzentos e cinquenta e seis reais e setenta e quatro centavos), devidamente atualizado na forma da legislação pertinente (Tabela prática TJSP), além de custas processuais, honorários advocatícios em 20% e demais cominações legais". Encontrando-se a executada em lugar incerto ou não sabido, foi determinada sua **CITAÇÃO** por **EDITAL**, para os atos e termos da ação proposta e para que, **realize pagamento** do valor principal acrescido de 5% (cinco por cento) de honorários advocatícios, calculados sobre o valor da causa, no prazo **de 15 (quinze) dias**, que fluirá após decurso do prazo do presente edital, apresente **RESPOSTA**. Não sendo contestada a ação, a executada será considerada revel, caso, em que será nomeado **CURADOR ESPECIAL**. Será o presente edital, porextrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de novembro de 2020. 06 e 07/04

FORO REGIONAL V - SÃO MIGUEL PAULISTA - 2ª VARA CÍVEL - Av. Afonso Lopes de Baião nº 1736 - São Miguel Paulista - CEP08040-000 - Fone: 2052-8098 - R.282 - Email:saomiguel5v@tjsp.jus.br **EDITAL DE CITAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **1015373-49.2017.8.26.0005**. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, **Dr. TRAZIBULO JOSÉ FERREIRA DA SILVA**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a RICARDO TADASHI SATO**, brasileiro, casado, motorista de ônibus urbano, RG 35.103.095-5, CPF 332.685.038-70, 20º andar, que lhe foi proposta uma **ação de MONITÓRIA** por parte de **GENETON VEÍCULOS LTDA. ME**, alegando em síntese: O Requerido no mês de setembro/2015, emitiu o Título de Crédito, sendo (uma) cartulate de cheque, Banco Real, Agência 1281, co-saque Houve acordo (uma) para pagamento do título, sendo que o requerido não cumpriu, restando a dívida no valor de R$ 2.773,32 (dois mil setecentos e setenta e três reais e trinta e dois centavos). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO** por **EDITAL**, para que, no prazo **de 15 (quinze) dias, EFETUE o PAGAMENTO** da quantia devida, bem como o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, hipótese em que ficará isento do pagamento de custas processuais ou **OFEREÇA EMBARGOS** em legal prazo, **SOB PENA** de, decorrido o prazo, que fluirá a partir do prazo deste edital, ser **CONSTITUÍDO em TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de fevereiro de 2021.

IMI PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ/ME nº 14.532.970/0001-42 - NIRE 35.226.013.927
Ata da Reunião de Sócios Realizada em 03/04/2021

Data, Hora e Local: 03/04/2021, às 10h, na sede. **Presença e convocação:** dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença dos sócios: (a) **Rames Nassar**, RG 5.552.317-2 SSP/SP, CPF 008.148.498-49; (b) **João Urbano Nassar**, RG 13.128.685-7 SSP/SP, CPF 114.422.848-10; (c) **Paulo Urbano Nassar**, RG 13.576.486-5 SSP/SP, CPF 151.451.958-50; (e) **Beatriz Nassar Pereira de Almeida**, RG 13.576.651 SSP/SP, CPF 117.761.638-69. **Mesa:** Presidente: João Urbano Nassar; Secretário: Paulo Urbano Nassar. **Deliberações:** por unanimidade e sem quaisquer restrições, por considerarem que o capital social é excessivo em relação ao objeto social, aprovaram a redução do capital social, no valor de R$ 15.920.138,00, mediante o cancelamento de 15.920.138 quotas do capital social, com valor nominal de R$ 1,00 cada, todas de titularidade do sócio **Rames Nassar**, a quem se restituirá a importância de R$ 15.920.138,00, em bens ou em dinheiro. Em decorrência da redução do capital, o capital social da Sociedade passará dos atuais R$ 16.218.515,00 dividido em 16.218.515 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada, **para** R$ 298.377,00, dividido em 298.377 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado, distribuídas entre os sócios. A respectiva alteração do contrato social da Sociedade será realizada e levada a arquivamento na Junta Comercial após o prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação de extrato desta ata no Diário Oficial e em jornal de grande circulação, ficando a cargo dos administradores da Sociedade tomar as providências para que tal publicação seja efetivada na forma estabelecida no artigo 1.084 do Código Civil. Nada mais. São Paulo, 3 de abril de 2021. Presidente: João Urbano Nassar; Secretário: Paulo Urbano Nassar.

NSR PARTICIPAÇÕES S.A

CNPJ nº 14.805.778/0001-82 - NIRE 35.300.416.198
Ata de Assembleia Geral Extraordinária em 1º/04/2021

Data, hora e local: às 10h do dia 1º/04/2021, na sede social. **Convocação e presença:** dispensada, totalidade do capital social. **Mesa:** João Urbano Nassar (Presidente) e Paulo Urbano Nassar (Secretário). **Deliberações:** (i) capital social da Companhia efetivo correspondente a R$ 32.804.606,28, subscrito e totalmente integralizado, dividido em 31.881.943 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, sendo 7.167.316 ações ordinárias da Classe "A", 3.212.679 ações ordinárias da Classe "B" e 21.501.948 ações ordinárias da Classe "C". Aprovada a redução do capital social da Companhia, por ser excessivo em relação às atividades constantes em seu objeto social, no valor de R$ 31.840.275,60, mediante o resgate de 1.440.668 ações ordinárias da Classe "B", nominativas, sem valor nominal, sendo que, do total das ações canceladas: **(a)** 721.348 são de titularidade da acionista **IMI Participações Ltda.** – CNPJ/ME nº 14.532.970/0001-42, JUCESP NIRE 35.226.013.927; e **(b)** 719.320 são de titularidade da acionista **Clora Participações Ltda.**, CNPJ 14.532.941/0001-80, JUCESP NIRE 35.226.014.923. O valor referente à redução de capital da Companhia será restituído, em bens ou em dinheiro, às acionistas **IMI Participações Ltda.** e **Clora Participações Ltda.** e Capital da Companhia passará de R$ 132.804.606,28, subscrito e totalmente integralizado, dividido em 31.881.943 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, sendo 7.167.316 ações ordinárias da Classe "A", 3.212.679 ações ordinárias da Classe "B" e 21.501.948 ações ordinárias da Classe "C" **para** R$ 100.964.330,68, subscrito e totalmente integralizado, dividido em 30.439.248 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, sendo 7.167.316 ações ordinárias da Classe "A"; 1.769.984 ações ordinárias da Classe "B" e 21.501.948 ações ordinárias da Classe "C". A redução de capital social ora aprovada só será efetivada após decorrido o prazo legal de 60 dias para manifestação dos credores, contados das publicações exigidas pela Lei das S/A. Em razão da deliberação acima, o Artigo 9º do Estatuto Social passará a vigorar conforme a seguinte redação: "*Artigo 9º - O capital social totalmente subscrito e integralizado, em bens e moeda corrente nacional é de R$ 100.964.330,68, dividido em 30.439.248 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, sendo 7.167.316 ações ordinárias da Classe "A"; 1.769.984 ações ordinárias da Classe "B" e 21.501.948 ações ordinárias da Classe "C"*; **(ii)** a autorização para que a administração tome todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das deliberações acima. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo/SP, 1º de abril de 2021. João Urbano Nassar (Presidente) e Paulo Urbano Nassar (Secretário).

ISEC SECURITIZADORA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 45ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 4ª Emissão da Sec Securitizadora S.A. ("Emissão" e "Companhia", respectivamente) vêm por meio deste edital, a fim de convocarem-se para a Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 4ª Emissão da Companhia ("Titulares" e "CRI", respectivamente) que se reunirão em primeira convocação, no dia **22 de abril de 2021, às 10:00 horas**, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, conforme instruções fornecidas via CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("IN CVM 625"), nos termos deste edital, a fim de nos termos da cláusula Décima Sexta do Termo de Securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 4ª Emissão da Emissora ("Termo de Securitização"), deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** não declaração do vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário Nº PP 280619 (conforme adiante, a "CCB") e consequentemente dos CRI, em razão do não atendimento pela Devedora do Fluxo Mínimo Mensal CVC de forma trimestral, demais providências e/ou documentos da Devedora; **(b)** caso não seja decretado o vencimento antecipado da CCB e consequentemente dos CRI, conforme item (i) acima, aprovar a prorrogação do prazo por 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da aprovação pelos titulares de CRI em Assembleia, para apresentação das demonstrações financeiras auditadas por empresa especializada, reconhecida pela CVM, referentes aos exercícios de 2018 e 2019; **(C)** ratificar a contratação realizada, por um dos Titulares dos CRI, de serviços de engenharia prestados pelo Sr. Eng. Alberto Jacob dos Barros Carvalho, a fim de constatar a evolução da obra do Empreendimento, bem como autorizar a Securitizadora a utilizar recursos existentes no Fundo de Despesas para reembolso do pagamento efetuado pelo Titular dos CRI, dos serviços ora prestados; **(D)** autorização para que a Securitizadora utilize recursos existentes no Fundo de Despesas para o pagamento das despesas vencidas com fornecedores e prestadores de serviços, relativas à obra do Empreendimento; **(E)** caso não aprovado o vencimento antecipado da CCB e consequentemente dos CRI, conforme item (i) acima, autorizar que a Securitizadora possa utilizar eventuais recursos excedentes existentes na Conta Centralizadora dos CRI, para quitação das despesas à vencer com fornecedores e prestadores de serviços relativas a obra do Empreendimento, por conta e ordem da Devedora, bem como da empresa responsável pelo acompanhamento das obras e dos pagamentos das obras; **(F)** autorizar a venda dos Novos Imóveis objeto das matrículas de nº 50.863 ("Imóvel ARENAGE") e de nº 43.765 ("Imóvel ARENAGE", ambos do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Camaçari/BA, de propriedade da garantidora Arenage Construções Navais S/A, CNPJ/ME nº 78.609.682/0001-21, para a empresa Santa Cruz Engenharia Ltda, ou sociedade controlada por esta ("Venda dos Imóveis" e "Imóveis", respectivamente), nos termos e/ou que seja aprovado pelos Titulares do CRI em Assembleia e/ou demais cláusulas e condições: (i) preço mínimo para venda dos Imóveis ("Preço Mínimo"); (ii) forma de pagamento do Preço Mínimo, de modo que possa ser utilizado parte com recursos financeiros em moeda corrente nacional e outra parte com dação em pagamento de propriedade da Companhia e/ou da empresa a ser constituída para receber os Imóveis ("Novos Imóveis"); (iii) autorizar a contratação pela Securitizadora de escritório especializado, às expensas do Patrimônio Separado, para realização de auditoria jurídica acompanhado do preenchimento de Questionários e Laudo Jurídico, a ser apresentado aos Investidores, semelhantes, relacionado ao Comprador e eventualmente dos Novos Imóveis que venham ser oferecidos em forma de pagamento pelo Preço Mínimo; (iv) apresentação de laudo de avaliação atualizado dos Novos Imóveis, emitido por empresa especializada da a ser definida em Assembleia; (v) caso o campo dos Imóveis venha ser realizada com o pagamento de parte do Preço Mínimo com recursos financeiros e a outra parte com Novos Imóveis, autorizar: (i) o recebimento, pela Securitizadora, dos Novos Imóveis em garantia de operação de crédito, o recebimento dos Novos Imóveis, pela Securitizadora, no patrimônio separado para fins de venda e monetização futura, possibilitando assim a amortização extraordinária da CCB, devendo os valores de venda serem direcionados à conta-corrente do Patrimônio Separado; (ii) os Novos Imóveis em garantia, passando estes a constituírem o patrimônio separado, autorizar que todos os custos e despesas relativos à locação/ sejam cedidos fiduciariamente e consequentemente demonstrados também para o cálculo do lastro; (iii) caso os Novos Imóveis sejam colocados para venda, autorizar que seja contratado tecnico especializado e de 1º linha para prestar esse serviços de venda; **(G)** autorização para que a Securitizadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizem todos os atos necessários para a implementação das deliberações da AGE ora convocada, mas se limitando, sem limitação, à deliberação de aditamento aos instrumentos do emissão dos CRI, com a autorização para contratação de assessoria jurídica para elaboração dos aditamentos, às custas do patrimônio separado. Os termos iniciados por letras maiúsculas que não estiverem nesta convocação terão o significado a eles atribuídos no Termo de Securitização. A Securitizadora disponibiliza ora informa que o material necessário para embasar a deliberação dos Titulares dos CRI estará disponível no site da Emissora: www.isecsecuritizadora.com.br e no site da CVM: www.cvm.gov.br. O AGE será instalada em primeira convocação, com a presença dos Titulares dos CRI que representem no mínimo metade dos CRI em circulação e em segunda convocação por qualquer número, sendo que a quórum de deliberação da matéria, em primeira convocação e em qualquer convocação subsequente, **será de 75% (setenta e cinco por cento)**, nos termos da cláusula 16.51 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão manifestar restrições relacionadas principalmente ao fluxo e agilomeração de pessoas impostas pelo governo nacional e internacional em face da ampla e contaminação do novo coronavírus causador da Covid-19, bem como o disposto no Ofício Circular nº 06/2020/CVM/SIN, de 26 de março de 2020, informamos aos Titulares dos CRI que a assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma remota através do sistema Teams da companhia via internet. Nesse sentido, reforçamos aos Titulares dos CRI, bem como seus procuradores devendo encaminhar os documentos de identificação, e demais documentos necessários para a comprovação de poderes e/ou representação, para o e-mail: ri@isecsecuritizadora.com.br, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da data de realização da Assembleia, para os e-mails jurídico@isecsecuritizadora.com.br e agente@oliveiratrust.com.br, sob pena de não ingresso no presente ato.

São Paulo, 01 de abril de 2021. **ISEC SECURITIZADORA S

ECOBAN

NIRE 35.300.414.683
CNPJ 11.247.000/01-27

ECOBAN AMBIENTAL S.A
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração submete a apreciação de V. Sas. as demonstrações contábeis do exercício em 31 de dezembro de 2020, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 30 de março de 2021. **A Administração.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020 E 2019 - (em milhares de reais)

ATIVO	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5.851	5.857	5.857
Contas a receber	82	54	82
Outros créditos	103	106	103
	6.036	6.018	6.042
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Partes relacionadas	636	604	636
	636	604	636
Investimento	1.600	-	-
Imobilizado	2	581	2
Intangível	-	-	1.594
	1.602	581	1.596
	2.238	1.185	2.232
TOTAL ATIVO	**8.274**	**7.201**	**8.274**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	-	910	-
Fornecedores	835	141	835
Salários e obrigações sociais	104	97	104
Obrigações tributárias	284	312	284
Outras contas a pagar	-	1	-
	1.224	1.461	1.224
NÃO CIRCULANTE			
Tributos diferidos	79	72	79
Outras obrigações	1	1	1
	80	73	80
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social realizado	3.714	3.714	3.714
Reservas de lucros	3.256	1.953	3.256
Total do patrimônio líquido	6.970	5.667	6.970
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**8.274**	**7.201**	**8.274**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva de Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	3.714	743	1.638	-	6.135
Lucro líquido do exercício				3.670	3.670
Distribuição de dividendos conforme RCA			(1.639)		(1.639)
Distribuição de dividendos intercalares				(2.500)	(2.500)
Reserva Legal		184		(184)	-
Reserva de retenção de lucros			986	(986)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	3.714	967	986	-	5.667
Lucro líquido do exercício				5.503	5.503
Distribuição de dividendos conforme RCA			(986)		(986)
Distribuição de dividendos intercalares				(3.214)	(3.214)
Compensação reserva legal		(224)		224	-
Reserva de retenção de lucros			2.513	(2.513)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	3.714	743	2.513	-	6.970

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da **Ecoban Ambiental S.A.**
São Paulo – SP

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ecoban Ambiental S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Ênfase - Transações com parte relacionada - Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, aproximadamente 90% das receitas da Companhia ocorrem com um único cliente (parte relacionada), o que indica dependência operacional e financeira da Companhia para a continuidade das suas operações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto

Outros assuntos - As demonstrações contábeis da companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por outro auditor que, em seu relatório, datado de 24 de março de 2020, expressou opinião sem modificação sobre essas demonstrações.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis individuais. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a apropriação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incertezas relevantes em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões são baseadas fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Companhia e suas controladas deixem de manter a continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas refletem as transações e os eventos subjacentes de forma compatível com o objetivo de apresentação adequada. • obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às pessoas ou entidades das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança e desempenho, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas, bem como das deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2021

Regis Eduardo Bastida dos Santos
CT CRC 1SP-255.954/O-0
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

As demonstrações contábeis na íntegra, auditadas pela Grant Thornton Brasil, encontram-se à disposição dos interessados na sede da sociedade. **A ADMINISTRAÇÃO**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020
Receita operacional líquida	8.200	8.047	8.200
Custos dos serviços prestados	(1.327)	(2.786)	(1.327)
LUCRO BRUTO	**6.873**	**5.261**	**6.873**
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais	(243)	(232)	(243)
Outras receitas (despesas)	-	1	-
Resultado Financeiro líquido	(142)	(122)	(142)
	(384)	(534)	(384)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**6.489**	**4.727**	**6.489**
Contribuição Social	(267)	(286)	(267)
Imposto de renda	(719)	(771)	(719)
	(986)	(1.057)	(986)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**5.503**	**3.670**	**5.503**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	**1,48**	**0,99**	**1,48**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**5.503**	**3.670**	**5.503**
Outros resultados abrangentes	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	**5.503**	**3.670**	**5.503**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício	5.503	3.670	5.503
Reconciliação do resultado com o caixa obtido nas operações:			
Depreciação	579	1.975	579
Receitas financeiras	305	345	305
Despesas juros	31	174	31
Resultado na baixa do ativo imobilizado e intangível	-	1	-
	6.418	6.196	6.418
Aumento (diminuição) de ativos:			
Contas a receber	(333)	(246)	(333)
Tributos e contribuições compensáveis	23	-	23
Outros ativos	(30)	(41)	(30)
Aumento (diminuição) de passivos:			
Salários e obrigações sociais	7	43	7
Fornecedores	(6)	16	(6)
Obrigações tributárias	(290)	(257)	(290)
Imposto de Renda e Contribuição Social	269	225	269
Outros passivos	-	1	-
Caixa líquido gerado nas atividades Operacionais	6.035	5.960	6.035
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de imobilizado/intangível	-	(3)	(894)
Aquisição de investimento	(900)	-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(900)	(3)	(894)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(867)	(1.337)	(867)
Pagamento de juros	(74)	(226)	(74)
Distribuição de dividendos	(4.200)	(4.136)	(4.200)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(5.141)	(5.700)	(5.141)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO	**(6)**	**255**	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.857	5.602	5.857
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.851	5.857	5.857
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(6)	255	-

DIRETORIA

Renato Alcantara Gusmão - Contador - CRC 1SP133123/O-1

VIGOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 13.324.184/0001-97 - NIRE 35.300.391.047

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam os senhores acionistas da Vigor Alimentos S.A. ("Companhia") convocados a se reunirem em AGO que será realizada no dia 30/04/2021, em 1ª convocação às 11h e em 2ª às 11h30min, na sede social da Companhia, situada na R. Joaquim Carlos, 386, 1º andar, Brás, CEP 03019-900, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** apreciar o relatório da administração, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31/12/2020; **(iii)** fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2021; e **(iv)** outros assuntos de interesse dos acionistas presentes. São Paulo/SP, 6/04/2021. **Alberto Alfredo Arellano Garcia** - Presidente do Conselho de Administração. A Administração da Vigor Alimentos S.A. **(06, 07, 08/04/2021)**

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
29º SUBDISTRITO SANTO AMARO
OFICIAL - MARCO ANTONIO CORREA MONTEIRO
Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

VINICIUS PEREIRA RIBEIRO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ESTÉTICA AUTOMOTIVA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(15/02/1997), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE VALDENOR SILVARIBEIRO E DE LUCILENE PEREIRA DA SILVA. **JAQUELINE SANTOS DE SOUZA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO VENDEDORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(13/04/1996), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE MANOEL ANTONIO DE SOUZA E DE CICERA SANTOS DE SOUZA.

BRENO FERREIRA SENA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃOANALISTA DE SISTEMAS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (06/11/1995), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE CLAUDIO ANDRADE SENA E DE NEUSENITA FERREIRA PEREIRA. **LARISSA DA SILVA SOUZA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃOAÇOUGUEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (08/02/1997), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE WALTER ALVES DE SOUZA E DE MARIAANGELA DA SILVA SOUZA.

WILSON CARLOS GARCIA JUNIOR, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO TRANSPORTADOR DE CARGAS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (10/05/1993), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE WILSON CARLOS GARCIA E ARACY TABAJARA DE CARVALHO. **NAYARA APARECIDA DA COSTA BATISTA RIBEIRO**, ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ADVOGADA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(02/10/1990), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE GERALDO MAGELARIBEIRO E DE VANIA DA COSTABATISTA RIBEIRO.

NILITON DA COSTA MACHADO, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO PEDREIRO, NASCIDO EM SANTO ANDRÉ, SP NO DIA (06/11/1989), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ LEALMACHADO E DE MARGARIDA DACOSTAMACHADO. **MARINA GABRIELLI MARTINS DO AMARAL,**ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO INTERPRETE DE LIBRAS, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (08/05/1996), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE WALTER ALVES DOAMARAL E DE GEOVANE ALVES MARTINS DO AMARAL.

DENILSON VIANA DOS SANTOS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO SEGURANÇA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(25/08/1997), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE EDMILSON FERREIRA DOS SANTOS E DE ROSILENE MENDES VIANA. **INGRID THAMIRES DE OLIVEIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (16/06/1998), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHA DE ELISANGELAAPARECIDA DE OLIVEIRA.

ANDERSON RICARTE DE LIMA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO CORRETOR DE IMOVEIS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(09/06/1980), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANTONIO COSMO VIDAL DE LIMA E DE MARIADOS SANTOS RICARTE DE LIMA. **TAINA VARJAO NASCIMENTO DEARAUJO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO RECEPCIONISTA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP NO DIA(31/05/1999), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DEAILTON FERREIRADE ARAUJO E DE CLEIDE VARJAO DO NASCIMENTO DEARAUJO.

VITOR VIANA DE FARIAS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO HIGIENIZADOR DE ESTORADOS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(30/03/2001), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ LUCIANO DE FARIAS E DE ELIZABETE MARIA VIANA DE FARIAS. **LUANA NUNES MOURA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO RECEPCIONISTA, NASCIDAEM SUMARÉ, SP NO DIA (04/06/1998), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE JOSÉ ANDELSON FERREIRA MOURA E DE MARIA EDNA ROSA NUNES.

JARLEM DO NASCIMENTO JUNIOR, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PERSONALTRAINING, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(25/03/1983), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE JARLEM DO NASCIMENTO E DE ELEN DE MELO DO NASCIMENTO. **KELLYBRENNER,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO ESTETICISTA, NASCIDA EM PORTO ALEGRE, RS NO DIA (10/12/1977), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE VIVALDINO BRENNER E DE HASTABRENNER.

AGABO TEOFILO DE OLIVEIRA,ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PROMOTOR DE VENDAS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(06/12/1999), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE PAULO SERGIO DE OLIVEIRA E DE MARIA VENANCIO DE OLIVEIRA. **LUCIANA RAMOS RUAS SILVA,**ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR DE CARTORIO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(02/12/2000), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE LUCIANO RUAS SILVA E DE CELI SILVARAMOS.

RODRIGO SILVA MORCELLI,ESTADO CIVILDIVORCIADO, PROFISSÃO ENGENHEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(22/04/1982), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANTONIO EDSON MORCELLI E DE MARIA DE LOURDES DA SILVA MORCELLI. **ROBERTA MARQUES DOS SANTOS,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃOADVOGADA, NASCIDAEM BARRADO GARÇAS, MT NO DIA (20/02/1982), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHA DE SEBASTIÃO QUIRINO DOS SANTOS E DE ANALIA MARQUES DOS SANTOS.

CLECIO RIBEIRO SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MOTORISTA DE APLICATIVO, NASCIDO EM IMPERATRIZ, MA NO DIA(28/04/1980), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE CIRINO JACINTO SILVA E DE MARIAIRAIDE RIBEIRO SILVA. **RAIMUNDA MEIRE COSTAPIMENTEL,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ESTETICISTA, NASCIDA EMARAOSES, MANO DIA(01/01/1989), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ RIBAMAR COSTA PIMENTEL E DE MARIADO ROSÁRIO SOUZA COSTA.

YURIAUGUSTO CARREIRO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO BANCARIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(18/01/1993), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE CILMAR AUGUSTO CARREIRO E DE ELVANI SOUZA MACHADO CARREIRO. **ANA CAROLINA FERNANDES SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ESTILISTA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP NO DIA(02/08/1993), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHA DE BENEDITO RONALDO DASILVAE DE MONICA DACOSTA FERNANDES SILVA.

NIKOLAS JANKE COMBINE, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ENGENHEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(02/02/1996), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE IRINEU JACINTO COIMBRA E DE URSULA SCHELD JANKE COIMBRA. **BIANCA PULSCHEN GASPAR,** ESTADO CIVILSOLTEIRA, PROFISSÃO PSICÓLOGA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (10/02/1996), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE LUIZANTONIO MARQUES GASPAR E DE ANDREADE SOUZA PULSCHEN GASPAR.

PABLO RODRIGO DOS SANTOS SOUZA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO LAVADOR DE CARROS, NASCIDO EM CARAPICUÍBA, SP NO DIA (23/06/1981), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP FILHO DE DANIEL DE SOUZA E DE NEIDEAPARECIDADOS SANTOS SOUZA. **VANESSA AQUINO DOS SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (24/11/1993), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE REINALDO CONCEIÇÃO DOS SANTOS E DE VALDETE DEAQUINO.

FELIPE MOREIRA DASILVA,ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃOADVOGADO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(05/09/1988), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE CARLOS ALBERTO DE FRANCISCA MOREIRAPINTO DE ALMEIDA. **ANAPAULAAYUKE UNNO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO VENDEDORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (01/04/1989), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHA DE MITSUO PAULO UNNO E DE MARIA APARECIDA BATISTA UNNO.

KLEBER DA MOTA OLIVEIRA, ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃO EMPRESARIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(25/05/1975), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ELIO OLIVEIRAE DE OZITA GOMES DAMOTAOLIVEIRA. **VANESSA LESZCZYNSKI VON LESZNA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO EMPRESARIA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP NO DIA(1/01/ 0021974), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHA DE LASZLO LESZCZYNSKI VON LESZNA E DE METTE LESZCZYNSKI VON LESZNA.

RONALDO DOSANJOS TELES, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ANALISTA DE SISTEMAS, NASCIDO EM DUQUE DE CAXIAS, RJ NO DIA (17/08/1981), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE MIRALDO DE ALMEIDA TELES E DE MARIADO CARMO CONCEIÇÃO DOS ANJOS TELES. **ROSANA SOARES MENDES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO COMPRADORA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SPNO DIA(01/05/1981), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE CELSO MENDES E DE MARIA MADALENA SOARES MENDES.

LEANDRO RIBEIRO ALVES,ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PIZZAIOLO, NASCIDO EM CAMPO ALEGRE DE LOURDES, BA NO DIA (27/02/1982), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE DECIO ALVES NETO E DE JOSEFA RIBEIRO DOS PASSOS NETO. **CLEIDIANE PEREIRA,**ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DIARISTA, NASCIDA EM CAMPO ALEGRE DE LOURDES, BANO DIA (19/11/1985), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE AMADEU FRANCISCO PEREIRA E DE MARIA DORIA PEREIRA.

MATHEUS BARRETO CONCEIÇÃO,ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃO ENGENHEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(04/04/1996), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE NICANOR DOS SANTOS CONCEIÇÃO E DE DENIZ NUNES BARRETO CONCEIÇÃO. **CAROLINE MICHEL CHIODE,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PUBLICITARIA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SPNO DIA (25/07/1995), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHA DE FLAVIO CHIODE E DE MONICA MICHEL CHIODE.

ARTHUR GUILHERME SILVA SOUZA TAKAMORI, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ASSISTENTE DE CLASSE, NASCIDO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP NO DIA (02/09/1994), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE EDSON RESENDE DE SOUZA E DE VILMA TAKAMORI SOUZA **LARADE SOUZA MELICIO RODRIGUES,**ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PROFESSORA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SPNO DIA (12/08/1993), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHADE HUMBERTOALEXANDRE MELICIO RODRIGUES E DE LILIAN DE SOUZA MELICIO RODRIGUES.

LUIS FELIPE PIMENTEL BENASSI, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PROGRAMADOR, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(24/08/1991), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE LUIS HENRIQUE BENASSI E DE ANAMARIA CAMPINAS PIMENTEL BENASSI. **AMANDA DE OLIVEIRA,**ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PSICANALISTA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(07/09/1992), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHADE PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA E DE CLÁUDIA REGINA MELADO DE OLIVEIRA.

RONALDO SANTOS PEREIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PINTOR, NASCIDO EM JEQUIE, BANO DIA(29/08/1977), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ PEDRO PEREIRA E DE JOCELIA DE JESUS SANTOS. **NERCIÂNIA DA CONCEIÇÃO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ASSISTENTE SOCIAL, NASCIDA EM CAMPO GRANDE, PI NO DIA (12/02/ 1983), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE DELMIRA DACONCEIÇÃO.

ERIVAN NOGUEIRA DE SOUSA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃOANALISTA DE SISTEMA, NASCIDO EM RIO DE JANEIRO, RJ NO DIA (29/01/1989), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ERIVALDO GOMES DE SOUSA E DE ELIENE JOSÉ NOGUEIRA. **KAMILLADE MELO GOMES,**ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ANALISTA DE SISTEMA, NASCIDAEM RECIFE, PE NO DIA(03/12/1992), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ RIBEIRO GOMES E DE KÁTIA CÉLI BRUNO DE MELO.

LEONARDO BARBOSADA SILVA BEZERRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ANALISTA DE SISTEMAS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (29/11/1994), RESIDENTE E DOMICILIADO EM ITANHAÉM, SP, FILHO DE LÁERCIO REIS BEZERRA DE SOUZA E DE ADAEM SOUZA BARBOSA DA SILVA BEZERRA. **ALICE DOS SANTOS COURTOUKÉ,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ADMINISTRADORA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SPNO DIA(24/05/2000), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE CONSTANTINO BRÁS COURTOUKÉ E DE AUREA MARIADOS SANT OS COURTOUKÉ.

IVONADRÉ SANTANA MATOS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PUBLICITARIO, NASCIDO EM SANTANA, BA NO DIA(06/06/1988), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE GILBERTO

BAHEMA EDUCAÇÃO

Bahema Educação S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 02.544.074/0001-92
Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Bahema Educação S.A. relativos ao exercício de 2020, elaborados em conformidade com a legislação societária, juntamente com o Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Mensagem da Administração:** O encerramento do ano de 2020, provavelmente o mais desafiador para toda a humanidade nos últimos 100 anos, marca para a Bahema a virada definitiva para se organizar como uma empresa de educação. Este objetivo já estava instituído desde 2016 quando iniciamos a direção da Companhia para se dedicar exclusivamente ao ensino básico, mas foi só com a consolidação das aquisições ocorridas ao longo desse ano que essa mudança ficou mais evidente. A partir de 2021 as nossas demonstrações financeiras passam a refletir quase integralmente a visão gerencial que tínhamos das escolas consolidadas. Com a entrada do Grupo Bom Jesus, Escola Ideal, entre outros parceiros, passaremos a ter também uma posição majoritária neste projeto, o que representa mais um passo neste sentido. A partir deste evento, apenas as operações menores do Centro Educacional Vila e a joint venture com a escola Minime, ambas no Rio de Janeiro, ainda entrarão na linha de equivalência patrimonial. Esta consolidação dos processos financeiros, com aproximando de uma maior integração pedagógica e operacional entre as nossas escolas, o que tem se mostrado muito bem sucedido para superar todos os desafios que enfrentamos ao longo do ano. Entre os diversos avanços cabe destacar: I) a estruturação de diretrizes pedagógicas na Bahema para atrelar os projetos de inovação acadêmica e potencializar a escola de um grupo tão diferenciado de escolas; II) a evolução do processo de admissão de novos alunos, através de um novo sistema de CRM e acompanhamento mais próximo de cada etapa do ciclo de admissão; III) a centralização da equipe de planejamento financeiro, trazendo uma abordagem mais granular aos nossos processos de orçamento e acompanhamento de resultados; e IV) a integração de sistemas financeiros e de back-office, projeto iniciado em 2020 e que deve estar concluído no primeiro semestre de 2021. São exclusivos importantes de nosso sistema de gestão integrada que visa, em última instância, uma melhor experiência para nossos alunos, alunas, familiares e educadores. Por outro lado, os desafios causados pela pandemia da Covid-19 continuam presentes. Os resultados de 2020 foram bastante impactados por uma série de eventos, entre eles, uma queda nas matrículas da educação infantil, a redução de receitas de atividades complementares e uma maior concessão de descontos. O contexto também trouxe a necessidade de novos investimentos, tanto para fazer frente às diversas medidas sanitárias (definidas por protocolos rígidos de segurança) quanto em tecnologia educacional, para continuar oferecendo uma experiência de excelência em educação, agora também no ensino híbrido/remoto. Trabalhamos em diversas iniciativas para mitigar esses efeitos, preservando assim, a sustentabilidade financeira de todas as nossas escolas e confirmando a resiliência de nossas marcas. Em dezembro de 2020 também demos um passo importante com relação à estrutura de capital da Companhia com um aporte de R$115 milhões através de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações ordinárias, que permitiu reforçar o caixa da Companhia. Ainda em dezembro de 2020, e o saldo remanescente em 31 de março de 2021, a Valor detetiour que o instrumento ainda prevê um bônus de subscrição, permitindo que o acionista majoritário de R$ 115 milhões, por um prazo de 36 meses. Esses recursos estão sendo usados tanto para o pagamento das aquisições já realizadas, quanto para formar um novo ciclo de aquisições como por exemplo a nova sede do Brazilian International School (BIS) em São Paulo, a expansão do Colégio Apoio no Recife, com a abertura do ensino médio em uma nova unidade, novas unidades de Escola Mais, além de permitir explorar potenciais novas aquisições. Olhando para frente, apesar do cenário ainda bastante incerto, vemos um impacto financeiro por parte da demia como algo passageiro, e não estrutural. Acreditamos na força de nossas marcas como um diferencial importante para o período pós-pandemia. Ao longo de 2021 e 2022 A reabertura das escolas no final de 2020 e início de 2021 tem mostrado que conseguimos proporcionar um local seguro para professores e educadores seguirem ensinando e, a cada ciclo de aulas, vamos ganhando escala e ganhando eficiência. Além disso, a vacinação de escolas e pais e ainda não foi iniciada, vamos, um ajuste Estados dando início a esse processo em abril de 2021. Acreditamos que a vacinação será um ponto de inflexão para o setor de educação, e que a partir de 2021 a Companhia poderá se organizar para o período pós-pandemia. Ainda que o cenário ainda seja bastante incerto, vemos um impacto financeiro para parte do período

Jornal DIÁRIO

↳Continuação

passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **b) *Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ***Plano de contribuição definida:*** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que o pagamento de caixa por conta de pagamentos futuros seja possível. ***Plano de pagamento baseado em ações:*** O Grupo oferece planos de remuneração com base em ações a seus funcionários, executivos e prestadores de serviços, segundo os quais o Grupo recebe serviços como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. O valor justo das opções concedidas determinado na data de outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o período de carência, com base em estimativa sobre quantas opções do Grupo sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. A cada período de divulgação, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições contratuais. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta de Reserva de Capital que registra o benefício aos empregados. **i) IR e CS:** O IR e a CS do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IR e 9% sobre o lucro tributável para CS sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IR e CS compreende os impostos de renda e CS correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesas de IR e CS corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua aquisição, se houver. Dé é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. ***Despesas de IR e CS diferidos:*** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicáveis às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de IR e CS diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de IR e CS diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. ***j) Novas normas e interpretações novas e revisadas:*** O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva simplificada a partir de 1º/01/2019. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. ***Definição de arrendamento:*** Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o CPC 06/IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. ***Ativos arrendados:*** A Companhia arrenda basicamente os imóveis onde estão localizadas as unidades de colégios e a sede financeira da Companhia. Como arrendatária, a Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento na data para estes arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. ***Políticas contábeis significativas:*** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos quotas depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes e descontados pela taxa incremental nominal de aproximadamente 9,8%, variando de acordo com o prazo de cada contrato. A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certo de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. **k) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31/12/2020 e Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º/01/2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. **b) Outras normas:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração da norma é válida para exercícios iniciando em/após 1º/01/2022; • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 válidas para períodos iniciados em/após 01/01/2022. Estas alterações na normas IFRS 1, abordando aspectos de primeiro adotar em uma controladora, IFRS 9, abordando o cálculo de teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são válidas para exercícios iniciando em/após 1º/01/2022; • Alteração na norma IFRS 3 - Inclui aditamentos consistindo apenas em atualizações de referências das IFRS. As alterações à IFRS 3 são válidas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 válida para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 válida para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a extensão para a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 válida para períodos iniciados em ou após 01/01/2021; e • Alterações nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2) - As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º/01/2021, e esclarecem aspectos referentes a definição da taxa de juros de referência para aplicação nessas normas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Caixa	23	17	23	17
Bancos - conta corrente	–	–	4.078	761
Aplicações financeiras - Fundo de Investimento				
DI, CDBs e Renda Fixa	22.442	36.083	38.126	47.372
	22.442	36.083	42.229	48.150

Em 31/12/2020, as aplicações financeiras em cotas de fundos DI, CDBs e renda fixa que possuem liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. A remuneração média das aplicações financeiras foi de 4,95% a.a. (5,74% a.a. em 31/12/2019). Os fundos de investimentos são abertos e a companhia não possui participação representativa nestes fundos.

7. Mensalidades a receber: a) Composição

Descrição	31/12/20	31/12/19
Mensalidades (a)	18.964	3.727
Atividades Extras	29	57
Clientes		
(-) Perdas esperadas	(9.914)	(2.061)
	9.079	1.723

b) Composição dos saldos por tempo de vencimento

	Consolidado			
Descrição	Saldo contábil bruto	Taxa média	Perda estimada	Saldo contábil líquido
A vencer	1.891	–	–	1.891
Vencidos de 0 a 30 dias	2.596	10%	260	2.336
Vencidos de 31 a 60 dias	1.106	16%	177	929
Vencidos de 61 a 90 dias	823	22%	181	642
Vencidos de 91 a 180 dias	2.173	31%	674	1.501
Vencidos de 181 a 360 dias	3.520	50%	1.760	1.760
Acima de 361 dias	6.855	100%	6.855	–
	18.964		9.914	9.079

c) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa: A movimentação dos saldos da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é como segue: **Saldos em 31/12/2019** (2.061)
Adições, baixas e reversões, líquidas (7.853)
Contribuição de Negócios (1.466)
Saldo em 31/12/2020 (9.914)

8. Adiantamentos

Descrição	31/12/20	31/12/19
Adiantamento de férias (a)	1.484	758
Adiantamento a funcionários	2.392	295
Outros adiantamentos	1.969	9
	5.845	1.062

(a) Pagamento antecipado das férias aos professores. As despesas serão reconhecidas de acordo com o período aquisitivo.

9. IR e CS a recuperar

Descrição	Controladora 31/12/20	Controladora 31/12/19	Consolidado 31/12/20	Consolidado 31/12/19
Imposto de Renda	5.488	5.656	7.143	5.981
Contribuição Social	3.179	3.146	3.967	3.377
	8.67	8.802	11.110	9.358
Circulante	465	395	2.877	709
Não circulante	5.013	5.313	5.013	5.306

O saldo é composto substancialmente por créditos tributários gerados em apurações de saldo negativo de IR e CS em exercícios anteriores. Estes créditos de IR e contribuição social, serão utilizados para a compensação com tributos federais ao longo dos exercícios seguintes, assim, permitidos pela legislação.

10. Outros Ativos

Descrição	Consolidado 31/12/20	Consolidado 31/12/19
Mútuo Escola Viva (a)	1.098	2.138
Acordos	–	279
Valores em cobrança judicial	–	624
Cheques em cobrança	–	133
Despesas a Apropriar	26	1.386
Outros ativos de garantia de ex-proprietários	–	1.545
Empréstimo ex-sócios Grupo Parque	–	1.000
Garantia Banco Safra	–	1.000
Debêntures emitidas a receber	76.667	–
Outros Ativos	438	420
	78.229	8.525
Circulante	78.200	2.609
Não circulante	29	5.916

Em 31/12/2019, a Companhia firmou contrato de mútuo com a controlada do Grupo sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. A cada período de divulgação, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições contratuais. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta de Reserva de Capital que registra o benefício aos empregados. **i) IR e CS:** O IR e a CS do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IR e 9% sobre o lucro tributável para CS sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IR e CS compreende os impostos de renda e CS correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesas de IR e CS corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua aquisição, se houver. Dé é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. ***Despesas de IR e CS diferidos:*** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicáveis às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de IR e CS diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de IR e CS diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. ***j) Novas normas e interpretações novas e revisadas:*** O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva simplificada a partir de 1º/01/2019. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. ***Definição de arrendamento:*** Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o CPC 06/IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. ***Ativos arrendados:*** A Companhia arrenda basicamente os imóveis onde estão localizadas as unidades de colégios e a sede financeira da Companhia. Como arrendatária, a Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento na data para estes arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. ***Políticas contábeis significativas:*** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos quotas depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes e descontados pela taxa incremental nominal de aproximadamente 9,8%, variando de acordo com o prazo de cada contrato. A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certo de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. **k) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31/12/2020 e Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º/01/2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. **b) Outras normas:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração da norma é válida para exercícios iniciando em/após 1º/01/2022; • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 válidas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Estas alterações na normas IFRS 1, abordando aspectos de primeiro adotar em uma controladora, IFRS 9, abordando o cálculo de teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são válidas para exercícios iniciando em/após 1º/01/2022; • Alteração na norma IFRS 3 - Inclui aditamentos consistindo apenas em atualizações de referências das IFRS. As alterações à IFRS 3 são válidas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 válida para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 válida para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a extensão para a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 válida para períodos iniciados em ou após 01/01/2021; e • Alterações nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2) - As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º/01/2021, e esclarecem aspectos referentes a definição da taxa de juros de referência para aplicação nessas normas.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Anuais Individuais e Consolidadas Bahema Educação S.A.

C. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora 31/12/20	Controladora 31/12/19	Consolidado 31/12/20	Consolidado 31/12/19
Caixa	23	17	23	17
Bancos - conta corrente	–	–	4.078	761
Aplicações financeiras - Fundo de Investimento				
DI, CDBs e Renda Fixa	22.442	36.083	38.126	47.372
	22.442	36.083	42.229	48.150

Em 31/12/2020, as aplicações financeiras em cotas de fundos DI, CDBs e renda fixa que possuem liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. A remuneração média das aplicações financeiras foi de 4,95% a.a. (5,74% a.a. em 31/12/2019). Os fundos de investimentos são abertos e a companhia não possui participação representativa nestes fundos.

7. Mensalidades a receber: a) Composição

Descrição	Consolidado 31/12/20	Consolidado 31/12/19
Mensalidades (a)	18.964	3.727
Atividades Extras	29	57
Clientes		
(-) Perdas esperadas	(9.914)	(2.061)
	9.079	1.723

b) Composição dos saldos por tempo de vencimento

	Consolidado			
Descrição	Saldo contábil bruto	Taxa média	Perda estimada	Saldo contábil líquido
A vencer	1.891	–	–	1.891
Vencidos de 0 a 30 dias	2.596	10%	260	2.336
Vencidos de 31 a 60 dias	1.106	16%	177	929
Vencidos de 61 a 90 dias	823	22%	181	642
Vencidos de 91 a 180 dias	2.173	31%	674	1.501
Vencidos de 181 a 360 dias	3.520	50%	1.760	1.760
Acima de 361 dias	6.855	100%	6.855	–
	18.964		9.914	9.079

c) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa: A movimentação dos saldos da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é como segue: **Saldos em 31/12/2019** (2.061)
Adições, baixas e reversões, líquidas (7.853)
Contribuição de Negócios (1.466)
Saldo em 31/12/2020 (9.914)

8. Adiantamentos

Descrição	31/12/20	31/12/19
Adiantamento de férias (a)	1.484	758
Adiantamento a funcionários	2.392	295
Outros adiantamentos	1.969	9
	5.845	1.062

(a) Pagamento antecipado das férias aos professores. As despesas serão reconhecidas de acordo com o período aquisitivo.

9. IR e CS a recuperar

Descrição	Controladora 31/12/20	Controladora 31/12/19	Consolidado 31/12/20	Consolidado 31/12/19
Imposto de Renda	5.488	5.656	7.143	5.981
Contribuição Social	3.179	3.146	3.967	3.377
	8.67	8.802	11.110	9.358
Circulante	465	395	2.877	709
Não circulante	5.013	5.313	5.013	5.306

O saldo é composto substancialmente por créditos tributários gerados em apurações de saldo negativo de IR e CS em exercícios anteriores. Estes créditos de IR e contribuição social, serão utilizados para a compensação com tributos federais ao longo dos exercícios seguintes, assim, permitidos pela legislação.

10. Outros Ativos

Descrição	Consolidado 31/12/20	Consolidado 31/12/19
Mútuo Escola Viva (a)	1.098	2.138
Acordos	–	279
Valores em cobrança judicial	–	624
Cheques em cobrança	–	133
Despesas a Apropriar	26	1.386
Outros ativos de garantia de ex-proprietários	–	1.545
Empréstimo ex-sócios Grupo Parque	–	1.000
Garantia Banco Safra	–	1.000
Debêntures emitidas a receber	76.667	–
Outros Ativos	438	420
	78.229	8.525
Circulante	78.200	2.609
Não circulante	29	5.916

Em 31/12/2019, a Companhia firmou contrato de mútuo com a controlada do Grupo sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. A cada período de divulgação, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições contratuais. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta de Reserva de Capital que registra o benefício aos empregados. **i) IR e CS:** O IR e a CS do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IR e 9% sobre o lucro tributável para CS sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IR e CS compreende os impostos de renda e CS correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesas de IR e CS corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua aquisição, se houver. Dé é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. ***Despesas de IR e CS diferidos:*** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicáveis às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de IR e CS diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de IR e CS diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **j) Novas normas e interpretações novas e revisadas:** O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva simplificada a partir de 1º/01/2019. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. ***Definição de arrendamento:*** Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o CPC 06/IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. ***Ativos arrendados:*** A Companhia arrenda basicamente os imóveis onde estão localizadas as unidades de colégios e a sede financeira da Companhia. Como arrendatária, a Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento na data para estes arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. ***Políticas contábeis significativas:*** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos quotas depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes e descontados pela taxa incremental nominal de aproximadamente 9,8%, variando de acordo com o prazo de cada contrato. A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certo de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. **k) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31/12/2020 e Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º/01/2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. **b) Outras normas:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração da norma é válida para exercícios iniciando em/após 1º/01/2022; • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 válidas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Estas alterações na normas IFRS 1, abordando aspectos de primeiro adotar em uma controladora, IFRS 9, abordando o cálculo de teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são válidas para exercícios iniciando em/após 1º/01/2022; • Alteração na norma IFRS 3 - Inclui aditamentos consistindo apenas em atualizações de referências das IFRS. As alterações à IFRS 3 são válidas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 válida para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 válida para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a extensão para a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 válida para períodos iniciados em ou após 01/01/2021; e • Alterações nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2) - As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º/01/2021, e esclarecem aspectos referentes a definição da taxa de juros de referência para aplicação nessas normas.

C. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora 31/12/20	Controladora 31/12/19	Consolidado 31/12/20	Consolidado 31/12/19
Caixa	23	17	23	17
Bancos - conta corrente	–	–	4.078	761
Aplicações financeiras - Fundo de Investimento				
DI, CDBs e Renda Fixa	22.442	36.083	38.126	47.372
	22.442	36.083	42.229	48.150

Em 31/12/2020, as aplicações financeiras em cotas de fundos DI, CDBs e renda fixa que possuem liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. A remuneração média das aplicações financeiras foi de 4,95% a.a. (5,74% a.a. em 31/12/2019). Os fundos de investimentos são abertos e a companhia não possui participação representativa nestes fundos.

7. Mensalidades a receber: a) Composição

Descrição	Consolidado 31/12/20	Consolidado 31/12/19
Mensalidades (a)	18.964	3.727
Atividades Extras	29	57
Clientes		
(-) Perdas esperadas	(9.914)	(2.061)
	9.079	1.723

b) Composição dos saldos por tempo de vencimento

	Consolidado			
Descrição	Saldo contábil bruto	Taxa média	Perda estimada	Saldo contábil líquido
A vencer	1.891	–	–	1.891
Vencidos de 0 a 30 dias	2.596	10%	260	2.336
Vencidos de 31 a 60 dias	1.106	16%	177	929
Vencidos de 61 a 90 dias	823	22%	181	642
Vencidos de 91 a 180 dias	2.173	31%	674	1.501
Vencidos de 181 a 360 dias	3.520	50%	1.760	1.760
Acima de 361 dias	6.855	100%	6.855	–
	18.964		9.914	9.079

c) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa: A movimentação dos saldos da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é como segue: **Saldos em 31/12/2019** (2.061)
Adições, baixas e reversões, líquidas (7.853)
Contribuição de Negócios (1.466)
Saldo em 31/12/2020 (9.914)

8. Adiantamentos

Descrição	31/12/20	31/12/19
Adiantamento de férias (a)	1.484	758
Adiantamento a funcionários	2.392	295

GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A.

CNPJ: 13.217.485/0001-11

Demonstrações Financeiras 2020

Relatório da Administração

(Em milhares de Reais)

PASSADO E FUTURO DO GRUPO SBF

O Grupo SBF completará 40 anos desde a sua fundação. Começou com a primeira loja da Centauro e, desde o início, com a visão de construir uma relação emocional com o cliente, desenvolveu uma experiência única dentro do esporte.

Sempre fomos vanguardistas e sempre buscamos crescer e ampliar fronteiras. Nos últimos anos, com os avanços da tecnologia e atualização das visões de negócios, nos preparamos para mais um avanço: um ecossistema de esporte, montando um negócio centrado no cliente, não somente no espírito de servir, mas também na forma de construí-lo.

Vemos o ano que encerrou como o início de um ciclo. Menos de dois anos depois de abrir capital na B3, além dos avanços operacionais na Centauro, demos passos concretos para desenvolver um ecossistema de esporte em Dezembro de 2020: (i) concluímos a transação com a Nike, passando a operar a Nike no Brasil sob o nome Fisia e (ii) assinamos a transação de aquisição da NWB, concluída em Fevereiro de 2021. Com essas aquisições, passamos a contar com três diferentes unidades de negócio que oferecem esporte de maneiras diferentes ao público:

- A Centauro, com foco em distribuição e com a vocação de se tornar cada vez mais o destino do esporte, é a maior varejista de artigos esportivos do Brasil.
- A Fisia, com foco em produto e marca, é a representante exclusiva da Nike no Brasil, a maior marca esportiva do mundo.
- A NWB, com foco em conteúdo e engajamento, é a maior plataforma de mídia digital esportiva do Brasil e acumula mais de 60 milhões de inscritos no YouTube e 80 milhões de seguidores no Instagram.

Essas 3 unidades de negócio serão os pilares para a evolução de nosso ecossistema de esporte. Cada uma delas continuará sendo desenvolvida individualmente para maximizar sua vocação, mas também serão integradas para que as fortalezas de cada uma possam ser utilizadas para maximizar a proposta de valor das outras. O valor, no nosso entendimento, é maximizado pelo plano que se forma sustentado por estes pilares.

CENTAURO

Continuaremos trabalhando diuturnamente para oferecer, na Centauro, a melhor experiência multimarca no varejo esportivo. Precisamos continuar evoluindo nossa plataforma para ser o destino para escolha e compra de produtos esportivos no Brasil.

A primeira prioridade é melhorar a experiência dos clientes que compram nos nossos canais digitais. Temos na junção do físico com o digital a nossa fortaleza e chegou a hora de investir em logística e tecnologia para servir melhor estes clientes. Este será o principal driver de crescimento da Centauro. Importante deixar que a separação dos canais é cada vez mais desnecessária - a jornada dos nossos clientes flui entre o físico e o digital. Mas é primordial avançar na direção de ter a melhor experiência de compra no esporte de toda a internet brasileira.

Além disso, continuaremos aumentando nossa capacidade de distribuição para atingir uma parcela cada vez maior dos consumidores. Já temos mais de 200 pontos mapeados para abrir novas lojas G5 e ainda 150 lojas do modelo antigo que pretendemos reformar para o novo modelo. Além de expandir nossa receita, isso melhora a rentabilidade através da diluição de nossos custos fixos. As lojas são para nós, além de centros de resultados, pontos críticos para acelerar nossa operação digital. São hubs de contato com a marca, de fulfillment e de aquisição de clientes. Esperamos avançar não somente no número de lojas, mas também nestes três pilares do papel das lojas.

O resultado da Centauro em 2020 foi muito afetado pela pandemia. No entanto, o 4T20 mostrou uma recuperação em relação aos trimestres anteriores. A margem bruta, um dos indicadores financeiros mais impactados no ano, foi 3,1 pontos percentuais abaixo do 4T19 contra 5,9 pontos percentuais de queda no 3T20. O desejo de consumir esporte continua forte e no trimestre tivemos crescimento total de 10,9% na receita bruta, sendo 67,4% no digital. Nossa plataforma digital continua sendo uma importante alavanca de crescimento e neste ano alcançamos R$1 bilhão em vendas (GMV), um crescimento de 79% em relação a 2019. As vendas online representaram 35,6% das nossas vendas totais em 2020 e, deste volume, 48% foram vendas em nosso aplicativo.

Evidentemente, algumas lojas fechadas impactam nossos resultados. Quando estão abertas, no entanto, são reflexo da resiliência do nosso negócio. Em um dos piores momentos da história, com eventos esportivos adiados e restrição à prática de esportes, os nossos clientes continuaram visitando as nossas lojas. O mês de Outubro de 2020 é emblemático: foi o primeiro mês depois de 6 meses em que todas as unidades estavam abertas e tivemos um crescimento de vendas de 20%.

Esperamos um 1º semestre em 2021 ainda difícil, em função do recrudescimento da pandemia, mas continuamos acreditando em uma consolidação de mercado através de uma estratégia omnichannel, que se mostrou muito bem-sucedida.

FISIA

A Fisia teve em 2020 uma receita de R$2,4 bilhões e historicamente opera por meio de 2 canais principais: Atacado, com share de aproximadamente 70% do negócio, e RTC (Direct-To-Consumer), com share de aproximadamente 30% do negócio (10% Nike.com.br e 20% outlets).

A principal prioridade para Fisia é fomentar o crescimento do seu canal digital. Além de aproximar a marca do cliente final, esse canal tem uma rentabilidade duas vezes maior que outros. Acreditamos que a força da marca Nike possibilitará à Fisia o crescimento acelerado de sua plataforma digital.

As principais ações para entregar esse crescimento são, entre outras,

- Criar uma plataforma omnichannel, estratégia com resultados já comprovados na Centauro;
- Ofertar produtos em marketplaces de outros players online do mercado especializados em esporte, como a própria Centauro;
- Aumentar a quantidade de SKUs ofertados;
- Investir em marketing de performance de modo assertivo.

Outra alavanca de geração de valor para a Fisia, é a redução dos custos da operação. Já temos trabalhado em diversas ações nesse sentido, como reduzir os custos de operações de lojas, integrar sistemas e analisar ganhos potenciais de integração da malha logística.

O período entre a assinatura (Fevereiro/2020) e o fechamento da operação (Dezembro/2020) possibilitou não somente que a transição ocorresse sem falhas, como também que a operação de Fisia fosse rentável desde o primeiro mês.

NWB

A NWB é uma das empresas pioneiras na produção diária de conteúdos focados em esporte com seus 6 canais proprietários e sua vasta rede de afiliados, tendo em seu portfólio um dos maiores canais de esporte do mundo, o Desimpedidos.

É uma forte geradora de conteúdo para o público do esporte, atraindo organicamente uma alta demanda que cresce constantemente e pode ser monetizada de diferentes maneiras como o social marketing direcionado ao público do esporte, a criação e produção de peças publicitárias e campanhas de marketing esportivo para marcas, e o agenciamento de seus canais afiliados, influencers e creators do esporte.

A NWB tem um histórico de crescimento acelerado e pretendemos continuar essa trajetória através de novos canais, estratégias para aumentar o número de afiliados, social commerce e cada vez mais projetos de criação de conteúdo original.

Ficamos muito animados com a expansão das possibilidades que a entrada da NWB no grupo proporciona.

INTEGRAÇÃO DO ECOSSISTEMA E O QUE ESTÁ POR VIR

O sonho é construir o maior e melhor eco sistema de esporte do mundo, começando pelo Brasil. Queremos poder participar de maneira relevante da jornada de esporte (lato sensu) dos brasileiros e monetizar a relação com esta audiência de diversas maneiras.

O ponto de partida é calcado nestes três pilares: distribuição (Centauro), oferta de produtos e marcas (Fisia) e conteúdo/engajamento (NWB). Partimos de bilhões de receita, bilhões de views, dezenas de milhões de clientes registrados e muitas dezenas de milhões de visitantes nas nossas plataformas digitais, além de nossas lojas de mais de 200 mil m² distribuídos em mais de 100 cidades e 26 estados do Brasil e outros milhares de varejistas esportivos servidos por nosso modelo de atacado.

Na primeira fase de construção a principal ferramenta de monetização deste ecossistema será através de venda de produtos. Esperamos que as unidades de negócio gerem valor umas para as outras produzindo um maior customer lifetime value. Vamos focar inicialmente em dois pontos (i) redução do custo de aquisição de clientes usando a produção de conteúdo da NWB para gerar leads para as nossas unidades de negócios principalmente através de um projeto de social commerce e (ii) aumento da recorrência e gasto médio no ecossistema através da iniciativa de membership.

Além disso, seguiremos os caminhos de crescimento e rentabilidade de cada Unidade de Negócio. A Centauro não tem nenhum motivo para não seguir com a produção de resultado que entregou no período pré-pandemia – taxas de crescimento orgânico e rentabilidade – e Fisia deverá contribuir cada vez mais para a rentabilidade do grupo, especialmente com o crescimento da penetração do canal de acesso direto ao consumidor.

Estamos trabalhando também na geração de sinergias entre nossos negócios. Um dos pilares estratégicos mais importantes para Fisia e Centauro é crescer seus canais digitais. Utilizando uma plataforma única para os dois negócios, poderemos manté-los independentes na visão do cliente, mas com uma estrutura única de tecnologia e logística, o que representa um enorme potencial para acelerarmos o crescimento e melhorarmos a rentabilidade do grupo, principalmente considerando que poderemos usar as lojas da Centauro como o hub físico da estratégia omnichannel da Fisia.

Outra oportunidade é utilizar a capilaridade do canal de atacado da Fisia, que acessa milhares de portas em todo país. Pretendemos usar as relações comerciais e notas logísticas estabelecidas para fomentar uma relação maior com estes pontos de venda, seja ampliando a oferta de produtos ou criando uma gama de serviços que possam integrar estes varejistas parceiros ao nosso ecossistema.

Todas essas ações já estão sendo trabalhadas no Grupo SBF. Além delas, temos dezenas de experiências em execução e hipóteses de negócio sendo validadas para continuar explorando as vantagens de ampliarmos e aprofundarmos o contato com o cliente em sua jornada do esporte. Muitas vão dar errado e gerar aprendizados, outras vão dar certo.

Estamos comprometidos com a construção de um futuro melhor no esporte brasileiro e em gerar valor para nossos acionistas por meio dessa estratégia. Vamos impulsionar o esporte no Brasil e isso faz com que os nossos colaboradores acordem todos os dias sabendo que trabalham em função de um propósito maior.

Nos orgulhamos muito em ver a qualidade dos talentos que temos conseguido atrair e reter para ajudar a construir nossa visão. Ficamos honrados com o engajamento dos parceiros estratégicos que compartilham da mesma visão e com quem esperamos colaborar na construção deste futuro. Somos gratos aos nossos clientes e sabemos que temos muito a melhorar para continuar merecendo o nosso espaço na relação que construímos ao longo desses 40 anos.

Nosso sonho é grande. Sempre foi, desde a fundação da nossa empresa. Estamos confiantes com a nossa visão de futuro e temos cada vez mais clareza de como alcançá-la. Com o que fizemos nos últimos meses, encerramos um ciclo em que operávamos apenas como Centauro, e entramos em um novo ciclo construindo algo maior: o ecossistema chamado Grupo SBF. Por isso, a partir de amanhã, deixamos de ser negociados na B3 como CNTO3 e passamos a ser negociados sob o código SBFG3.

Sabemos que criar esse ecossistema é um desafio grande. Isso nos mantém com os pés no chão. Sabemos que o sucesso vem sempre através de um time, assim como sabemos que é que vencemos com muito esforço na preparação é que as realizações são possíveis. Com toda humildade, estamos mirando muito alto.

Agradecemos o apoio de nossos investidores e de nosso time nessa longa jornada. Esperamos que continuem nos acompanhando no que vem pela frente!

Obrigado,

A DIRETORIA

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	195	18	514.295	105.308
Contas a receber	10	34.524	36.120	972.911	586.449
Derivativos	9	–	–	11.580	–
Tributos a compensar	11	3	2	712.763	362.388
Imposto de renda e contribuição social a compensar		43	40	40.037	54.890
Estoques	12	–	–	890.780	428.544
Outras contas a receber		82.399	–	146.673	22.997
Total do ativo circulante		**117.164**	**36.180**	**3.289.039**	**1.560.576**
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras		–	–	324	536
Tributos a compensar	11	–	–	347.871	336.229
Ativo fiscal diferido	13	20.908	8.286	453.950	222.646
Adiantamento para futuro aumento de capital na controlada	14	–	668.335	–	–
Depósitos judiciais	15	98	36	125.751	105.288
Outros valores a receber		–	–	626	625
Total do realizável a longo prazo		**21.006**	**676.657**	**928.522**	**665.324**
Investimento	16	2.731.430	803.720	–	–
Imobilizado	17	2	–	516.496	452.439
Intangível	18	108	9	305.631	117.585
Direito de uso	19	–	–	1.154.172	1.137.803
Total do ativo não circulante		**2.752.546**	**1.480.386**	**2.904.821**	**2.373.151**
Total do ativo		**2.869.710**	**1.516.566**	**6.193.860**	**3.933.727**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Passivo circulante					
Fornecedores	20	57	19	654.813	661.010
Empréstimos e financiamentos	21	–	–	93.275	27.037
Debêntures	21	–	–	–	–
Obrigações tributárias	22	42	81	223.770	66.228
Impostos parcelados	23	–	–	54.775	60.420
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	24	167	289	93.688	151.318
Passivos a descoberto em controladas	16	315.082	297.521	–	–
Partes Relacionadas - outras contas a pagar	14	97.063	48.357	–	–
Arrendamentos a pagar	19	–	–	119.928	94.573
Outras contas a pagar		506.995	–	594.676	33.043
Outras obrigações		–	–	17.353	–
Total do passivo circulante		**919.406**	**346.267**	**1.852.278**	**1.093.629**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	21	–	–	278.850	7.553
Debêntures	21	–	–	226.762	–
Impostos parcelados	23	–	–	101.776	135.771
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	499	–	499
Provisões para contencioso	15	–	–	547.135	472.364
Arrendamentos a pagar	19	–	–	1.081.641	1.055.247
Outras obrigações		–	–	154.732	–
Total do passivo não circulante		**–**	**499**	**2.390.896**	**1.671.434**
Patrimônio líquido	25				
Capital social		1.815.485	955.277	1.815.485	955.277
Reservas de capital		194.460	171.444	194.460	171.444
Reservas de lucros		15.509	43.079	15.509	43.079
Prejuízos acumulados		(75.150)	–	(75.150)	–
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**1.950.304**	**1.169.800**	**1.950.304**	**1.169.800**
Participações de acionistas não controladores	25	–	–	382	(1.136)
Total do patrimônio líquido	25	**1.950.304**	**1.169.800**	**1.950.686**	**1.168.664**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.869.710**	**1.516.566**	**6.193.860**	**3.933.727**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Controladora e Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Atribuível aos acionistas controladores								
			Reservas de Capital		Reservas de Lucro	Ajuste de Avaliação Patrimonial				
		Capital social	Ágio na emissão de ações	Pagamento baseado em ações	Reserva Legal	Reserva de incentivos fiscais	Reservas de Custo de Hedge	Prejuízos acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido (consolidado)
Saldos em 01 de janeiro de 2019	**Nota**	302.781	155.101	1.344	–	–	–	(270.629)	188.597	2.867	191.464
Aumento de Capital		705.101	–	–	–	–	–	–	705.101	–	705.101
Pagamento baseado em ações		–	–	14.992	–	–	–	–	14.992	–	14.992
Integralização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		2.787	–	–	–	–	–	–	2.787	–	2.787
Efeito incorporação Naomi Participações S.A.		–	7	–	–	–	–	–	7	–	7
Aumento de participação em controladas indiretas		–	–	–	–	–	–	3.537	3.537	(3.537)	–
Gastos com emissões de ações		(55.392)	–	–	–	–	–	–	(55.392)	(22)	(55.414)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	310.171	310.171	(444)	309.727
Constituição de reserva		–	–	–	15.509	27.570	–	(43.079)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**955.277**	**155.108**	**16.336**	**15.509**	**27.570**	**–**	**–**	**1.169.800**	**(1.136)**	**1.168.664**
Aumento de Capital		900.000	–	–	–	–	–	–	900.000	–	900.000
Ágio Compra Fisia		–	(355)	–	–	–	–	–	(355)	–	(355)
Ajuste instrumentos financeiros - hedge accounting		–	–	–	–	–	11.580	–	11.580	–	11.580
Pagamento baseado em ações		–	–	23.371	–	–	–	–	23.371	–	23.371
Integralização do Adiantamento para futuro aumento de Capital		8.088	–	–	–	–	–	–	8.088	–	8.088
Redução de participação em controladas diretas		–	–	–	–	–	–	(1.546)	(1.546)	1.546	–
Gastos com emissões de ações		(47.880)	–	–	–	–	–	–	(47.880)	23	(47.857)
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	(112.754)	(112.754)	(51)	(112.805)
Reversão de reserva		–	–	–	–	(27.570)	–	27.570	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**1.815.485**	**154.753**	**39.707**	**15.509**	**–**	**11.580**	**(86.730)**	**1.950.304**	**382**	**1.950.686**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Receitas líquidas	27	–	–	2.406.863	2.545.422
Custo das vendas	28	–	–	(1.356.766)	(1.286.810)
Lucro bruto		**–**	**–**	**1.050.097**	**1.258.612**
Despesas operacionais					
Despesas de vendas	29	–	–	(855.553)	(846.498)
Despesas administrativas e gerais	29	(12.004)	(7.039)	(250.980)	(337.071)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas		(24.880)	(14.971)	(16.343)	393.648
Resultado com equivalência patrimonial	16	(83.844)	323.915	–	–
Lucro (Prejuízo) operacional		**(120.728)**	**301.905**	**(72.779)**	**468.691**
Receitas financeiras	30	35	8	102.327	217.799
Despesas financeiras	30	(4.682)	(28)	(231.505)	(279.176)
Despesas financeiras líquidas		**(4.647)**	**(20)**	**(129.178)**	**(61.377)**
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos		**(125.375)**	**301.885**	**(201.957)**	**407.314**
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	13	–	–	(208.691)	(42.905)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	13	12.621	8.286	297.843	(54.682)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		**(112.754)**	**310.171**	**(112.805)**	**309.727**
Acionistas controladores		(112.754)	310.171	(112.754)	310.171
Acionistas não controladores		–	–	(51)	(444)
		(112.754)	**310.171**	**(112.805)**	**309.727**
Lucro (Prejuízo) líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia					
Lucro (Prejuízo) básico por ação (média ponderada)				(0,49)	1,59
Lucro (Prejuízo) diluído por ação (média ponderada)				(0,49)	1,55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**(112.754)**	**310.171**	**(112.805)**	**309.727**
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Itens que podem ser reclassificados para o resultado				
Hedge de fluxo de caixa	–	–	11.580	–
Outros resultados abrangentes Líquidos de Impostos	**–**	**–**	**11.580**	**–**
Resultado abrangente do exercício	**(112.754)**	**310.171**	**(101.225)**	**309.727**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(112.754)	310.171	(101.179)	310.171
Acionistas não controladores	–	–	(46)	(444)
Resultado abrangente total	(112.754)	310.171	(101.225)	309.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(112.754)	310.171	(112.805)	309.727
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	9	9	239.912	216.157
Juros sobre empréstimos, financiamentos	–	–	11.586	26.713
Juros sobre debêntures	–	–	6.156	–
Juros sobre partes relacionadas - mútuos	–	–	–	223
Juros sobre parcelamento de tributos	–	–	14.511	6.411
Juros sobre pagamentos em atrasos	38	–	6.494	420
Juros sobre atraso de impostos	–	–	13.938	8.101
Resultado de equivalência patrimonial	83.844	(323.915)	–	–
Pagamento baseado em ações	23.371	14.992	23.371	14.992
Custo residual na baixa de ativo imobilizado e intangível	–	–	12.186	9.828
Baixa residual arrendamentos	–	–	(2.900)	–
Baixa de depósitos judiciais	–	–	–	22.426
Provisão para obsolescência do estoque	–	–	26.195	26.088
Ajuste a valor presente, líquido	–	–	3.836	2.105
Juros sobre arrendamento mercantil	–	–	101.636	90.539
Descontos sobre arrendamentos	–	–	(47.096)	–
Constituição líquida de provisão para contencioso	–	–	57.766	241.532
Reconhecimento de PIS e COFINS na base do ICMS	–	–	–	(577.801)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.621)	(8.286)	(297.843)	54.682
	(18.113)	**(7.029)**	**56.943**	**452.143**
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber	1.596	42.344	(407.148)	(528.842)
Estoques	–	–	(488.431)	(119.733)
Tributos a compensar, Diferido, IRPJ e CSLL a compensar	(5)	(38)	(280.625)	(41.801)
Outras contas a receber	(82.399)	424	(123.677)	8.989
Depósitos judiciais	(62)	34	(20.463)	(8.963)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	38	14	(12.758)	139.100
Obrigações tributárias	(77)	(98)	352.295	59.896
Parcelamentos de tributos	–	–	(54.151)	(19.774)
Contingências pagas	–	–	(15.549)	(23.629)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(122)	100	(57.630)	10.591
Juros pagos sobre financiamentos	–	–	(9.946)	(14.119)
Juros pagos sobre debêntures	–	–	(5.272)	–
Outras contas a pagar	506.995	(2)	561.633	5.679
Outras obrigações	–	–	204.639	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(208.691)	(42.905)
Variação nos ativos e passivos:	**425.964**	**42.778**	**(565.774)**	**(575.511)**
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	**407.851**	**35.749**	**(508.831)**	**(123.368)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições de ativo imobilizado	(2)	–	(147.233)	(73.921)
Adições no intangível	(108)	–	(228.312)	(45.036)
Aquisição Fisia Comércio	(1.667.134)	–	–	–
Aquisição de controladora líquido do caixa recebido	–	7	–	7
Ágio na Aquisição Fisia Comércio	(355)	–	(355)	–
Alocações de ativos e passivos - Aquisição Fisia	27.947	–	–	–
Amortizações de ativos e passivos - Aquisição Fisia	1.510	–	–	–
Diminuição (aumento) de aplicações financeiras	–	–	212	–
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	**(1.638.142)**	**7**	**(375.688)**	**(118.950)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos tomados	–	–	360.282	19.032
Empréstimos e financiamentos pagos	–	–	(24.387)	(355.661)
Emissão de debêntures	–	–	225.878	–
Arrendamentos pagos	–	–	(127.999)	(201.333)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	(667.836)	–	499
Movimentação de capital em controlada	336.913	–	–	–
Partes relacionadas	48.706	(36.085)	–	(10.203)
Aumento de participação em controladas diretas	450	–	–	–
Gastos com emissões de ações em controlada	(15.310)	15.310	–	–
Gastos com emissões de ações	(47.880)	(55.392)	(47.857)	(55.414)
Integralização de AFAC na controladora	(499)	–	(499)	–
Aumento de capital	908.088	707.888	908.088	707.888
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos	**1.230.468**	**(36.115)**	**1.293.506**	**104.808**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	177	(359)	408.987	(137.510)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18	377	105.308	242.818
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	195	18	514.295	105.308
Transações que não afetaram caixa				
Adição ao imobilizado, intangível e direito de uso	–	–	1.650	1.650
Aumento em controladas diretas	(1.546)	3.537	–	–
Integralização de AFAC em controlada	(668.335)	–	–	–
Integralização de AFAC na controladora	499	–	499	–
Derivativos	(11.580)	–	(11.580)	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Receitas	**–**	**–**	**3.075.039**	**3.193.065**
Receita bruta de mercadorias, produtos e serviços	–	–	3.075.039	3.193.065
Insumos adquiridos de terceiros	**(2.185)**	**(849)**	**(1.891.791)**	**(1.794.298)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	–	–	(1.469.988)	(1.487.722)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.185)	(849)	(395.181)	(271.766)
Perda de valores ativos	–	–	(26.622)	(34.810)
Valor adicionado bruto	**(2.185)**	**(849)**	**1.183.248**	**1.398.767**
Depreciação, amortização	(9)	(9)	(239.912)	(216.158)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**(2.194)**	**(858)**	**943.336**	**1.182.609**
Valor recebido em transferência	**(85.319)**	**323.944**	**122.452**	**645.139**
Resultado de equivalência patrimonial	(83.844)	323.915	–	–
Receitas financeiras	35	9	103.844	227.767
Outras receitas operacionais	(1.510)	20	18.608	417.372
Valor adicionado total a distribuir	**(87.513)**	**323.086**	**1.065.788**	**1.827.748**
Distribuição do valor adicionado	**(87.513)**	**323.086**	**1.065.788**	**1.827.748**
Pessoal	**32.020**	**20.610**	**367.109**	**407.939**
Remuneração direta	28.024	20.610	278.465	293.242
Benefícios	3.996	–	64.642	88.188
FGTS	–	–	24.002	26.509
Impostos, taxas e contribuições	**(11.463)**	**(7.749)**	**450.142**	**555.376**
Federais	771	426	283.787	162.081
Estaduais	–	–	444.110	319.632
Municipais	387	111	20.088	18.981
Impostos diferidos	(12.621)	(8.286)	(297.843)	54.682
Remuneração de capitais de terceiros	**4.682**	**28**	**312.257**	**387.067**
Despesas financeiras (juros, taxas, cambial)	4.682	28	307.377	331.792
Aluguéis	–	–	4.880	55.275
Outras distribuições	**2**	**26**	**49.085**	**167.639**
Viagens e estadia	–	–	6.559	14.557
Seguros e Indenizações	2	26	7.940	21.080
Outras despesas	–	–	34.586	132.002
Remuneração de capitais próprios	**(112.754)**	**310.171**	**(112.805)**	**309.727**
Lucros retidos	(112.754)	310.171	(112.754)	310.171
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	–	–	(51)	(444)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

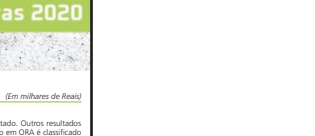
1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo SBF S.A. ("Controladora") é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede no Estado e cidade de São Paulo. As demonstrações financeiras do Grupo SBF relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, compreendem a empresa controladora Grupo SBF S.A. e suas controladas, denominadas em conjunto "Grupo", "Grupo SBF" ou "Companhia". Em 15 de abril de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão das ações, para serem negociadas no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, sob o código de negociação "CNTO3". O Grupo SBF e suas controladas diretas e indiretas, individualmente ou em conjunto ("Companhia" ou "Consolidado") tem como principais atividades: o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, roupas, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional, assim como prestação de serviço logístico. Canais de venda: • Rede física representada por 211 lojas Centauro (210 lojas em 2019); • Rede física representada por 22 lojas Nike e 5 lojas parceiras; • Comércio eletrônico através do site centauro.com.br; • Comércio eletrônico através do site nike.com.br; Centros de distribuição: • Extrema - Minas Gerais; • Jarinu - São Paulo; • João Pessoa - Paraíba; • Duque de Caxias - Rio de Janeiro; • Itajaí - Santa Catarina; • Louveira - São Paulo - adicionado na aquisição da Fisia; • Embu - São Paulo - adicionado na aquisição da Fisia. Em 10 de novembro de 2020, foi aprovada por todos os membros do Conselho de Administração da Companhia (que inclui representantes dos acionistas detentores do controle acionário da Companhia, correspondendo a aproximadamente 62,5% do total das ações de emissão da Companhia) por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas os termos e condições definitivos da transação de aquisição da totalidade de quotas representativas do capital social da NIKE do Brasil Comércio e Participações Ltda. ("NIKE do Brasil"). Como parte da estratégia de integração e posicionamento de mercado da marca, na mesma data do fechamento da transação, foi aprovada, a alteração da razão social da NIKE do Brasil Comércio e Participações Ltda. para "FISIA Comércio de Produtos Esportivos Ltda." ("FISIA"). Todas as informações relacionadas a essa transação, foram comunicadas ao mercado, através de Fatos Relevantes publicados em 02 de fevereiro de 2020, 14 de agosto de 2020, 04 de novembro de 2020 e 01 de dezembro de 2020. Demais informações da operação podem ser observadas na Nota 3 - Aquisição Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda. No dia 12 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou contrato a fim de adquirir a totalidade das ações de emissão da Network Participações S.A. ("Transação"), controladora das sociedades NeoTV Produção e Comercialização Audiovisual e Serviços Digitais S.A., Acelerados Produtora e Distribuidora Audiovisual S.A., Fatality TV Produção e Comercialização Audiovisual e Serviços Digitais S.A. e Falcão Produção e Comercialização Audiovisual e Serviços Digitais S.A. (em conjunto "Grupo NWB"), pelo valor estimado de R$ 60 milhões, sujeito a determinados ajustes de preço com base no capital de giro, caixa e endividamento do Grupo NWB. **1.2 Coronavírus ("COVID-19")** Coronavírus (COVID-19) foi reconhecido como pandemia em 11 de março de 2020. A imensa maioria dos governos mundiais passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias mundiais e os principais blocos econômicos vêm dando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a recessão da economia que estas medidas de mitigação da propagação da COVID -19 possam provocar. Para enfrentamento da crise, a Companhia tomou as seguintes medidas de curto prazo: a) A Companhia instituiu um Comitê de Crise e vem gerenciando uma série de planos de ação com o objetivo de minimizar os impactos à sua comunidade e aos seus colaboradores, ao mesmo tempo atender as diversas determinações das autoridades governamentais onde está localizada, de forma a colaborar com a prevenção da pandemia. b) Fechamento temporário de todas as lojas físicas a partir de 22 de março de 2020, sem data definida de retorno das atividades, naquele momento. A partir do dia 25 de

GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A.

CNPJ: 13.217.485/0001-1



★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

registrou provisões em 31 de dezembro de 2020, considerando que majoritariamente os valores em contas a receber são formados por administradoras de cartão de crédito, Mais Shop e outras empresas, bem como os ativos que estão divulgados na nota explicativa 10. c) Risco de perda por realização dos estoques: As perdas são estimadas com base nos níveis históricos e concretizadas na realização dos inventários, que refletem o modelo de operação da Companhia e servem como base para as atualizações das estimativas. Analisamos em maior detalhe os impactos nas estimativas de perdas em estoque por conta da COVID-19 e não identificamos necessidade de ajustes na política atual adotada para a estimativa de perdas. d) Redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros - "impairment": a Companhia realizou análises referente a eventual necessidade de reduzir o valor recuperável dos seus ativos. As premissas utilizadas para as referidas análises foram consistentes com as demais premissas utilizadas em outras análises para a elaboração das Demonstrações Financeiras anuais. As projeções de fluxos de caixa nos testes de valor recuperável foram revisitadas considerando o cenário atual devido à pandemia da COVID-19, bem como atualizando as taxas de desconto e o valor contábil dos ativos, não tendo sido identificadas nenhuma situação que indicasse a necessidade de registro de impairment. e) Tributos diferidos: Atualizamos as projeções das análises, sobre a recuperabilidade do IR e CS diferidos da controladora e suas controladas, considerando os efeitos da COVID-19 em 2020, e não identificamos a necessidade de registro de provisão ou baixa do saldo registrado contabilmente, mais detalhes sobre os tributos diferidos estão na nota explicativa nº 13. f) A Companhia analisou as receitas de lojas físicas e receitas de multicanalidade atreladas às lojas físicas, que estão relacionadas principalmente a venda de produtos em lojas de shopping centers em todo o Brasil, e constatamos uma redução nas vendas até dezembro de 2020, devido ao fechamento dos shoppings, para o canal de lojas físicas em aproximadamente 30,06% comparado ao mesmo período do ano anterior. Por outro lado, houve uma expressiva aceleração no e-commerce (adicional que resultou em um aumento de receita nas vendas de 67,93% neste mesmo período mencionado, além do crescente desempenho de vendas pelo marketplace que foi de 143,76%.

2. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA OCORRIDA EM 2019

Naomi Participações S.A. ("Naomi") A empresa Naomi era acionista não controladora da Companhia detendo 36,03% de participação. Em 23 de março de 2019 foi decidida a incorporação reversa da Naomi Participações S.A., com convertido de acervo patrimonial para a Companhia, nos termos do protocolo e justificação de incorporação, avaliado a valor contábil na data-base de 31 de dezembro de 2018, conforme laudo emitido em 23 de fevereiro de 2019. Em função desta incorporação reversa, a Companhia recebeu o acervo líquido de R$ 7 correspondente ao valor do acervo líquido da empresa incorporada.

Ativo	
Créditos a recuperar	36
Total	**36**
Passivo	
Obrigações fiscais	29
Total	**29**
Total acervo líquido	**7**

3. AQUISIÇÃO FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA.

Em 10 de novembro de 2020, foi aprovada por todos os membros do Conselho de Administração da Companhia (que inclui representantes dos acionistas detentores do controle acionário da Companhia, correspondendo a aproximadamente 62,5% do total das ações de emissão da Companhia) por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas os termos e condições definitivos da aquisição da totalidade (100%) das quotas representativas do capital social da NIKE do Brasil Comércio e Participações Ltda. ("NIKE do Brasil"), originalmente detidas pela NIKE Gateway Holding B.V. e NIKE Group Holding B.V., subsidiárias indiretas da NIKE, Inc.. Como parte da estratégia de integração e posicionamento de mercado da marca, na mesma data do fechamento da transação, foi aprovada a alteração da razão social da NIKE do Brasil Comércio e Participações Ltda. para "FISIA Comércio de Produtos Esportivos Ltda." ("**FISIA**"). Todas as informações relevantes relacionadas a essa transação foram comunicadas ao mercado, por meio de Fatos Relevantes publicados, em 02 de fevereiro de 2020, 14 de agosto de 2020, 04 de novembro de 2020 e 01 de dezembro de 2020. Após o processo de negociação que precedeu ao fechamento da Transação, as partes adotaram determinados termos e condições do "Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças", celebrado em 6 de fevereiro de 2020, com o propósito de, dentre outros aspectos, (i) autorizar que as quotas de emissão da FISIA possassem ser adquiridas pela Grupo SBF e (ii) acordar determinados critérios que serviram de base para a contraprestação pela aquisição que foi desembolsada pela Companhia em favor da vendedora, na data de 30 de novembro 2020. O preço desembolsado foi calculado a partir da estimativa apresentada pela vendedora das contas do balanço da FISIA, tendo a data do "*closing*" 30 de novembro de 2020, como data-base para tal estimativa. Considerando a posição estimada na data-base do fechamento contábil da Fisia, foi efetuada a verificação das contas do balanço posteriormente realizada, e consequentemente, a Companhia mensurou o valor como contraprestação a ser devolvida pela vendedora. O valor desta contraprestação está sendo reconciliado e portanto, não foi registrado. Esta operação estava sujeita à obtenção das autorizações societárias e regulatórias aplicáveis, incluindo o CADE, além de outras condições que se classificam dentre as usualmente aplicáveis a esse tipo de operação. A aprovação do CADE ocorreu em 14 de agosto de 2020, através do Despacho nº 880/2020 da Superintendência Geral. A Companhia concluiu o processo de aquisição em 01 de dezembro de 2020. Com esta aquisição a Companhia celebra uma parceria estratégica com a Nike, Inc. ("NIKE") e se tornou a distribuidora exclusiva dos produtos Nike no Brasil e a operadora do canal de vendas eletrônico por 10 (dez) anos, como também é a varejista exclusiva de lojas físicas NIKE, responsabilizando-se pela comercialização de produtos ao consumidor final através de lojas monobrand NIKE, podendo abrir e operar lojas NIKE no território brasileiro, pelo período inicial de 5 (cinco) anos. A conclusão da operação é um marco na história da Companhia, pois representa um aumento significativo de crescimento, ampliação da multicanalidade, como também um largo avanço estratégico na criação do ecossistema do esporte, que em resumo é como a Companhia pretende auxiliar na conexão por diversas formas, sendo comércio, serviço, entretenimento e outros quem tem ou deseja ter um relacionamento direto ou indireto com o esporte. De acordo com o IFRS 3 (IFRC 15 (R1) - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprtida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição e dos instrumentos patrimoniais emitidos pelo adquirente em troca do controle da adquirida. O preço de aquisição, está demonstrado a seguir: **(a) Contraprestação transferida e contraprestação contingente:** A aquisição foi efetivada pelo montante de R$ 1.639.543, sendo a Contraprestação bruta transferida em dinheiro: Foram pagos R$ 1.219.343 no "*closing*" do processo de aquisição baseado em projeções da melhor estimativa com confiabilidade. • Contraprestação a ser devolvida: O valor inicial de aquisição foi calculado com o balanço estimado na data-base definida, conforme mencionado entre as partes. Após o fechamento oficial do balanço e atualização dos dados projetados, foi apurado o valor de R$ 82.399 paga a maior. Este valor está em discussão e questionamento para ser ressarcido pela Nike, dentro dos prazos previstos em contrato. • Contraprestação contingente: A Companhia assumiu o compromisso de pagar à vendedora um valor de R$ 502.600 mediante utilização de ativos fiscais durante o período de expiração do contrato de distribuição registrado em outras contas a pagar. **(b) Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:** A Companhia, em conformidade com o disposto no IFRS 8, da Lei nº 6.404/76 contratou uma empresa independente para avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos. Na data da conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras, não terá acabado a Companhia encontra-se em fase de revisão e últimos ajustes da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. A Companhia em conjunto com a empresa independente, entende que até a presente data da divulgação

GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A.

CNPJ: 13.217.485/0001-11

Demonstrações Financeiras 2020

★ continuação

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixas	–	–	8.598	9.008
Bancos	195	18	357.249	12.332
Aplicações financeiras	–	–	148.448	83.968
	195	18	514.295	105.308

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixas e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras de curto prazo que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas variam aproximadamente em 54% a 100% (87% a 100% em 2019) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

9. DERIVATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contratos de câmbio utilizados para *hedge*	–	–	11.580	–

Os derivativos corporativos ao VJORA estão sujeitos a taxas de juros de 5.09% a 5.20% e vencem em menos de um ano. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 31.

10. CONTAS A RECEBER

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Administradora de cartão de crédito	(a)	–	–	828.985	584.887
Duplicatas a receber		–	–	151.018	8.175
Duplicatas a receber - Empresas do grupo	(nota 14)	34.524	36.120	–	–
Subtotal		34.524	36.120	980.003	593.062
Provisão para perda esperada		–	–	(3.799)	–
Ajuste a valor presente		–	–	(3.293)	(6.613)
		34.524	36.120	972.911	586.449

(a) Refere-se ao saldo com administradoras de cartões de crédito que está distribuído em diversas operadoras de cartões. A Companhia possui operações de vendas de recebíveis junto as administradoras de cartão de crédito, sem direito de regresso. Tais operações, em 31 de dezembro de 2020 compõem o saldo de R$ 4.241 (R$ 10.905 em 2019) e foram efetuadas para suprir as necessidades de caixa da Companhia. O valor das comissões sobre as operações de cessão de crédito sem direito de regresso foi reconhecido em despesas financeiras no resultado conforme demonstrado na Nota 30 no montante de R$ 8.720 em 2020 (R$ 10.765 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia registra provisão para perda esperada apenas para as operações de distribuição do atacado, por entender que a carteira de recebíveis referente a administradoras de cartão de crédito é líquida e certa, pois os riscos são assumidos pelas administradoras. As movimentações na provisão para perda esperada são constituídas com base na perda histórica, das vendas ao atacado:

	01/01/2020 a 31/12/2020
Saldo Inicial	–
Aquisição Fisia	(2.481)
Constituição (+)	(1.318)
Baixas (–)	–
Saldo Final	(3.799)

	Saldo Contábil Bruto	(%) Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com Problemas Recuperação
Reserva Especifica	2.019	100.00%	2.019	Sim
Recebíveis de Atacado	456.392	0.39%	1.780	Não
Recebíveis de varejo	521.592	0.00%	–	Não
	980.003	–	3.799	–

A seguir apresentamos o aging list consolidado:

Aging	31/12/2020	31/12/2019
Vencidos acima de 120 dias	1.182	328
Vencidos acima de 90 dias	132	164
Vencidos até 90 dias	112	164
Vencidos até 60 dias	126	37
Vencidos até 30 dias	2.242	757
A vencer até 30 dias	461.832	218.907
A vencer de 31 a 60 dias	221.316	122.887
A vencer de 61 a 90 dias	123.322	91.155
A vencer de 91 a 120 dias	54.088	50.463
A vencer acima de 121 dias	115.651	108.200
Total	980.003	593.062

11. TRIBUTOS A COMPENSAR - CONSOLIDADO

	31/12/2020	31/12/2019
ICMS (a)	207.370	79.949
PIS (b)	87.615	55.482
COFINS (b)	402.218	219.988
IRRF	7.300	931
INSS	8.258	6.024
IOF	–	9
ISS	–	5
Ativo circulante	712.763	362.388
ICMS	58.154	13.982
PIS (b)	47.868	68.512
COFINS (b)	314.181	350.951
(–) Redução credito PIS e COFINS	(72.332)	(97.216)
Ativo não circulante	347.871	336.229
Total a compensar	1.060.634	698.617

(a) Os créditos de ICMS foram gerados substancialmente nas apurações correntes da Companhia e também por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio decorrentes da Portaria CAT 17, Portaria CAT 158 e Portaria CAT 42 entre outros. No período de 12 meses foram vendidos R$ 2.825 referente créditos de apurações reconhecidos em duplicidade no exercício de 2018. (b) **ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS -** A Companhia e suas controladas ingressaram em 2006 com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS para o período de 2001 a 2017. Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o STF proferiu decisão favorável ao contribuinte para permitir a exclusão e com base neste entendimento, a Companhia consultou os seus advogados externos que, para a tese, passaram a classifica-la como êxito provável. Para definição sobre o assunto em relação ao passado, o STF - Supremo Tribunal Federal precisa decidir sobre a modulação dos efeitos da decisão. Não obstante esta necessidade, a Companhia e seus advogados externos, com base em todas as decisões de modulação proferidas pelo STF - Supremo Tribunal Federal até o presente momento, entendem que não haverá limitação ao direito de restituição de forma retroativa. No segundo trimestre de 2019, a Companhia tomou conhecimento do trânsito em julgado de decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, possibilitando o reconhecimento de R$ 675.017, em 31 de dezembro de 2019, para o período de 2004 a 2019, com base em informações históricas, obrigações acessórias fiscais e contábeis, em lei aplicável ao caso, assessoria jurídica e com auxílio de consultoria especializada. Dessa forma, o montante foi mensurado com razoável confiabilidade, o montante foi registrado, nas linhas de outras receitas e receita financeira e, nas mesmas linhas, houve o registro de uma provisão no valor de R$ 72.332, reduzindo do valor do crédito, totalizando desta forma um saldo líquido de R$ 602.685, por estar no aguardo de uniformização jurisprudencial. Em 2014, a Fisia ofereceu a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, dos 5 anos anteriores à data da propositura da ação, houve o trânsito em julgado favorável do processo em 06 de junho 2019, o qual foi favorável, base para o reconhecimento dos créditos Fisia - a Companhia considerou ser um ativo não contingente e classificado como "praticamente certo" para a apuração do montante do crédito. A Administração, iniciou a utilização dos créditos através de pedidos de compensação, em 31 de dezembro de 2020 o saldo dos créditos a serem utilizados era de R$ 678.696, e a previsão de utilização dos créditos, devido ao efeito da pandemia COVID-19, foi revavalida, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias, e consequentemente, a estimativa do prazo de utilização desses créditos. E tem a expectativa de realização destes créditos conforme quadro abaixo:

	Utilização
Até 12 meses	404.886
De 12 a 24 meses	268.801
De 24 a 36 meses	5.009
Total	678.696

12. ESTOQUES - CONSOLIDADO

	31/12/2020	31/12/2019
Mercadoria de revenda (lojas)	234.598	294.608
Mercadoria de revenda (Centros de distribuição)	641.278	124.087
Importação em andamento	4.004	5.704
Almoxarifado	5.439	4.145
Outros	5.461	–
	890.780	428.544

Movimentação de provisão para perdas

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Saldo inicial	(11.604)	(10.882)
Aquisição Fisia	(13.693)	–
Adição	(26.195)	(26.088)
Perdas efetivas nos estoques	21.257	25.366
Saldo Final	(30.235)	(11.604)

A Companhia registrou constituição para provisão de R$ 26.195 no custo de revenda de mercadorias em 31 de dezembro de 2020 (R$ 26.088 em 31 de dezembro de 2019). A provisão de R$ 30.235 (R$ 11.604 em 31 de dezembro de 2019) é classificada como redutora de mercadoria para revenda tendo como base a rotatividade dos produtos. O montante de R$ 21.257 (R$ 25.366 em 31 de dezembro de 2019) representa as perdas efetivas, baixado das rubricas mercadoria para revenda e provisão.

13. ATIVO FISCAL DIFERIDO - CONSOLIDADO

O saldo de impostos diferidos tem a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Prejuízo fiscal e base negativa	202.426	157.367	–	–	202.426	157.367
Provisões gerais e contingências	113.591	101.933	–	–	113.591	101.933
Provisões efeito ajuste a valor presente	1.874	3.461	–	–	1.874	3.461
Provisão para estoques	5.369	3.945	–	–	5.369	3.945
Provisão de bônus	848	10.936	–	–	848	10.936
Depreciação	56.950	30.931	(22.160)	(13.678)	34.784	17.253
Ágio	71.050	71.050	(47.367)	(33.156)	23.683	37.894
Créditos tributários (PIS/COFINS)	–	–	–	(196.452)	–	(196.452)
Lucro nos estoques	71.375	86.309	–	–	71.375	86.309
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	523.483	465.932	(69.533)	(243.286)	453.950	222.646
Montante passível de compensação	(69.533)	(243.286)	69.533	243.286	–	–
Imposto líquido (ativo) passivos	453.950	222.646	–	–	453.950	222.646

(*) Efeito da depreciação sobre os arrendamentos - direito de uso. A Companhia preparou um estudo técnico para suportar a realização desses impostos diferidos nos próximos anos. Para o estudo técnico foram considerados os seguintes fatores: **Principais premissas utilizadas nas projeções de resultados para uso do ativo fiscal diferido:** As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem EBITDA anual, conforme abaixo: **Prazo de projeção:** O estudo preparado pela Companhia mostrou ser possível a utilização do ativo no período demonstrado no quadro abaixo, dado sua experiência e capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para a Companhia. A previsão de realização dos impostos diferidos está representada abaixo (consolidado):

Ano	31/12/2020
2021	18.480
2022	30.770
2023	35.438
2024	42.389
2025	61.442
2026	69.267
2027	17.461
2028	16.379
2029	162.324
	453.950

Taxa de crescimento da receita: Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, bem como um crescimento adicional para os anos de copa do mundo, resultando em um crescimento médio de 13,4% a.a. **Ganho de margem EBITDA:** Foi considerado um aumento de margem EBITDA baseado na diluição de despesas fixas da Companhia, tanto de vendas como administrativas, resultando em um ganho de 0,13% a.a. para o período. **Análise de sensibilidade das premissas:** O valor previsto de Lucro é suficiente para o uso total do ativo fiscal diferido contábil de R$ 453.950, a Companhia efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 9,4% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quanto comparado com a projeção e estudo técnico elaborado. A Administração identificou duas premissas principais as quais alterações razoavelmente possíveis podem acarretar no fato de o valor contábil ser superior ao valor recuperável. **Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:** Não houve ativos fiscais diferidos que não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios. ***Movimento das diferenças temporárias:*** A conciliação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Saldo em 31/12/2019	Reconhecidos no resultado	Ágio	Utilização corrente	Saldo final em 31/12/2020
Prejuízo fiscal e base negativa	157.367	97.387	7.106	(59.434)	202.426
Provisões gerais e contingências	101.933	11.658	–	–	113.591
Provisões efeito ajuste a valor presente	3.461	(1.587)	–	–	1.874
Provisão para estoques	3.945	1.424	–	–	5.369
Provisão de bônus	10.936	(10.088)	–	–	848
Depreciação	17.253	17.531	–	–	34.784
Ágio	37.894	–	(14.211)	–	23.683
Créditos tributários (PIS/COFINS)	(196.452)	196.452	–	–	–
Lucro nos estoques	86.309	(14.934)	–	–	71.375
Imposto líquido ativo (passivo)	222.646	297.843	(7.105)	(59.434)	453.950

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos	(125.375)	301.885	(201.957)	407.314
Alíquota fiscal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	42.628	(102.641)	68.665	(138.487)
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(1.500)	–	(5.437)	(21.572)
Exclusões permanentes:				
Estorno de provisões	–	–	27.009	18.468
Outros itens:				
Efeito no resultado de equivalência patrimonial	(28.507)	110.132	–	–
IRPJ e CSLL de anos anteriores reconhecidos no ano corrente	–	–	(755)	43.963
Outros	–	795	(330)	41
Imposto de renda e contribuição social	12.621	8.286	89.152	(97.587)
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do exercício				
Corrente			(208.691)	(42.905)
Diferido	12.621	8.286	297.843	(54.682)
Alíquota efetiva	-10,07%	2,74%	44,14%	23,96%

14. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação e empréstimos por mútuo com empresas controladas com operações comerciais e financeiras. A com os quais a Companhia mantem contratos na forma da legislação vigente. Os termos e condições dessas transações não foram mais favoráveis que aqueles disponíveis, ou que razoavelmente espera-se que estivessem disponíveis, em transações semelhantes em condições usuais de mercado com entidades não relacionadas ao pessoal chave da Administração. **Controladora:** Outros créditos e outras contas a pagar referem-se a conta corrente com empresas controladas, sem vencimento e atualização monetária, formado como segue:

Ativo circulante - Contas a receber	31/12/2020	31/12/2019
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	3.078	5.674
Store Engenharia e Instalações Ltda.	24.413	21.013
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	–	2.400
Pine Administração de Bens e Participações Ltda.	7.033	7.033
	34.524	36.120
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada (*)	–	668.935

Os valores da controladora estão sendo apresentados na nota 10, contas a receber. (*) Em abril de 2019, a Companhia recebeu os valores correspondente ao lançamento das ações de mercado de capitais, dos valores recebidos, a Administração transferiu o montante R$ 668.335 da empresa controladora Grupo SBF, para a empresa operacional SBF Comércio visando a aplicação do investimento, como AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Passivo circulante - Contas a pagar	31/12/2020	31/12/2019
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	87.470	49.404
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	9.593	18.893
	97.063	68.357

Transações comerciais: Operações compra e venda de mercadorias e fretes - As empresas SBF Comércio, Premier e Fisia efetuam operações de compra e venda com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil. A empresa Vblog Logística é responsável pelo transporte destas mercadorias e também efetua transações comerciais de prestação de serviço de frete entre estas empresas do Grupo. Existe um contrato assinado entre a SBF e o Vblog, cujo prazo é indeterminado e o preço de mercado praticado utilizando a tabela de frete para os segmentos determinados. Aluguéis - A empresa SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para as empresas Vblog Logística e Store Engenharia do arrendamento localizado em Extrema-MG. O prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m² (metros quadrados) utilizados. Rateio administrativo - A empresa SBF Comércio possui um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier Distribuidora, Vblog Logística e Lione Comércio. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os rateios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas e em critérios consistentes ao longo dos períodos. Os valores descritos acima são demonstrados no quadro a seguir:

Transações eliminadas na consolidação:

	Contas a Receber 31/12/2020	Contas a Receber 31/12/2019	Contas a Pagar 31/12/2020	Contas a Pagar 31/12/2019
Grupo SBF S.A.	34.524	36.120	97.063	48.357
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	2.708.769	1.331.421	2.423.549	1.134.712
Premier Distribuidora de Vestuários, Calçados Equipamentos e Acessórios Ltda.	2.314.286	1.070.659	2.589.156	1.208.853
Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	172.845	–	–	–
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	110.372	77.118	99.337	64.417
Lione Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	–	300	47.893	38.122
Pine Administração de Bens e Participações Ltda.	6.883	6.890	7.033	7.033
Store Engenharia e Instalações Ltda.	–	–	24.414	21.014
	5.347.679	2.522.508	5.347.679	2.522.508

	Compras 01/01/2020 a 31/12/2020	Compras 01/01/2019 a 31/12/2019	Vendas 01/01/2020 a 31/12/2020	Vendas 01/01/2019 a 31/12/2019
SBF Comércio de ProdutosEsportivos S.A.	(1.418.689)	(1.976.944)	1.383.376	1.939.488
Premier Distribuidora de Vestuários, Calçados Equipamentos e Acessórios Ltda.	(1.383.376)	(1.939.488)	1.399.670	1.976.944
Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	–	–	19.019	–
	(2.802.065)	(3.916.432)	2.802.065	3.916.432

	Fretes e Carretos 01/01/2020 a 31/12/2020	Fretes e Carretos 01/01/2019 a 31/12/2019	Aluguéis 01/01/2020 a 31/12/2020	Aluguéis 01/01/2019 a 31/12/2019	Rateio administrativo 01/01/2020 a 31/12/2020	Rateio administrativo 01/01/2019 a 31/12/2019
Grupo SBF S.A.						
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(34.799)	(31.387)	34	28	(66.881)	(86.641)
Premier Distribuidora de Vestuários, Calçados Equipamentos e Acessórios Ltda.	–	–	3	23.804		33.770
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	34.799	31.387	(23)	(21)	43.077	47.035
Lione Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	–	–	–	–	–	5.836
Store Engenharia e Instalações Ltda.	–	–	(11)	(10)	–	–
	–	–	–	–	–	–

Locação - A empresa VBF Empreendimentos pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Bomfim Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema-MG, com o período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antola utilizado como Centro Administrativo em São Paulo-SP, com período de vigência de 2 de junho de 2009 a 1º de junho de 2025. Os dois contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o exercício. Estas transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil subsequente, os pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 1% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGPM.

Resultado - Despesas	31/12/2020	31/12/2019
VBLOG Logística e Transportes	26	25
Premier Distribuidora de Vestuários, Calçados Equipamentos e Acessórios Ltda.	42	40
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	15.608	15.481
	15.676	15.481

a. Remuneração ao pessoal-chave da Administração

A remuneração aos Administradores é realizada através de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" nas demonstrações do resultado.

	31/12/2020 Conselho de administração	31/12/2020 Administração executiva	31/12/2019 Conselho de administração	31/12/2019 Administração executiva
Salários e pró-labore	5.354	6.910	5.616	6.034
Participação nos lucros e resultados	–	5.908	–	5.772
Pagamento baseado em ações	585	14.810	–	10.043
	5.939	27.628	5.616	21.849

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA CONTENCIOSO - CONSOLIDADO

Depósitos judiciais: A Companhia é parte envolvida em ações tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento e está discutindo estas questões, tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As movimentações do saldo de depósitos e bloqueios judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Baixas	Reversões	Aquisição Fisia	Saldo final em 31/12/2020
Depósitos judiciais	67.639	25.438	(27)	(5.852)	2.911	90.109
Depósitos judiciais - Rendimentos	28.506	2.590	(463)	(49)	–	30.584
Bloqueio judicial - Trabalhista	9.143	1.219	(2.729)	(1.525)	–	5.108
Total	105.288	29.247	(4.269)	(7.426)	2.911	125.751

As movimentações do saldo de depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2019	Adições	Baixas	Reversões	Aquisição Fisia	Saldo final em 31/12/2019
Depósitos judiciais	68.471	23.941	(13.328)	(11.445)	–	67.639
Depósitos judiciais - Rendimentos	30.895	3.940	(6.329)	–	–	28.506
Bloqueio judicial - Trabalhista	19.385	4.156	(13.458)	(940)	–	9.143
Total	118.751	32.037	(33.115)	(12.385)	–	105.288

As adições representam novos depósitos judiciais e atualizações monetárias, as baixas representam processos onde a Companhia perdeu ação judicial e os depósitos foram resgatados pela parte contrária que demandaram as ações e as reversões representam os processos onde houve ganho de causa para a Companhia.

Provisões para contencioso: As movimentações do saldo das provisões para contencioso para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Pagamentos	Reversões	Aquisição Fisia não restituível (*)	Ajuste Fiscal Contingências	Aquisição Fisia	Saldo final em 31/12/2020
Cível/Consumidor (a)	2.601	13.855	(3.633)	–	–	764	–	13.587
Trabalhistas (b)	33.962	11.821	(11.916)	(1.852)	–	1.899	3.935	37.849
Tributário (c)	435.801	42.725	–	(8.783)	–	25.956	–	495.699
Total	472.364	68.401	(15.549)	(10.635)	–	27.855	4.699	547.135

(*) Provisão conforme combinação de negócios das operações da Fisia, nota explicativa nº 3

As movimentações das provisões para contencioso para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2019	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo final em 31/12/2019
Cível/Consumidor (a)	2.679	1.666	(1.742)	(2)	2.601
Trabalhistas (b)	44.234	14.505	(20.731)	(4.046)	33.962
Tributário (c)	207.548	229.409	(1.156)	–	435.801
Total	254.461	245.580	(23.629)	(4.048)	472.364

As adições representam novas ações provisionadas com risco de perda provável e atualizações monetárias, os pagamentos representam processos onde a Companhia perdeu ação judicial e as reversões representam processos onde houve ganho de causa para a Companhia ou quando houve alteração na classificação de risco de perda entre os períodos (mudança de risco de perda provável para risco de perda possível ou remota).

a. Processos de natureza cível/consumidor: São processos que envolvem as relações de consumo das lojas físicas e e-commerce. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobranças indevida, produto em falta no estoque, entre outros. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui R$ 13.587 (R$ 2.601 em dezembro 2019) do montante discutido em sua carteira de processos de consumidor provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível no montante de R$ 44.547 (R$ 31.694 em dezembro 2019) baseado em precedentes e/ou jurisprudências e a opinião dos assessores jurídicos da Companhia. ***b. Processos de natureza trabalhista:*** Os principais objetos em discussão versam sobre pedidos que envolvem jornada, equiparação salarial, danos morais, verbas rescisórias entre outros. Em dezembro de 2020, a Companhia possui R$ 35.950 (R$ 33.962 em dezembro de 2019) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R$ 79.813 (R$ 71.244 em dezembro de 2019) baseado em precedentes e/ou jurisprudências. *Contingências não restituíveis:* Conforme nota explicativa nº 3, durante as negociações da aquisição foram observadas contingências trabalhistas e tributárias classificadas como perda possível, conforme análise dos assessores jurídicos da Companhia. Sendo assim, nos termos do CPC 15 - combinação dos negócios, estas contingências devem ser provisionados para fins de alocação de preço assumidas pela Companhia em decorrência do Contrato de Aquisição da operação Fisia, totalizando um valor de R$ 1.899, que será mantida até a sua resolução na empresa controlada. ***c. Processos de natureza tributária: Processos com risco de perda provável:*** Em dezembro de 2020, o total de débitos tributários que são classificados como perda provável, perfazem o montante de R$ 469.743 (R$ 435.801 em 31 de dezembro de 2019). Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato do Fisco de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa e judicial e discussão administrativa acerca do recolhimento do IPI na venda de produtos importados. Também há discussão perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sobre eventuais saídas de mercadorias desacompanhadas de notas fiscais, ocasionada por suposto lapso operacional no momento da cisão em 2005. Há outras discussões acerca da classificação de mercadoria, ICMS Substituição tributária e créditos de ICMS no Estado da Bahia e multa punitiva federal. *Contingências não restituíveis:* Conforme nota explicativa nº 3, durante as negociações da aquisição foram observadas contingências trabalhistas e tributárias classificadas como perda possível, conforme análise dos assessores jurídicos da Companhia. Sendo assim, nos termos do CPC 15 - combinação dos negócios, estas contingências devem ser provisionados para fins de alocação de preço assumidas pela Companhia pelo montante de R$ 25.956, que será mantida até a sua resolução na empresa controlada. *Processos com risco de perda possível:* **Processos federais:** Os processos federais em que as empresas do Grupo figuram no polo passivo e ativo (com eventuais chances de contingência), estão classificados como perda possível no montante de R$ 313.790 (R$ 310.277 em dezembro de 2019), conforme avaliação dos advogados, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina.

Imposto	31/12/2020	31/12/2019
FGTS (a)	88.151	84.832
PIS/COFINS/IRPJ e CSLL (b)	84.750	82.071
IRPJ e CSLL (c)	96.510	93.272
IPI (d)	169	25.596
PIS/COFINS (e)	19.816	5.114
IOF (f)	7.271	7.105
INSS (g)	599	589
Outros (h)	16.524	11.698
Total	313.790	310.277

(a) FGTS - Discute-se eventual falta de depósito do FGTS mensal e rescisório para colaboradores listados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do período de julho 2004 a 2017, no montante de R$ 88.151 (R$ 84.832 em 2019). **(b) PIS/COFINS/IRPJ e CSLL -** Existem discussões no montante de R$ 7.675 (R$ 7.554 em 2019) referente à eventual falta de pagamento por suposta desconsideração de escrita contábil, bem como a discussão de R$ 26.289 (R$ 26.289 em 2019) por declarações retificadas e ainda não homologadas pela RFB. Existe também a discussão no montante de R$ 49.322 (R$ 48.228 em 2019) decorrentes da cobrança de IRPJ e CSLL, referente às exclusões de valores no ano-calendário de 2014 a título de incentivos fiscais dos Estados da Paraíba e Minas Gerais e cobrança por creditamento de PIS e COFINS sobre insumos considerado indevido pela RFB. Discute-se, ainda, o montante de R$ 1.464 referente à multa agravada. **(c) IRPJ e CSLL -** A Companhia discute o montante de R$ 28.086 (R$ 27.583 em 2019), por eventual falta de pagamento do IRPJ e CSLL decorrentes das exclusões de valores nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011 a título de incentivos e dos ajustes de estoque, ocorridos nos exercícios de 2009 e 2010. Discute também o montante de R$ 66.237 (R$ 64.590 em 2019), por eventual falta de pagamento de IRPJ e CSL, decorrente de exclusões de valores da base de cálculo no ano de 2015 a título de incentivos. Discute-se o montante de R$ 2.008 (R$ 968 em 2019), referente a divergências apuradas por não homologação de pedidos de compensação, as demais discussões perfazem o montante de R$ 179 (R$ 131 em 2019). **(d) IPI -** Existe discussão no montante de R$ 169 (R$ 165 em 2019) por conta de suposta falta de recolhimento de IPI e Multa por suposto enquadramento incorreto na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados. **(e) PIS/COFINS** Discute-se o montante de R$ 5.247 (R$ 5.114 em dezembro de 2019), referente a divergências apuradas de PIS/COFINS por alegadas faltas de pagamentos e multa pela não homologação de pedidos de compensação, em relação a discussão dos incentivos fiscais das competências de 2009 a 2011, considerados como subvenção para investimento e possibilidade de dedução da base de cálculo houve êxito no processo administrativo. Tem-se ainda o montante de R$ 34 decorrentes de compensação não homologada em relação a créditos de 2008. Por fim, foram adicionadas discussões no montante de R$ 14.535 acerca de compensações não homologadas realizadas entre 2015 e 2017, em razão de supostas divergências nas declarações da companhia. **(f) IOF -** Discute-se eventual falta de pagamento de imposto sobre operações financeiras entre empresas do mesmo grupo econômico no montante de R$ 7.271 (R$ 7.105 em 2019), do período de 2014 e 2015. **(g) INSS -** Discute-se eventual falta de pagamento de contribuição previdenciária diante de divergência em GFIP, no montante de R$ 599 (R$ 589 em 2019). **(h) Outros -** Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedido de compensação e multa por estimativa de IRPJ, CSLL, PIS e II, multas relacionadas a Antidumping, entre outras discussões, que perfazem o montante de R$ 16.524 (R$ 11.698 em 2019). **Processos Estaduais:** A Companhia é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação e recomendação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado final do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados. Além dos valores já provisionados acima mencionados, em dezembro de 2020, a Companhia possuí 17,9% (22,8% em dezembro de 2019) da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Tratam-se de processos de ICMS decorrentes de autuações pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Maranhão, no montante de R$ 365.218 (R$ 442.869 em 2019), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis. Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pela Companhia considerada como indevida pelo Fisco. **Processos Municipais:** A Companhia possui, ainda, processos municipais, que somam, em dezembro de 2020, o montante de R$ 4.650 (R$ 932 em Dez/2019), e estão classificados como perda possível pelos seus advogados externos. A principal discussão refere-se à cobrança de ISS pelo Município de Extrema - MG para os exercícios de 2014 a 2016.

16. INVESTIMENTOS E PASSIVO A DESCOBERTO EM CONTROLADAS

| |

GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A.

CNPJ: 13.217.485/0001-11

Demonstrações Financeiras 2020

★ continuação

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Baixas	Transferência entre rubricas	Aquisição Fisia	Saldo final em 31/12/2020
Fundo de comércio	14.492	2.842	(602)	–	–	16.692
Software	199.163	201	(16)	58.285	7.517	265.150
Marcas direito e patente	43	–	–	–	–	43
Software em andamento	–	58.285	–	(58.285)	–	–
Contrato de distribuição	–	166.408	–	–	–	166.408
Custo do intangível	213.658	227.736	(618)	–	7.517	448.293
Fundo de comércio	(10.955)	(729)	221	–	–	(11.463)
Software	(85.077)	(37.752)	1	–	(6.941)	(129.769)
Marcas direito e patente	(41)	(2)	–	–	–	(43)
Contrato de distribuição	–	(1.387)	–	–	–	(1.387)
Amortização	(96.073)	(39.870)	222	–	(6.941)	(142.662)
Total do intangível líquido	117.585	187.866	(396)	–	576	305.631

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2019	Adições	Baixas	Transferência entre rubricas	Saldo final em 31/12/2019
Fundo de comércio	13.303	2.500	(1.351)	–	14.452
Software	156.648	438	(21)	42.098	199.163
Marcas direito e patente	46	–	(3)	–	43
Software em andamento	–	42.098	–	(42.098)	–
Custo do intangível	169.997	45.036	(1.375)	–	213.658
Fundo de comércio	(11.352)	(452)	849	–	(10.955)
Software	(54.036)	(31.062)	21	–	(85.077)
Marcas direito e patente	(37)	(9)	5	–	(41)
Amortização	(65.425)	(31.523)	875	–	(96.073)
Total do intangível líquido	104.572	13.513	(500)	–	117.585

Conciliação de fluxo de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Depreciação de imobilizado	60.599	61.823
Amortização de intangível	39.870	31.523
Depreciação de arrendamento mercantil	139.443	122.811
Despesas de depreciação e amortização na demonstração do fluxo de caixa	239.912	216.157
Despesa com depreciação - despesas com vendas (nota 29)	172.218	156.316
Despesa com depreciação - despesas gerais e administrativas (nota 29)	56.229	47.973
Total	228.947	204.289

A diferença entre os valores apresentados nas movimentações dos ativos imobilizados, intangíveis e ativo de direito de uso (notas 17, 18 e 19) em relação as despesas com depreciação apresentadas na nota explicativa 29 nos montantes de R$ 10.965 em 2020 (R$ 11.868 em 2019) refere-se aos efeitos de PIS e COFINS que estão sendo apresentados na linha de despesas com impostos na demonstração do resultado do exercício.

19. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contratos de aluguel (arrendamento operacional) para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 10 a 25 anos e opção de renovação. Estes contratos são abrangidos pelo pronunciamento técnico do CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia optou por não avaliar seus ativos com os benefícios concedidos em contrato de arrendamento relacionados à COVID-19, aplicando assim a norma CPC 06 R2, alterado pela Deliberação da CMV nº 859/20, como se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Em 31 de Dezembro de 2020 estes benefícios resultaram em um montante de R$ 47.096 reconhecido no resultado da Companhia. **Ativo de direito de uso:** A movimentação do ativo de direito de uso no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, está demonstrada no quadro a seguir:

Consolidado			
Ativo - Direito de Uso	**Arrendamento**	**Veículos**	**Total**
Saldo inicial em 01/01/2020	1.132.892	4.911	1.137.803
(+/-) Novos contratos e Remensuração	164.510	1.049	165.559
Aquisição Fisia	11.240	1.197	12.437
(–) Depreciação	(137.308)	(2.135)	(139.443)
(–) Baixas de contratos	(22.184)	–	(22.184)
Total	**1.149.150**	**5.022**	**1.154.172**

A movimentação do ativo de direito de uso no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, está demonstrada no quadro a seguir:

Consolidado			
Ativo - Direito de Uso	**Arrendamento**	**Veículos**	**Total**
(+) Adoção inicial em 01/01/2019	924.424	1.562	924.991
(+/-) Novos contratos e Remensuração	330.927	4.696	335.623
(–) Depreciação	(121.459)	(1.352)	(122.811)
Total	**1.132.892**	**4.911**	**1.137.803**

Passivo de arrendamento: A movimentação do passivo de arrendamento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, está demonstrada no quadro a seguir:

Consolidado			
Passivo - arrendamento a pagar	**Arrendamento**	**Veículos**	**Total**
Saldo inicial em 01/01/2020	1.144.953	4.867	1.149.820
(+/-) Novos contratos e Remensuração	164.510	1.049	165.559
Aquisição Fisia	11.963	613	12.576
Apropriação Juros incorridos	101.304	332	101.636
(–)Pagamentos passivo de arrendamento	(153.425)	(2.417)	(155.842)
(–) Descontos obtidos	(47.039)	(57)	(47.096)
(–) Baixas de contratos	(25.084)	–	(25.084)
Total	**1.197.182**	**4.387**	**1.201.569**
Circulante	**116.737**	**3.191**	**119.928**
Não circulante	**1.080.445**	**1.196**	**1.081.641**

A movimentação do passivo de arrendamento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, está demonstrada no quadro a seguir:

Consolidado			
Passivo - arrendamento a pagar	**Arrendamento**	**Veículos**	**Total**
(+) Adoção inicial em 01/01/2019	923.424	1.567	924.991
(+/-) Novos contratos e Remensuração	330.927	4.696	335.623
Apropriação Juros incorridos	90.278	261	90.539
(–)Pagamentos passivo de arrendamento	(199.676)	(1.657)	(201.333)
Total	**1.144.953**	**4.867**	**1.149.820**
Circulante	**92.675**	**1.898**	**94.573**
Não circulante	**1.052.278**	**2.969**	**1.055.247**

Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento: Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

Consolidado			
	Arrendamento	**Veículos**	**Total**
Até 1 ano	116.737	3.191	119.928
Entre 1 e 5 anos	508.869	1.196	510.065
Mais de 5 anos	571.576	–	571.576
Grupo como arrendatário	**1.197.182**	**4.387**	**1.201.569**

Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis: No período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu o montante de R$ 47.803 (R$ 50.722 no mesmo período de 2019) referente as despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis. Vide nota 29.

20. FORNECEDORES - CONSOLIDADO

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de mercadorias para revenda	556.082	570.642
Fornecedores de materiais de consumo	101.376	93.612
Ajuste a valor presente	(2.645)	(3.244)
	654.813	**661.010**

Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços. A partir de 2019 A Companhia ofereceu um programa de antecipação de créditos para seus fornecedores junto as instituições financeiras, cujo principal objetivo deste programa é facilitar o processamento de pagamentos e permitir aos fornecedores dispostos a venda de seus recebíveis antes da data de vencimento, sem direito a regresso, Essas operações de antecipações com fornecedores não tendem significativamente as condições de pagamentos além dos termos normais acordados com os fornecedores, Em 31 de dezembro de 2020 havia o montante de R$ 56.837 (em 31 de dezembro de 2019 o montante de R$ 61.980).

21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos		
Capital de giro	365.262	32.698
Financiamento de bens	6.863	1.892
Subtotal	**372.125**	**34.590**
Debêntures	226.762	–
Total	**598.887**	**34.590**
Empréstimos e financiamentos	93.275	27.037
Circulante	**93.275**	**27.037**
Empréstimos e financiamentos	278.850	7.553
Debêntures	226.762	–
Não Circulante	**505.612**	**7.553**

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 2020 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2020	Adições	Pagamento do Principal	Pagamento de Juros	Provisão de Juros	31/12/2020
Capital de Giro	32.698	352.400	(21.474)	(9.340)	10.978	365.262
Financiamento de bens	1.892	7.882	(2.913)	(606)	608	6.863
Empréstimos e financiamentos	**34.590**	**360.282**	**(24.387)**	**(9.946)**	**11.586**	**372.125**
Debêntures	–	225.878	–	(5.272)	6.156	226.762
Total	**34.590**	**586.160**	**(24.387)**	**(15.218)**	**17.742**	**598.887**

As conciliações das movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 2019 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2019	Adições	Pagamento do Principal	Pagamento de Juros	Provisão de Juros	31/12/2019
Capital de Giro	352.751	18.049	(350.692)	(12.885)	25.475	32.698
Financiamento de bens	5.778	983	(4.873)	(1.227)	1.231	1.892
Financiamento BNDES	96	–	(96)	(7)	7	–
Total	**358.625**	**19.032**	**(355.661)**	**(14.119)**	**26.713**	**34.590**

Em 2019 com a entrada dos recursos advindos da emissão de ações, a Administração liquidou grande parte dos empréstimos que estavam em aberto naquela data. No entanto em 2020, com a crise provocada pela pandemia do Covid-19, aquisição das operações da Fisia, no Brasil, a Administração captou novos empréstimos com intuito de reforçar o caixa. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía 84,4% de sua dívida no longo prazo. O custo médio anual da dívida bancária ficou em 3,21% a.a. em 2020 (6,93% em 2019). Termos e condições dos empréstimos em aberto são os seguintes:

		2020			2019		
	Moeda	% a.a.	Valor Original	Valor Contábil Circulante	Valor Contábil não Circulante	Valor Original	Valor Contábil Circulante	Valor Contábil não Circulante
Capital de Giro (a)	R$	100% a 174% do CDI	371.686	90.464	274.798	31.686	25.402	7.296
Financiamento de Bens (a)	R$	100% CDI a 13,1% a.a.	10.849	2.811	4.052	4.967	1.635	257
Empréstimos e financiamentos			**382.535**	**93.275**	**278.850**	**36.653**	**27.037**	**7.553**
Debêntures (b)	R$	100% CDI + 3,4 %a.a.	230.000	–	226.762	–	–	–
Total de empréstimos e financiamentos			**612.535**	**93.275**	**505.612**	**36.653**	**27.037**	**7.553**

(a) Os empréstimos são avaliados pela Companhia não gerando alienação fiduciária dos bens.
(b) Em29 de junho de 2020, com o propósito de reforçar o caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Controladora, em série única, de emissão da SBF Comércio ("Debêntures"), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, em regime de garantia firme, no valor total de R$230.000.000,00. Como resultado da oferta de Debêntures, a SBF Comércio emitiu 230.000 debêntures em 06 de julho de 2020, no valor unitário de R$1.000,00. **A Companhia não apresenta cláusulas restritivas exigíveis na data-base para os contratos existentes.** *Resumo dos empréstimos e financiamentos conforme vencimento:*

	1 ano	2 anos	3 anos	+ de 3 anos	Total
Capital de Giro	90.464	120.083	76.988	77.727	365.262
Financiamento de Bens	2.811	2.759	1.293	–	6.863
Empréstimos e financiamentos	**93.275**	**122.842**	**78.281**	**77.727**	**372.125**
Debêntures	–	74.366	75.955	76.441	226.762
Total	**93.275**	**197.208**	**154.236**	**154.168**	**598.887**

O quadro acima demonstra os empréstimos e financiamentos de acordo com os vencimentos originais.

22. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - CONSOLIDADO

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ	(46.281)	–
CSLL	(13.386)	–
PIS	(2.454)	(3.706)
COFINS	(12.205)	(18.687)
ICMS	(99.211)	(39.129)
ISS	(1.249)	(587)
IRRF	(3.569)	(2.809)
IPI (a)	(42.159)	–
Outros	(3.256)	(1.310)
Passivo Circulante	**(223.770)**	**(66.228)**

(a) Em relação ao montante do IPI acima verificado, resultamos que, nos termos do julgamento do Recurso Extraordinário 946.648/SC pelo Plenário do STF, que, na sistemática de repercussão geral, declarou constitucional a cobrança do IPI sobre a revenda de produtos importados e, nestes termos, os assessores externos da Companhia passaram a avaliar a discussão com probabilidade de perda provável. Diante de tal fato e do risco de cobrança por parte da Fisco Federal, a Companhia, optou por provisionar, a princípio, e tornar ser eventualmente discutido, do período de janeiro de 2016 a dezembro de 2020, no valor de 42.046.

23. IMPOSTOS PARCELADOS - CONSOLIDADO

	31/12/2020	31/12/2019
Parcelamentos de tributos Estaduais	66.572	100.148
Parcelamentos de tributos Federais	89.970	96.016
Parcelamentos de tributos Municipais	–	21
Total impostos parcelados	**156.551**	**196.191**
Passivo circulante	54.775	60.420
Passivo não circulante	101.776	135.771

As movimentações dos impostos parcelados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2019	**209.554**
Adesão dos impostos Estaduais	20.533
Adesão dos impostos Federais	29.719
Juros sobre pagamento de impostos parcelados	6.411
Reversão de Juros	(1.304)
Parcelas pagas	(68.722)
Saldo em 31/12/2019	**196.191**
Adesão dos impostos Estaduais	3.877
Juros sobre pagamento de impostos parcelados	14.511
Parcelas pagas	(60.028)
Saldo em 31/12/2020	**156.551**

No quadro abaixo estão as informações detalhadas em relação a esses parcelamentos, bem como os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante:

Estado	Circulante	Não Circulante	Total Geral	2022	2023	2024	2025	2026 em diante
RJ	10.656	18.531	29.187	10.656	7.873	–	–	–
MG	7.921	7.651	15.572	6.907	744	–	–	–
DF/GO	6.481	5.017	11.498	5.017	–	–	–	–
SP	2.034	3.427	5.461	2.034	1.323	70	–	–
Outros	2.262	2.592	4.854	1.722	852	18	–	–
Total Estaduais	**29.354**	**37.218**	**66.572**	**26.336**	**10.794**	**88**	–	–
Parcelamentos ordinários	14.660	35.042	49.702	14.660	12.384	7.998	–	–
Refís Lei 11.941	8.104	27.831	35.935	8.104	8.104	3.519	–	–
Outros	2.648	1.685	4.333	256	257	257	659	–
Total Federais	**25.412**	**64.558**	**89.970**	**23.020**	**20.745**	**16.359**	**3.776**	**658**
Campinas	9	–	9	–	–	–	–	–
Total Municipais	**9**	–	**9**	–	–	–	–	–
Total Parcelamentos	**54.775**	**101.776**	**156.551**	**49.356**	**31.539**	**16.447**	**3.776**	**658**

Parcelamentos estaduais - Em 2015 a Companhia realizou a denúncia espontânea referente a diferença de alíquota de ICMS sobre as transferências de mercadorias importadas do CD Ceará para as lojas em MG e para o CD de comércio eletrônico no valor original de R$ 15.653. Em 2017 a empresa VBLOG Logística e SBF Comércio fizeram a denúncia espontânea no montante total de R$ 7.917 e R$ 5.678, respectivamente, referentes à regularização do ICMS incidente sobre o transporte de mercadorias com subcontratação de terceiros. Sendo estes os parcelamentos mais relevantes junto a este Estado. O saldo em 31 de dezembro de 2020 de todos os parcelamentos em Minas Gerais é de R$ 15.572 (R$ 23.979 em dezembro de 2019). Em 2018 a Companhia aderiu à anistia do Estado do Rio de Janeiro incluindo seus parcelamentos anteriores bem como a regularização de ICMS das competências de janeiro a abril de 2018. Em 2019 a Companhia parcelou ordinariamente as competências de janeiro a dezembro de 2018, sendo que o montante em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 29.187 (R$ 41.441 em dezembro de 2019). Em 2018 e 2019 a Companhia aderiu a regularização dos valores de ICMS do estado do Goiás e Distrito Federal, incluindo seus débitos na anistia concedida pelo Estado, sendo todos das competências de 2018, e o montante em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 11.498 (R$ 23.275 em dezembro de 2019). Os demais parcelamentos correspondentes aos outros estados perfazem R$ 10.315 (R$ 11.453 em dezembro de 2019). **Parcelamentos Federais:** ***Parcelamentos ordinários*** - No terceiro trimestre do exercício de 2018, a Companhia aderiu ao parcelamento ordinário previdenciário referente aos débitos das competências março 2018 até julho 2018, sendo o saldo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R$ 8.753, Em agosto de 2019, a Companhia reparcelou os débitos referentes aos tributos de PIS/COFINS, das competências de dezembro 2017 até abril 2018, incluindo no parcelamento novos débitos das competências 12/2018 e 01/2019 sendo o saldo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$ 40.949, totalizando o montante de R$ 49.702 (R$ 61.462 em 2019). ***Refís Lei 11.941:*** Em 2009, a Companhia aderiu ao parcelamento especial "Refís da Crise", instituído pela Lei nº 11.941, referente a tributos de PIS/COFINS/IRPJ/CSLL, das competências de 1997 a 2006, sendo o saldo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$ 35.935 (R$ 29.392 em 2019). Os demais parcelamentos perfazem o montante de R$ 4.333 (R$ 5.161 em dezembro de 2019).

24. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS - CONSOLIDADO

	31/12/2020	31/12/2019
Provisões de férias e 13º salário	43.793	32.309
Provisões para participação nos lucros	4.887	32.164
Salários a pagar	21.552	16.391
Obrigações com pessoal a pagar	701	1.613
Contribuições a recolher	232	232
Pensão alimentícia	42	57
Obrigações trabalhistas	**71.207**	**82.766**
INSS a recolher	17.255	45.201
FGTS a recolher	3.362	2.736
IRSS retido a recolher	1.864	675
Obrigações previdenciárias	**22.481**	**48.612**
Total de Obrigações	**93.688**	**131.318**

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

1. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R$ 1.918.758 dividido em 241.889.833 ações ordinárias e em 31 de dezembro de 2019 era de R$ 955.277 dividido em 210.140.608 ações ordinárias e sem valor nominal. **Movimentação do capital social e gastos com emissão de ações:**

Saldos em 31 de Dezembro de 2019		**955.277**
Emissão de ações	(I)	900.000
Integralização do adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(I, III, IV e V)	8.088
Gastos com emissões de ações	(VI)	(47.880)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**1.815.485**

Seguem as alterações ocorridas em 2020: (i) Em 24 de abril de 2020, RCA - Deliberou a aprovação do aumento de capital no montante de R$ 3.498.684 com a emissão de 874.671 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal com o preço de R$ 4,00 por ação nos termos do primeiro programa de opção de 2019. (ii) Em 04 de junho de 2020, RCA - Deliberou e aprovou o aumento de capital no montante de R$ 900.000.000 com a emissão de 30.000.000 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal com o preço de R$ 30,00 no âmbito de oferta no mercado de ações. (iii) Em 26 de junho de 2020, RCA - Deliberou e aprovou o aumento de capital no montante de R$ 3.077.384 com a emissão de 769.346 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal com o preço de R$ 4,00 por ação nos termos do primeiro programa de opção de 2016. (iv) Em 11 de agosto de 2020, RCA - Deliberou e aprovou o aumento de capital no montante de R$ 365.280 com a emissão de 24.000 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal com o preço de R$ 15,22 por ação nos termos do segundo programa de opção de 2019. (v) Em 10 de novembro de 2020, RCA - Deliberou e aprovou o aumento de capital no montante de R$ 1.147.469 com a emissão de 81.208 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal com o preço de R$ 14,13 por ação nos termos do segundo programa de opção de 2016. O controle acionário do Grupo SBF S.A., está distribuído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2020:

Acionista	2020 Quantidade	%
Facipar Participações Ltda	95.930.259	39,66%
Nefele Investments, LLC	53.824.707	22,25%
GPCP I - Fundo de investimento e participação	1.316.308	0,54%
Stock Options Plan (S.O.P)	4.410.450	1,82%
Outros	86.408.109	35,73%
	241.889.833	100,00%

(vi) Os gastos com emissão de ações referem-se a custos de transação tais como: i) gastos com elaboração de prospectos e relatórios; ii) remuneração de serviços profissionais de terceiros (advogados, auditores, consultores, publicidade, gráficas de bancos de investimento, corretores etc.); iii) gastos com publicidade; iv) taxas e comissões; v) custos de transferência; vi) custos de registro etc. **2. Capital autorizado:** A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 300.000.000 (trezentos milhões) de ações, por meio de deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, bem como o prazo e as condições de integralização. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá anuir (i) deliberar sobre a emissão de bônus sobre subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado na Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros e reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações. **3. Lucro por ação - consolidado:** A Companhia calcula o resultado básico por ação mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para o exercício. O lucro diluído por ação reflete a potencial diluição de opções de ações que poderiam ser exercidas ou convertidas em ações ordinárias, e é calculada dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, além do efeito potencialmente diluitivo das opções de compra de ações exercíveis. Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Numerador básico/diluído - controladora	2020	2019
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(112.754)	310.171
Média ponderada de ações ordinárias	228.762	195.582
Resultado básico por ação - R$	**(0,49)**	**1,59**
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(112.754)	310.171
Média ponderada de ações ordinárias	228.762	195.582
Opções exercidas não integralizadas	1.783	125
Aumento das ações ordinárias como resultado do plano de opção de compra de ações	9.235	4.574
Resultado diluído por ação - R$	**(0,49)**	**1,55**

Quando a Companhia apresenta perda líquida atribuível aos proprietários da Controladora, os prejuízos diluídos por ação ordinária são iguais aos prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito antidilutivo das opções de ações em circulação. **4. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **5. Dividendos obrigatórios:** Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, do total dos lucros obtidos 5% será aplicado, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal que a qual não poderá exceder 20% do capital social, e 25% será obrigatoriamente distribuído aos acionistas, proporcionalmente à participação de cada um no capital social. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não foi apurado dividendos em função da Companhia ter prejuízos acumulados e obrigatoriedade de constituição de reservas. **6. Reserva incentivos fiscais:** A Companhia estabeleceu centros de distribuição nos Estados da Paraíba e Minas Gerais, onde foi concedido incentivos fiscais pelo governo local, que reduzem o valor dos impostos sobre venda pagos, aumentando efetivamente o valor da receita líquida reconhecida. Os incentivos também determinam a empresa Premier que a partir do início das suas operações sobre a compra de produtos posteriormente vendidos fora desses Estados, de modo que esses valores se tornam impostos não recuperáveis e aumentam o custo das vendas. As notas 27 e 28 destas demonstrações financeiras apresentam o impacto nas vendas líquidas e no custo das vendas. Esses incentivos são também contabilizados em conta redutora da conta de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 64.879 (R$ 100.896 em 2019). Os impostos não recuperáveis de ICMS também são contabilizados no custo das vendas, montante de R$ 7.537 em 2020 (R$ 8.488 em 2019). Em função da Companhia possuir prejuízos acumulados, a reserva de incentivos fiscais sem sendo revertida. Os recursos provenientes pelos incentivos fiscais não serão distribuídos como dividendos e serão incorporados às reservas na medida da geração de lucro tributável da Companhia.

26. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES - CONSOLIDADO

O objetivo desses "Planos" é atrair e reter executivos da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas, concedendo aos administradores, empregados e prestadores de serviços com os interesses dos acionistas, indicados pelo Conselho de Administração. Como a Companhia tem as suas ações listadas e negociadas em bolsa de valores, o preço de período será equivalente à média ponderada, por volume negociado, dos 90 (noventa) preços imediatamente anteriores a data da outorga da opção, podendo ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração, acrescido de juros, com base em taxa eventualmente determinada pelo Conselho de Administração. Em 16 de dezembro de 2016 foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o Plano de Opção de Compra de Ações, ou "Plano 2016". Para as outorgas feitas sob este Plano, foi definido que serão compostos por 5 lotes, cada um possuindo 20% do total de opções outorgadas aos participantes. A cada ano, após a data de outorga, um dos lotes se tornará exercível, estando todas as opções outorgadas disponíveis para exercício após 5 (cinco) anos da data de outorga. Além disso, é obrigatória aos participantes a utilização de não menos do que 50% (cinquenta por cento) da gratificação anual a título de bônus ou participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes ("PLR") para exercer opções disponibilizadas sob as regras deste Plano a cada ano, sob pena de cancelamento de todas as opções vestidas até aquela data. Por fim, o preço contratual para o exercício das opções de cada lote é de 8 anos e corrente do fim do período de carência. O Primeiro Programa do Plano de 2016 ("2016 - Primeiro Programa") foi outorgado em 16 de dezembro de 2016, quando a Companhia ainda não havia aberto seu capital na bolsa de valores. O preço de exercício definido foi de R$ 4,00. O segundo programa ("2016 - Segundo Programa"), outorgado em 10 de outubro de 2019, teve seu preço de exercício definido para refletir o preço de IPO da Companhia. Também em 2019, conforme comunicado através de fato relevante ao mercado, o Conselho aprovou o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, "Plano 2019" I e II. Para as outorgas deste plano, o preço de exercício é definido pela média dos 90 pregões anteriores à aprovação, com deságio de 10%. Estas outorgas, por sua vez, são divididas em 4 lotes, sendo os dois primeiros correspondentes a 30% do total outorgado cada, e os dois últimos a 20% do total outorgado cada. O primeiro lote torna-se exercível após 24 meses da outorga, e a partir dal, a cada 12 meses outro lote se torna exercível. Desde a aprovação do Plano 2019, foram outorgados três programas: um em 10 de outubro de 2019 ("2019 - Primeiro Programa"), outro em 20 de março de 2020 ("2019 - Primeiro Programa Outorga março 2020"), e o terceiro em 24 de abril de 2020 ("2019 - Segundo Programa"), a última outorga de 2020. Abaixo se encontram os demonstrativos das quantidades outorgadas nos Planos 2016 e 2019, organizados por ano e atualizadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, assim como um detalhamento das premissas de cada outorga realizada nesses planos.

2016				
Ano	**Saldo Inicial**	**Outorgadas**	**Exercidas**	**Canceladas**	**Saldo Final**
2016	–	5.614.424	–	–	5.614.424
2017	5.614.424	–	(644.511)	(137.122)	4.832.791
2018	4.832.791	200.000	(686.995)	(346.052)	3.999.744
2019	3.999.744	–	(696.653)	–	3.303.091
2020	3.303.091	–	(1.644.017)	(24.000)	1.635.074
2016				**Segundo Programa**	
Ano	**Saldo Inicial**	**Outorgadas**	**Exercidas**	**Canceladas**	**Saldo Final**
2019	–	1.986.794	–	–	1.986.794
2020	1.986.794	–	(114.567)	–	1.872.227
2019				**Primeiro Programa**	
Ano	**Saldo Inicial**	**Outorgadas**	**Exercidas**	**Canceladas**	**Saldo Final**
2019	–	4.593.206	–	–	4.593.206
2020	4.593.206	–	–	(40.000)	4.553.206
2019				**Primeiro Programa - Outorga março de 2020**	
Ano	**Saldo Inicial**	**Outorgadas**	**Exercidas**	**Canceladas**	**Saldo Final**
2020	–	50.000	–	–	50.000
2019				**Segundo programa**	
Ano	**Saldo Inicial**	**Outorgadas**	**Exercidas**	**Canceladas**	**Saldo Final**
2020	–	48.000	(24.000)	–	24.000

Premissas básicas para o plano:	**2019 2º Outorga março de 2020**	**2019 2º Programa**	**2019 1º Programa**	**2016 2º Programa**	**2016 1º Programa**
Modelo de precificação	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial	Black-Scholes
Dividend yield	1,31%	0,00%	1,31%	1,31%	5,00%
Volatilidade média anualizada esperada	67,92%	76,00%	34,96%	34,96%	23,63%
Taxa livre de risco	6,25%	6,00%	5,96%	5,96%	11,37%
Preço de exercício	15,44 corrigido por IGP-M	14,80 corrigido por IGP-M	14,80 corrigido por IGP-M	14,80 corrigido por IGP-M	4,00
Preço da ação considerado	22,35	27,43	20,97	20,97	4,81
Prazo esperado do exercício	8 anos	8 anos	5,48 anos	5,33 anos	5,17 anos
IGP-M	3,50%	3,70%	4,00%	4,00%	NA
Preço da opção na data da concessão por ação	14,49	14,175	10,545	11,33	2,0522

27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA - CONSOLIDADO

	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional bruta		
Venda de mercadorias	3.047.547	3.134.149
Prestação de serviços	70.354	70.666
Impostos incidentes		
Venda de mercadorias	(726.379)	(741.531)
ICMS - Incentivo Fiscal (i)	64.879	100.896
Prestação de serviços	(6.675)	(7.207)
Devoluções		
Venda de mercadorias	(39.035)	(11.745)
Reservas e Provisões	(3.828)	–
Abatimento dos serviços	–	(6)
Receita líquida de vendas	**2.406.863**	**2.545.422**

(i) Veja nota explicativa 25.6 sobre os incentivos fiscais da Companhia. **Receita do mercado de varejo e e-commerce:** A receita bruta de mercadorias do mercado de varejo (lojas físicas), Atacado (distribuição produtos Nike) e e-commerce está apresentada abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Varejo (lojas físicas)	1.843.596	2.504.223
Atacado	99.517	–
E-Commerce	1.104.434	629.926
Receita Bruta	**3.047.547**	**3.134.149**

O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas

GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A.

CNPJ: 13.217.485/0001-11

Demonstrações Financeiras 2020

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

31. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía uma política formalizada de gerenciamento de riscos, porém possui Conselho de Administração que determina e acompanha as práticas que norteiam a gestão de riscos que incluem estratégias de minimização de potenciais riscos cambiais, de taxas de juros, de crédito e de liquidez. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **Gerenciamento de risco financeiro:** Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de taxas de câmbio; • Risco de taxas de juros; Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **Estrutura de gerenciamento de risco:** ***Risco de crédito:*** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso, um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e por aplicações financeiras. O risco de crédito da Companhia são as adquirentes de cartão de crédito, e clientes do atacado, sendo as administradoras responsáveis por 84,6% dos recebíveis no balanço da Companhia, enquanto os recebíveis de atacado, são responsáveis por 14,1%. Todas as vendas da Companhia são logo no e-commerce são efetuadas por meio de cartão de créditos ou pagamento a vista, via boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito, e as do atacado são todas via boleto registrado. A Companhia realiza provisão para créditos de liquidação duvidosa somente para o atacado, por entender que a carteira de recebíveis de cartão, é líquida e certa, pois os riscos são assumidos pelas administradoras de cartão de crédito. Historicamente a Companhia não tem apresentado perdas na realização do contas a receber. Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco avaliado por agências de rating ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações Financeiras - Circulante	148.448	83.968
Clientes e administradoras de cartões de crédito	972.911	586.449
Outras contas a receber	146.673	22.997
Aplicações financeiras - Não circulante	324	536
Outras contas a receber - Não Circulante	626	626
	1.268.982	694.576

Devido a característica de seu negócio a Companhia não possui níveis diferenciados de risco de crédito por região, perfil de cliente, concentração de vendas nesses distintos nas modalidades de vendas em lojas físicas e e-commerce. *Avaliação da perda esperada de crédito para clientes individual:* A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes individuais, o que compreende um grande número de pequenos saldos. As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de 'rolagem' com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas separadamente para exposições em diferentes segmentos com base nas seguintes características de risco de crédito comuns: região geográfica, tempo da relacionamento com o cliente e tipo de produto adquirido. As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos sete anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis, veja nota explicativa 10. *Derivativos:* Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre A-1+ e AAA, baseado na agência de rating de crédito Fitch Ratings. ***Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Como principal estratégia, a Companhia mantém contratos de antecipações de recebíveis que são acionados caso seja necessário. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia tinha saldo de antecipação de recebíveis a amortizar junto as administradoras de cartão de crédito nos valores de R$ 4.241 (R$ 10.905 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à fornecedores e outras contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2020, os fluxos de caixa esperados provenientes do contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses era de R$ 683.148 (R$ 341.794 em dezembro de 2019).

Índice de endividamento - consolidado:	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações a curto prazo	(1.852.278)	(1.093.629)
Caixas e equivalentes	514.295	105.308
Derivativos	11.580	–
Clientes e administradoras de cartões de crédito	972.911	586.449
	(353.492)	(401.872)
Patrimônio liquido	1.950.686	1.168.664
Índice de endividamento liquido	18%	34%

As obrigações de curto prazo representam o total do passivo circulante. A Companhia apresentava em 31 de dezembro de 2020, capital circulante líquido consolidado positivo de R$ 1.436.761 (R$ 466.947 em 31 dezembro de 2019), ou seja, uma variação positiva de R$ 969.814. No exercício de 2020 a Companhia apresentou prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social de R$ 201.957 (lucro de R$ 407.314 no mesmo período de 2019). *Exposição ao risco de liquidez:* A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação. A Companhia acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de serem recebidas a vista por meio de venda da carteira de recebíveis. Os pagamentos a fornecedores, por sua vez, têm vencimentos que chegam a 150 dias após o recebimento em nosso Centro de Distribuição e historicamente temos conseguido aumentar esses prazos devido a nossa relevância para os fornecedores. Assim, a Companhia utiliza os recursos das vendas do escritório para quitar as compras feitas no período anterior, garantindo assim equilíbrio financeiro para quitar os vencimentos de curto prazo. A maioria dos empréstimos e financiamentos está no longo prazo, sendo que apenas 15,6% serão liquidados com prazo nos próximos 12 meses, com custo médio aproximado de CDI + 3,21% a.a.

31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	654.813	654.813	458.760	196.053	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	372.125	406.967	3.069	105.904	134.013	163.981	–
Debêntures	226.762	254.842	–	9.381	85.260	160.201	–
Impostos parcelados	156.551	156.551	9.475	45.300	49.356	51.762	658
Arrendamentos a pagar	1.201.569	1.201.569	18.024	101.904	256.979	253.086	571.576
Outras contas a pagar	594.676	594.676	594.676	–	–	–	–
	3.206.496	3.269.418	1.084.004	458.542	525.608	629.030	572.234

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	661.010	661.010	516.532	144.478	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	34.590	35.584	21.870	5.387	4.155	3.969	203
Impostos parcelados	196.191	196.191	10.795	49.626	45.611	77.707	12.452
Arrendamentos a pagar	1.149.820	1.149.820	13.781	80.792	104.568	347.890	602.789
Outras contas a pagar	33.043	33.043	33.043	–	–	–	–
	2.074.654	2.075.648	596.021	280.283	154.334	429.566	615.444

Os fluxos de entradas/saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta. ***Risco de taxas de câmbio:*** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não havia nenhum empréstimo em moeda estrangeira destinado a importação em aberto. A Companhia por meio de suas controladas possui instrumentos financeiros derivativos que foram classificados como hedge de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de hedge, conforme CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros. O hedge de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. A relação entre o instrumento e o objeto de hedge, bem como as políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos também estão devidamente documentados, ficando confirmado que os derivativos designados são efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos itens objeto de hedge. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é registrada em contrapartida em "outros resultados abrangentes". Em 31 de dezembro de 2020 foi apurado saldo a ser registrado em outros resultados abrangentes no valor de R$ 11.580. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva, quando apurado, é imediatamente reconhecido no resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva. Os valores acumulados em "outros resultados abrangentes" são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por hedge afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de hedge). ***Risco de taxas de juros:*** Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os empréstimos e financiamentos, em sua maioria pós-fixados, tomados pela Companhia. As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos. Nas demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia corresponde a:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	514.295	105.308
Aplicações financeiras - não circulantes	324	536
Derivativos	11.580	–
Empréstimos e financiamentos	(372.125)	(34.590)
Debêntures	(226.762)	–
	(72.688)	71.254

Análise de sensibilidade: ***Taxa de juros:*** O risco da companhia decorre das operações com aplicações financeiras e financiamentos atreladas ao CDI. Em 31 de dezembro de 2020 a companhia efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para a análise de sensibilidade, a Companhia utilizou o CDI previsto no relatório FOCUS (2%) acrescido de 3,21%. Os cenários consideram variações de 25% e de 50% respectivamente do CDI.

		Aumento dos Juros		Redução dos Juros	
	2020	Provável	Possível (+) 25%	Remoto (+) 50%	Possível (-) -25%	Remoto (-) -50%
Aplicações financeiras	148.772	7.751	9.689	11.627	5.813	3.876
Derivativos	11.580	603	754	905	452	302
Empréstimos e financiamentos	(372.125)	(19.388)	(24.235)	(29.082)	(14.541)	(9.694)
Debêntures	(226.762)	(11.814)	(14.768)	(17.721)	(8.861)	(5.907)

Valor justo: ***Valor justo versus valor contábil:*** Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes", considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos. A Companhia possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto e longo prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco. As taxas aplicadas nas operações de empréstimos e financiamentos estão apresentadas ao longo na nota explicativa 21.

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Mensurados pelo custo amortizado				
Caixas e equivalentes de caixa	365.847	365.847	21.340	21.340
Aplicações financeiras	148.772	148.772	84.504	84.504
Derivativos	11.580	11.580	–	–
Contas a receber	972.911	972.911	586.449	586.449
Outras contas a receber	146.673	146.673	22.997	22.997
	1.645.783	1.645.783	715.290	715.290
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	372.125	372.125	34.590	34.590
Debêntures	226.762	226.762	–	–
Arrendamentos	1.201.569	1.201.569	1.149.820	1.149.820
Fornecedores	654.813	654.813	661.010	661.010
Parcelamentos tributários	156.551	156.551	196.191	196.191
	2.611.820	2.611.820	2.041.611	2.041.611

Hierarquia de valor justo: Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias: • **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (derivado de preços) • **Nível 3** - Inputs, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia detém instrumentos financeiros qualificados nos níveis 1 e 2, correspondentes à caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Companhia, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	31/12/2020	Nível 1	Nível 2
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	365.847	365.847	–
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	148.448	–	148.448
Aplicações financeiras	324	–	324
Derivativos	11.580	–	11.580
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	372.125	–	372.125
Debêntures	226.762	–	226.762
Ativo	**31/12/2019**	**Nível 1**	**Nível 2**
Caixa e equivalentes de caixa	21.340	21.340	–
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	83.968	–	83.968
Aplicações financeiras	536	–	536
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	34.590	–	34.590

Análise de sensibilidade das premissas: As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela área de finanças corporativas da Companhia. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. Os empréstimos captados às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A diretriz da Companhia é a de manter substancialmente seus empréstimos com pagamento em taxa de juros variáveis ao CDI. Visando minimizar riscos, a Companhia tem como prática a manutenção de hedge natural composto por ativos financeiros e recebíveis corrigidos a taxas de juros. A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica, são simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e hedge natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. O saldo da rubrica "Contas a receber" está distribuído entre as administradoras de cartões de crédito e vendas no atacado. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. Basicamente 84,6% do recebíveis da Companhia é cartão de crédito. **32. Evento subsequente:** Em 26 de fevereiro de 2021, diante do cumprimento de todas as condições precedentes relevantes, incluindo a aprovação da Transação pelo CADE, ocorrida em 18 de janeiro de 2021 a Companhia e a Network Participações S.A., controladora do Grupo NWB, efetivaram o fechamento da Transação ("Fechamento") de Compra e Venda pelo valor estimado de R$ 60 milhões.

Diretoria

Pedro Zemel - CEO

José Luis Salazar - CFO

Contadora

Cristiane Silva - CRC 1SP 266056/O-4

Relatório Resumido das Atividades do Comitê de Auditoria para o Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2020

1. Histórico e Composição: O Comitê de Auditoria da Grupo SBF S.A. ("Companhia") foi criado e instalado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 ("Comitê"). O Comitê é disciplinado pelo seu Regimento Interno, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 e alterado em 3 de março de 2021, que disciplina o seu funcionamento, em consonância com as disposições contidas no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado") e na legislação em vigor ("Regimento Interno"). O Comitê é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria, que, dentre suas demais atribuições, deverá avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras. O Comitê é composto por 3 (três) membros, sendo: (i) ao menos 1 (um) conselheiro independente da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e (ii) 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação em vigor. **2. Atividades do Comitê no Período:** Nos termos do Regimento Interno, o Comitê de Auditoria reunir-se-á sempre que necessário e não menos que quatro vezes ao ano. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o Comitê de Auditoria realizou reuniões para aprovação dos resultados trimestrais, que contaram com a presença de seus membros, com o objetivo de acompanhar a evolução do negócio durante o exercício social. **3. Parecer do Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras do exercício social em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 26 de março de 2021

Membros

Luiz Alberto Quinta | Luiz Carlos Nannini | Pedro Wagner Pereira Coelho

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Diretor Presidente Diretor Administrativo e Financeiro e de RI

Em conformidade com o inciso VI do Artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017), a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, autorizando sua conclusão nesta data.

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do Artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017), a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, emitido nesta data.

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Diretor Presidente Diretor Administrativo e Financeiro e de RI. A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações individuais e consolidadas da Companhia.

São Paulo, 30 de março de 2021

Pedro de Souza Zemel - Diretor Presidente

José Luis Magalhães Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Claudio de Assis Abreu - Diretor Geral Centauro
Karsten Koehler - Diretor Geral Bisa
Gustavo de Lima Furtado - Diretor de Clientes

Olivia Gryschek - Diretor de Gente e Gestão
Thiago Rebelo - Diretor de Operações
Mauricio Nogueira - Diretor de Supply Chain
Marcel de Araújo Viana - Diretor de Inovação e Tecnologia

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas do Grupo SBF S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas do Grupo SBF S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo SBF S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo SBF S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).*

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

RECONHECIMENTO E REALIZAÇÃO DE ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

Veja a Nota 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ativos fiscais diferidos relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, cuja recuperação depende da geração de lucros tributáveis futuros.
Esta projeção é feita com base no plano de negócios da Companhia, e utiliza premissas como taxa de crescimento da receita, estimativa de crescimento das despesas e de margem de contribuição para fundamentar a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos.
Devido ao maior risco de distorções relevantes, fruto do alto grau de incerteza na utilização de premissas para projeção dos lucros tributáveis futuros e do impacto que eventuais alterações nessas premissas poderia trazer para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas do plano de negócio da Companhia utilizadas e comparamos com dados obtidos de fontes externas tais como índices de inflação, projeção de crescimento de mercado, estimativa do PIB, percentual de crescimento histórico das despesas e margem de contribuição, assim como analisamos os resultados históricos da Companhia utilizados como base de projeção.
Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia e na nossa auditoria, a natureza das diferenças temporárias, a base do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social utilizados para registro dos ativos fiscais diferidos.
Analisamos as divulgações relacionadas ao reconhecimento dos ativos fiscais diferidos nas demonstrações financeiras.
Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumarizados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis o saldo dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações correlatas, no contexto das demonstrações financeiras.

PROCESSOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA

Veja a Nota 15 (c) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos relativos a tributos decorrentes do curso normal de seus negócios. A mensuração, a classificação da probabilidade de perda e o reconhecimento contábil da provisão, assim como a divulgação de passivos contingentes requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos.
Devido julgamento significativo relativo aos processos de natureza tributária, inclusive das estimativas contábeis na classificação da probabilidade de perda, que apresentam alto grau de incerteza na estimativa, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos as práticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências fiscais e divulgação dos passivos contingentes relacionadas a tributos, incluindo as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas.
Obtivemos as confirmações junto aos consultores legais externos que representam a Companhia nos processos judiciais e administrativos relativos aos aspectos fiscais, e confrontamos com os valores contabilizados e divulgados nas demonstrações financeiras. Também obtivemos as movimentações no ano para as provisões de contingências fiscais e aplicamos testes documentais por amostragem.
Para os processos tributários mais significativos, envolvemos nossos especialistas da área Legal para comparar a avaliação da Companhia com a jurisprudência aplicável às teses fiscais. Avaliamos ainda a adequação das divulgações relacionadas às provisões para contingências fiscais e contingências fiscais com classificação de perda possível nas demonstrações financeiras.
Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as provisões para contingências fiscais registradas e divulgados são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

AQUISIÇÃO FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA.

Veja a Nota 3 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, após a aprovação do CADE, em 10 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu a totalidade de quotas representativas do capital social da Nike do Brasil Comércio e Participações Ltda.
A contabilização de tal aquisição exigiu o uso de estimativas e julgamentos pela Companhia com relação a determinação do valor justo dos ativos adquiridos, incluindo o direito de uso da marca, e dos passivos assumidos, incluindo contrato de royalties e mensuração provisória de passivos para riscos tributários e trabalhistas, a mensuração do ágio e as divulgações das informações relacionadas a essa transação.
Devido ao efeito da transação significativa sobre a auditoria do período, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria realizados com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, impostos e de aspectos trabalhistas e previdenciários incluíram, mas não se limitaram a:
- Avaliamos a competência dos especialistas externos contratados pela Companhia para a emissão do laudo de avaliação a valor justo utilizado para fins de alocação do preço de aquisição na combinação de negócios.
- Avaliamos a razoabilidade das principais premissas adotadas na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos (como receita operacional líquida, custos operacionais, despesas operacionais, capex, capital de giro e taxa de desconto), comparando-as com informações históricas disponíveis e com dados observáveis de mercado.
- Análise da razoabilidade dos métodos aplicados, das premissas e dos dados utilizados na existência e na mensuração provisória do valor justo realizados pela Companhia de passivos por riscos tributários e trabalhistas, oriundas da companhia adquirida.
- Análise da razoabilidade da metodologia utilizada (relief from royalties - income approach), das bases de dados utilizadas na mensuração do contrato de royalties, e a comparação das principais premissas aplicadas nas projeções (como receita operacional líquida, royalty, taxa de desconto e vida útil) com os dados históricos das adquiridas e/ou com os dados de mercado.
- Avaliamos também, a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Com base nos procedimentos realizados acima resumidos, consideramos que a mensuração e contabilização da aquisição da totalidade de quotas representativas do capital social da Nike do Brasil Comércio e Participações Ltda., assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração sobre os resultados consolidados. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração,

continua→★

GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A.

CNPJ: 13.217.485/0001-11

Demonstrações Financeiras 2020

★ continuação

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar a dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e mantemos os demais assuntos que, de acordo com nossos julgamentos profissionais, sejam considerados como os mais significativos para a auditoria do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Carla Bellangero
Contadora - CRC 1SP196751/O-4

Miguel Donha Jr.

Leiloeiro Oficial - Matrícula: 14/258L - Jucesp
www.donhaleiloes.com

147 veículos

COLIDO - ROUBO/FURTO
ENCHENTE E
VEÍCULOS EM FIM
DE VIDA ÚTIL

ONLINE
LEILÃO dia 06/04/2021
TERÇA-FEIRA
Leilão 11h30

11 3651-8800

LOCAL: Estrada da Roseira, 6725 – Borda do Campo – São José dos Pinhais – PR

COLISÃO: 206 2006 2 207/ 2008 2009 2011 2012 2 208/ 2015 2016 2013 2014 308/ 2015 2016 A4 2012 2013 2 BZ/ 2019 2007 BRAVO 2015 2016 2 C3/ 2012 2013 2007 2008 CARENS 2008 2009 CBR 1000RR 2010 CBR 600F 1998 2 CELTA/ 2010 2011 2011 2012 2 C4 GRAND PICASSO 2015 2016 2 C4/ 2010 2011 2012 2 CITY/ 2019 2020 2 CIVIC/ 2005 2008 CLASSE E/ 2013 2 CLASSIC/ 2010 2011 2015 2016 CLIO SEDIAN 2004 2005 3 CORALLI/ 2014 2015 2016 2017 2015 3 CORDELIA/ 2000 2001 2 CRETA/ 2020 2021 2 CRETA/ 2021 2022 CRONOS 2018 2019 CRUZE/ 2015 DESCOVERY 4/ 2013 DUSTER OROCH 2019 2020 3 ETIOS/ 2017 2018 2015 2016 2012 2013 6 FIESTA/ 2013 2014 2000/ 2005 2006 2007 2004 2005/ 2005 2006 2 FIORINO FURGAO/ 2014 2015 1996 3 FIT/ 2010 2006 2007 2014 2015 3 FOCUS/ 2008 2009 2007 2008 2002 FOX 2007 2008 FUSION/ 2006 2007 GC2 2014 2015 11 GOL/ 2001 2005 2006 2008 2013 2015 2009 2006 2012 2013 2009 2006 2012 2013 2006 2007 2010 2011 2020 2021 2013 2014 2005 2006 2013 2014 GOLF 2000 2001 GSX 2013 2014 3 HB20/ 2017 2018 2017 2015 2016 HILUX/ 2014 2015 2004 2006 IX35 2017 2018 3 K3/ 2005 2008 2009 2019 2020 KICKS/ 2017 2018 KOMBI/ 2011 2012 KWID/ 2019 2020 LINEA/ 2011 2012 2 LOGAN/ 2010 2011 2016 2017 MARCH/ 2017 2018 2 MOBI/ 2019 2020 2017 2017 2 MONTANA/ 2005 2014 2015 NX4/ 2006 NXR 150/ 2009 2010 3 ONIX/ 2015 2017 2018 2017 2018 2019 2020 2019 2020 2019 2020 2017 2018 2 PARATI/ 2008 PASSAT VARIANT/ 2009 PRISMA/ 2019 2 PUNTO/ 2004 2005 2010 2011 RANGER/ 2014 2015 2016 3 SANDERO/ 2014 2015 2019 2020 2014 2015 2017 2018 2017 2018 2 SAVEIRO/ 2012 2013 2 2012 SCENIC 2002 2003 SERIE 3 2004 2005 SONATA/ 2011 2012 3 SPACEFOX/ 2009 2010 2012 2007 2008 3 STRADA/ 2011 2012 2014 2015 2019 2020 TECTOR/ 2012 2013 TRACKER/ 2017 2018 TUCSON/ 2008 4 UNO/ 2003 2004 2008 2009 2005 2004 UP 2018 2019 VERSA/ 2011 2012 VOYAGE 2014 2015 VX5/ 2010 2300 2005 2016 2400 2020 ZAFIRA/ 2008

Nº das Chassis: 2400629/ Recertado 2707362/ Recertado 3G139541/ Normal 4344248/ Normal 4457699/ Normal 4250022/ Normal 4717127/ Normal 5864587/ Normal 5C146723/ Normal 5C168750/ Normal 5R110528/ Recertado 5211273/ Normal 7423083/ Recertado 7700201/ Normal 8B066744/ Normal 8B2038/ Normal 8B541001/ Normal 8B565180/ Recertado 8C700112/ Normal 8D061560/ Normal 8H003377/ Normal 8R003576/ Normal 8R140538/ Recertado 9200794/ Recertado 9C138790/ Normal A8F78220/ Normal A2B10009/ Normal A3D139144/ Normal A3F11014/ Normal A5E12016/ Normal A5E12018/ Normal A5E12020/ Normal A5E12024/ Normal A8B09122/ Recertado A8D139142/ Normal A21D4276/ Normal A3J076685/ Normal B2N32834/ Normal B8H007871/ Recertado B8K024961/ Normal B8R042810/ Normal B8R128249/ Normal B8R329312/ Normal BB5J5968/ Normal BC4E3075/ Normal BP110064/ Normal BP177041/ Normal BU140467/ Normal C5T92936/ Normal C7H32323/ Normal C8H77311/ Normal CA4E1954/ Normal CA6E4795/ Normal CB0R7541/ Normal C0E14850/ Normal CU3N1809/ Normal CT5Z290/ Normal CB3R7395/ Normal DB2E7486/ Normal DC4E0468/ Normal DB1E9964/ Normal DD1E4230/ Normal DF8G1164/ Normal DJ1E4230/ Normal DM0P1889/ Normal DT2A3336/ Recertado D2S86140/ Normal E0H39149/ Normal E4S42872/ Normal E2S87044/ Normal E4H04995/ Normal E8D3N902/ Normal EH2A4231/ Normal EH6H6449/ Normal EB72H77/ Recertado E3J40403/ Normal E2H82229/ Normal EP9D7908/ Normal EB5A6665/ Normal EU3N9702/ Normal F2B4A010/ Normal FA8H0064/ Normal FB3N7220/ Recertado FB5N7478/ Normal FC41T275/ Recertado FCH81782/ Normal FL11N930/ Normal FL15A014/ Normal FP8A5477/ Normal FP8A5479/ Normal GM0A1595/ Normal GN2N4276/ Normal GP01A255/ Normal HB1H0854/ Normal HG13G100/ Normal H7H08536/ Normal J0H16352/ Normal JH14614/7 Normal JA0H5821/ Normal JB1A1409/ Normal JB2T2903/ Normal JE3N9280/ Normal JF5H0229/ Normal JT07B468/ Normal JT51U297/ Normal JV3H4467/ Normal KK8N0481/ Normal KC3G2450/ Normal KJ10J273/ Normal KP9H7667/ Normal KR0H4586/ Normal KR4H6859/ Normal KR1H1711/ Normal KZ1H7865/ Normal L3B4F430/ Normal L0B4B0N/ Normal LM0H2QC/ Normal LB3H8W1/ Normal LB2H4J7/ Normal LC2T2013/ Normal L1H4E16/ Normal L2T3N92/ Normal LX8Z5N6/ Normal LKT2T62/ Normal LM0H8S54/ Normal LM8K6042/ Normal LM0N3771/ Normal LP4E7821/ Normal LB0T7A3/ Normal LT8K6H2/ Normal LV4E1J00/ Normal MP9D5E0/ Normal MT0H4752/ Normal YC1H0019/ Recertado

CONDIÇÕES: OS ITENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM SEM GARANTIA, DEBITO SE DE IPVA, MULTAS DE TRÂNSITO OU DEVERÃO ACQUIER VENTURA RERCAIAMS SORBE O BEM, FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE, CORRENDO TAMBEM POR SUA CONTA DIREITOS ARETIRADA DOS BENS, NO ATO DA ARREMATAÇÃO ARREMATANTE ERRIGA-SE A ACTARDEFORMA DEFINITIVA E BEBER TOD ERRIVEL ESTAS ERMAS SCONDICIONESIGAUAIS, SE ESTAS ELEIÇÕES NÃO ELEGER UM LEILOEIRA - LEIDERIO OFICIAL - JUCESP 14250L IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. RUA PEDRO ZANETTI, 230 - COLOMBO - PR - TEL: 11 365 4800

(CATALOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE)

Aguassanta Participações S.A.

CNPJ n° 07.198.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484

Aviso aos Acionistas

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Aguassanta Participações S.A., situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, sala 08, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76. **A Diretoria**

Imobel Participações Societárias S/A

CNPJ/MF Nº 53.595.260/0001-13

Aviso aos Acionistas

Encontra-se a disposição dos acionistas na sede social da Companhia, Rua Octávio Tampirollo, 270 A, SP/SP, os documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76. **A Diretoria**

Segpartners Brasil Corretora de Seguros S/A

CNPJ/UMF - 04.772.866/0001-71

Relatório da Administração

Prezados Senhores, A diretoria da Segpartners Brasil Corretora de Seguros S/A apresenta a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Sociedade e respectivas Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, bem como o seu parecer no tocante ao interesse da Companhia. Em cumprimento às exigências da Circular SUSEP, Não 28, de Fevereiro de 2021. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial dos Exercícios	31/12/20	31/12/19
Ativo/Circulante	347.099,64	411.868,57
Disponível	298.269,48	272.186,75
Bancos Cta Movimento	42.289,51	114.477,99
Aplicações Financeiras	255.979,97	157.708,82
Créditos/Circulante	48.829,52	169.681,82
Prêmios a Receber	5.243,07	58.016,35
Impostos a Recuperar	33.342,13	36.094,20
Outros Créditos	10.244,32	75.571,27
Não Circulante	168.043,90	25.790,09
Realizável a Longo prazo	133.496,59	-
Créditos Pessoas Ligadas	133.496,59	-
Imobilizado	33.205,32	25.790,09
Equipamentos Informática	49.231,74	34.000,58
Equipamentos/Móveis	1.698,01	-
(-) Depreciação Acumulada	(17.664,42)	(8.210,49)
Intangível	1.342,00	-
Marcas e Patentes	1.342,00	-
Total do Ativo	515.142,90	467.658,66

Balanço Patrimonial dos Exercícios	31/12/20	31/12/19
Passivo/Circulante	151.762,42	111.671,39
Conta a Pagar	151.762,42	111.671,39
Salários a Pagar	38.094,12	34.077,91
Encargos Sociais a recolher	20.616,76	16.088,19
Impostos e Contribuições	81.201,34	49.156,69
Impostos a Recolher	11.816,20	12.348,83
Patrimônio Líquido	363.380,48	355.987,07
Capital Social	1.296.000,00	1.296.000,00
(-) Ações em tesouraria	(1.066.956,26)	(1.077.929,90)
Reservas de Capital	483.532,82	474.506,46
Lucros/Prejuízos Acumulados)	(349.196,08)	(336.589,49)
Total do Passivo	515.142,90	467.658,66

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Descrições	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Prejuízos Acumulados	31/12/20	31/12/19
Saldos em 31/12/2018	88.000,00	(88.000,00)	-	-	(10.421,48)	(43.348,05)
Aumento Capital Social	1.208.000,00	(1.009.929,90)	-	-	-	138.010,39
Reserva de Ágio na Emissão Ações	-	-	474.506,46	-	-	474.506,46
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(320.138,03)	(320.138,03)
Reserva Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Reversão Reservas Lucros Realizados	-	-	-	-	-	-
Saldos de 31/12/2019	1.296.000,00	(1.077.929,90)	474.506,46	-	(336.589,49)	355.987,07
Aumento Capital Social - Complemento Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(12.606,59)	(12.606,59)
Realização de Ações em Tesouraria	-	20.000,00	-	-	-	20.000,00
Reserva de Ágio na Emissão Ações	-	(9.026,36)	9.026,36	-	-	-
Reversão Reservas Lucros Realizados	-	-	-	-	-	-
Saldos de 31/12/2020	1.296.000,00	(1.066.956,26)	483.532,82	-	(349.196,08)	363.380,48

Demonstração das Sobras ou Perdas

Descrições	31/12/20	31/12/19
Receitas Operacionais	1.300.626,96	1.096.453,21
Receita de Corretagem de Seguros	1.300.626,96	1.096.453,21
Impostos Incidentes Sobre Comissões	148.867,97	124.296,94
ISS - Impostos S/Serviços	27.824,69	22.875,21
PIS	21.591,68	18.091,44
COFINS	99.452,88	83.330,31
Receita Comissões - Líquida	1.151.758,99	972.156,27
Despesas Operacionais	1.302.131,73	1.296.743,07
Despesas Administrativas	1.302.131,73	1.296.743,07
Despesas com Pessoal Funcionários	1.065.254,68	875.181,69
Benefícios	800.359,88	842.132,69
Localização e Funcionamento	87.954,42	131.404,13
Outras Despesas	93.554,22	83.949,69
Recuperação de Despesas-Auto-Financiamento	(741.891,47)	(635.727,34)
Resultado Financeiro	4.269,54	4.448,27
Despesas (Líquidas) de Receitas Financeiras	4.269,56	4.448,77
Lucro Antes dos Impostos	(146.103,18)	(320.138,03)
IRPJ e Contribuição Social	(133.496,59)	-
IRPJ	(87.616,41)	-
Contribuição Social	(46.077,18)	-
Lucro Líquido do Exercício	(12.606,59)	(320.138,03)

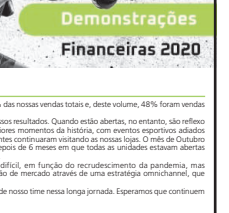
Demonstração dos Lucros/Prejuízos Acumulados

Descrições	31/12/20	31/12/19
Saldo dos Prejuízos Acumulados	(336.589,49)	(16.451,46)
Lucro Líquido do Exercício	(12.606,59)	(320.138,03)
Saldo dos Prejuízos Acumulados	(349.196,08)	(336.589,49)

Notas Explicativas - Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/12/2020 e 2019 - Em Reais - Sociedade Corretora de Seguros - CNPJ: 04.772.866/0001-71 - Sociedade Limitada - Sede: Rua Dr. Federico Ferreira de Castro, 1.100 - Cidade: Barueri - Estado: SP - CEP: 06.454-020 - Sociedade Corretora de Seguros - Sociedade Limitada

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

CNPJ: 06.347.409/0001-65



Mensagem da Administração

Há 40 anos, desde a sua fundação, a Centauro já tinha uma visão de construir uma relação emocional com o cliente e ao longo do tempo desenvolveu uma experiência única dentro do esporte.
Sempre fomos vanguardistas e sempre buscamos crescer e ampliar fronteiras. Nos últimos anos, com os avanços da tecnologia e atualização das visões de negócios, nos preparamos para mais um avanço: um ecossistema de esporte, mantando um negócio centrado no cliente, não somente no espírito de servir, mas também na forma de construí-lo.
Continuaremos trabalhando diuturnamente para oferecer, na Centauro, a melhor experiência multimarca no varejo esportivo. Precisamos continuar evoluindo nossa plataforma para ser o destino para escolha e compra de produtos esportivos no Brasil.
A primeira prioridade é melhorar a experiência dos clientes que compram nos nossos canais digitais. Temos na junção do físico com o digital a nossa fortaleza e chegou a hora de investir em logística e tecnologia para servir melhor estes clientes. Este será o principal driver de crescimento da Centauro. Importante dizer que a separação dos canais é cada vez mais desnecessária - a jornada dos nossos clientes flui entre o físico e o digital. Mas é primordial avançar na direção de ter a melhor experiência de compra no esporte de toda a internet brasileira.
Em 2020, iniciamos aumentando nossa capacidade de distribuição para atingir uma parcela cada vez maior dos consumidores. Já temos mais de 200 pontos mapeados para abrir novas lojas GS e ainda 150 lojas do modelo antigo que pretendemos reformar para o novo modelo. Além de expandir nossa receita, isso melhora a rentabilidade através da diluição de nossos custos fixos. Ao lojas são para nós, além de centros de resultados, pontos críticos para acelerar nossa operação digital. São hubs de contato com a marca, de fulfillment e de aquisição de clientes. Esperamos avançar não somente no número de lojas, mas também nestes três pilares do papel das lojas.
O resultado da Centauro em 2020 foi muito afetado pela pandemia. No entanto, o 4T20 mostrou uma recuperação em relação aos trimestres anteriores. A margem bruta, um dos indicadores financeiros mais impactados no ano, foi 3,5 pontos percentuais abaixo do 4T19 contra 5,9 pontos percentuais de queda no 3T20. O desejo de consumir esporte continua forte e no trimestre tivemos crescimento total de 10,9% na receita bruta, sendo 67,4% no canal digital. Nossa plataforma digital continua sendo um importante aliado de crescimento e neste ano alcançamos R$1 bilhão em vendas (GMV), um crescimento de 79% em relação a 2019. As vendas online representaram 35,6% das nossas vendas totais e, deste volume, 48% foram vendas no mobile app aplicativo.
Evidentemente, as lojas fechadas impactam nossos resultados. Quando estão abertas, no entanto, são reflexo da resiliência do nosso negócio. Em um dos piores momentos da história, com eventos esportivos adiados e restrição à prática de esportes, os nossos clientes continuaram visitando as nossas lojas. O mês de Outubro de 2020 é emblemático: foi o primeiro mês depois de 6 meses em que todas as unidades estavam abertas e tivemos um crescimento de vendas de 20%.
Esperamos um 1º semestre em 2021 ainda difícil, em função do recrudescimento da pandemia, mas continuamos acreditando em uma consolidação de mercado através de uma estratégia omnichannel, que se mostrou muito bem-sucedida.
Agradecemos o apoio de nossos investidores e de nosso time nessa longa jornada. Esperamos que continuem nos acompanhando no que vem pela frente!
Obrigado,

A Diretoria

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	167.737	104.929	167.964	104.945
Contas a receber	7	3.189.981	1.849.506	3.189.981	1.847.052
Partes relacionadas	11	135.363	80.279	87.470	44.611
Tributos a compensar	8	275.634	284.144	282.972	290.318
Imposto de renda e contribuição social a compensar		15.471	39.799	15.474	39.802
Estoques	9	618.374	668.512	618.374	668.512
Outras contas a receber		14.876	12.988	17.620	17.094
Total do ativo circulante		**4.417.436**	**3.040.157**	**4.379.855**	**3.012.334**
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras		324	536	324	536
Tributos a compensar	8	241.028	396.536	241.028	396.536
Ativo fiscal diferido	10	219.685	–	250.526	25.034
Depósitos judiciais	12	35.778	21.628	116.910	99.602
Total do realizável a longo prazo		**496.815**	**418.700**	**608.788**	**521.708**
Investimento	13	–	2.898	–	–
Imobilizado	14	487.227	452.192	487.227	452.192
Intangível	15	140.000	117.576	140.000	117.576
Direito de uso	16	1.138.661	1.132.892	1.138.661	1.132.892
Total do ativo não circulante		**2.262.703**	**2.124.258**	**2.374.676**	**2.224.368**
Total do ativo		**6.680.139**	**5.164.415**	**6.754.531**	**5.236.702**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Passivo circulante					
Fornecedores	17	3.138.881	1.779.155	3.138.881	1.781.799
Empréstimos e financiamentos	18	93.275	27.037	93.275	27.037
Obrigações tributárias	19	126.216	63.743	126.220	63.903
Impostos parcelados	20	40.778	47.958	49.417	55.000
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	21	73.250	151.028	73.250	151.028
Partes relacionadas - outras contas a pagar	11	–	5.994	–	5.694
Outras contas a pagar		57.094	32.348	57.115	32.439
Arrendamentos a pagar	16	110.053	92.675	110.053	92.675
Passivos a descoberto em controladas	13	4.123	–	–	–
Total do passivo circulante		**3.643.670**	**2.199.938**	**3.648.211**	**2.209.575**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	278.850	7.552	278.850	7.552
Debêntures	18	226.762	–	226.762	–
Impostos parcelados	20	69.872	104.524	99.254	130.385
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	668.335	–	668.335
Provisões para contencioso	12	178.804	142.735	219.273	181.160
Arrendamentos a pagar	16	1.076.017	1.052.278	1.076.017	1.052.278
Passivo fiscal diferido		–	1.636	–	–
Total do passivo não circulante		**1.830.305**	**1.977.060**	**1.900.156**	**2.039.710**
Patrimônio líquido	22				
Capital social		783.054	452.082	783.054	452.082
Reservas de capital		71.050	71.050	71.050	71.050
Reservas de lucros		352.060	464.285	352.060	464.285
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**1.206.164**	**987.417**	**1.206.164**	**987.417**
Participações de acionistas não controladores	22	–	–	–	–
Total do patrimônio líquido	22	**1.206.164**	**987.417**	**1.206.164**	**987.417**
Total do passivo e patrimônio líquido		**6.680.139**	**5.164.415**	**6.754.531**	**5.236.702**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Controladora e Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Atribuível aos acionistas controladores							
				Reservas de Capital	Reservas de Lucro				
		Capital social	Ágio	Pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido (consolidado)
Saldos em 01 de janeiro de 2019	**Nota**	**452.082**	**71.050**	**–**	**–**	**–**	**(40.797)**	**–**	**482.335**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	505.082	–	505.082
Constituição de reserva		–	–	–	25.254	439.031	(464.285)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**452.082**	**71.050**	**–**	**25.254**	**439.031**	**–**	**–**	**987.417**
Aumento de Capital	22	1.530.972	–	–	–	–	–	–	1.530.972
Redução de capital		(1.200.000)	–	–	–	–	–	–	(1.200.000)
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	–	(112.225)	–	(112.225)
Constituição de reserva		–	–	–	–	(112.225)	112.225	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**783.054**	**71.050**	**–**	**25.254**	**326.806**	**–**	**1.206.164**	**1.206.164**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Receitas líquidas	23	3.578.582	4.429.744	3.578.582	4.429.744
Custo das vendas	24	(2.704.752)	(3.218.079)	(2.704.752)	(3.218.079)
Lucro bruto		**873.830**	**1.211.665**	**873.830**	**1.211.665**
Despesas operacionais					
Despesas de vendas	25	(786.032)	(738.745)	(786.032)	(738.745)
Despesas administrativas e gerais	25	(200.306)	(208.185)	(205.149)	(208.945)
Outras receitas operacionais líquidas		7.028	407.784	7.028	408.179
Resultado com equivalência patrimonial	13	(7.021)	(5.840)	–	–
Lucro (Prejuízo) operacional		**(112.501)**	**666.679**	**(110.323)**	**672.154**
Receitas financeiras	26	94.552	210.269	97.572	216.583
Despesas financeiras	26	(185.044)	(152.011)	(194.413)	(162.672)
Receitas (Despesas) financeiras líquidas		**(90.492)**	**58.258**	**(96.841)**	**53.911**
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos		**(202.993)**	**724.937**	**(207.164)**	**726.065**
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	10	(197.092)	(40.408)	(197.092)	(40.408)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	10	287.860	(179.447)	292.031	(180.575)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		**(112.225)**	**505.082**	**(112.225)**	**505.082**
Acionistas controladores		(112.225)	505.082	(112.225)	505.082
Acionistas não controladores		–	–	–	–
		(112.225)	**505.082**	**(112.225)**	**505.082**
Lucro (Prejuízo) líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia					
Lucro (Prejuízo) básico por ação (média ponderada)				(0,08)	0,97
Lucro (Prejuízo) diluído por ação (média ponderada)				(0,08)	0,97

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Acionistas controladores	(112.225)	505.082	(112.225)	505.082
Acionistas não controladores	–	–	–	–
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**(112.225)**	**505.082**	**(112.225)**	**505.082**
Resultado abrangente do período	**(112.225)**	**505.082**	**(112.225)**	**505.082**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(112.225)	505.082	(112.225)	505.082
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	234.486	214.457	234.486	214.457
Juros sobre empréstimos	11.586	26.696	11.586	26.696
Juros sobre debêntures	6.156	–	6.156	–
Juros sobre contratos de mútuos	–	223	–	223
Juros sobre parcelamentos de tributos	4.320	5.992	14.350	5.992
Juros sobre pagamentos em atraso	3.915	261	3.916	261
Juros sobre arrendamento de imóveis	11.934	7.938	11.934	7.960
Resultado de equivalência patrimonial	7.021	5.840	–	–
Custo residual na baixa de ativo imobilizado e intangível	12.187	9.827	12.187	9.827
Baixa residual Arrendamentos	(2.900)	–	(2.900)	–
Provisão para obsolescência do estoque	25.446	26.088	25.446	26.088
Ajuste a valor presente, líquido	3.836	2.105	3.836	2.105
Juros de arrendamento mercantil	101.382	90.278	101.382	90.278
Descontos sobre arrendamento mercantil	(46.108)	–	(46.108)	–
Constituição líquida de provisão para Contingências	51.618	14.724	53.662	15.489
Reconhecimento de PIS e COFINS na base do ICMS	–	(577.801)	–	(577.801)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(287.860)	179.447	(292.031)	180.575
	24.794	**511.157**	**25.677**	**507.232**
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber	(1.361.161)	(1.347.570)	(1.363.615)	(1.345.584)
Estoques	24.692	(165.358)	24.692	(165.358)
Impostos a compensar, Diferido, IRPJ e CSLL a compensar	254.885	(19.324)	253.721	(19.254)
Outras contas a receber	(1.888)	12.579	(526)	9.320
Depósitos judiciais	(14.150)	(1.694)	(17.308)	(7.330)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	1.371.023	933.536	1.368.378	936.149
Obrigações tributárias	247.631	36.345	247.475	36.470
Impostos Parcelados	(46.152)	(10.485)	(51.064)	(16.769)
Contingências pagas	(15.549)	(22.803)	(15.549)	(22.803)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(77.778)	10.490	(77.778)	10.490
Juros pagos sobre financiamentos	(9.946)	(14.111)	(9.946)	(14.111)
Juros pagos sobre Debêntures	(5.272)	–	(5.272)	–
Outras contas a pagar	24.746	5.436	24.676	5.512
Imposto de renda e contribuição social pagos	(197.092)	(40.408)	(197.092)	(40.408)
Variação nos ativos e passivos:	**193.989**	**(623.367)**	**180.792**	**(633.676)**
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	**218.783**	**(112.210)**	**206.469**	**(126.444)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições de ativo imobilizado	(104.717)	(73.920)	(104.717)	(73.920)
Adições no intangível	(61.220)	(45.035)	(61.220)	(45.035)
Diminuição (aumento) de aplicações financeiras	212	–	212	–
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	**(165.725)**	**(118.955)**	**(165.725)**	**(118.955)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos tomados	360.282	19.041	360.282	19.041
Empréstimos e financiamentos pagos	(24.386)	(355.565)	(24.386)	(355.565)
Emissão de debentures	225.878	–	225.878	–
Arrendamentos Pagos	(153.583)	(199.676)	(153.583)	(199.676)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(668.335)	668.335	(668.335)	668.335
Partes relacionadas	(61.078)	(37.422)	(48.553)	(23.194)
Aumento de capital	330.972	–	330.972	–
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos	**9.750**	**94.713**	**22.275**	**108.941**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	62.808	(136.452)	63.019	(136.458)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	104.929	241.381	104.945	241.403
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	167.737	104.929	167.964	104.945
Transações que não afetaram caixa				
Adição ao imobilizado, intangível e direito de uso	1.638	1.880	1.638	1.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Receitas	**4.470.299**	**5.461.758**	**4.470.299**	**5.461.758**
Receita bruta de mercadorias, produtos e serviços	4.470.299	5.461.758	4.470.299	5.461.758
Insumos adquiridos de terceiros	**(3.321.074)**	**(3.268.267)**	**(3.321.587)**	**(3.268.686)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.939.976)	(2.975.444)	(2.939.976)	(2.975.444)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(339.172)	(235.724)	(339.685)	(236.143)
Perda de valores ativos	(41.926)	(57.099)	(41.926)	(57.099)
Valor adicionado bruto	**1.149.225**	**2.193.491**	**1.148.712**	**2.193.072**
Depreciação, amortização	(234.486)	(214.457)	(234.486)	(214.457)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**914.739**	**1.979.034**	**914.226**	**1.978.615**
Valor recebido em transferência	**108.728**	**630.988**	**117.687**	**643.843**
Resultado de equivalência patrimonial	(7.020)	(5.840)	–	–
Receitas financeiras	97.140	219.869	99.079	226.491
Outras receitas operacionais	18.608	416.959	18.608	417.352
Valor adicionados total a distribuir	**1.023.467**	**2.610.022**	**1.031.913**	**2.622.458**
Distribuição do valor adicionado	**1.023.467**	**2.610.022**	**1.031.913**	**2.622.458**
Pessoal	**294.325**	**350.555**	**294.306**	**350.554**
Remuneração direta	223.322	244.205	223.303	244.204
Benefícios	49.784	82.384	49.784	82.384
FGTS	21.219	23.966	21.219	23.966
Impostos, taxas e contribuições	**528.772**	**1.476.631**	**523.673**	**1.478.135**
Federais	251.159	207.774	250.078	208.082
Estaduais	546.850	1.072.241	546.850	1.072.241
Municipais	18.623	17.169	18.776	17.237
Impostos diferidos	(287.860)	179.447	(292.031)	180.575
Remuneração de capitais de terceiros	**272.050**	**259.800**	**281.420**	**270.461**
Despesas financeiras (Juros, taxas, cambial)	270.290	204.601	279.660	215.262
Aluguéis	1.760	55.199	1.760	55.199
Outras distribuições	**40.545**	**17.954**	**44.739**	**18.226**
Viagens e estadia	5.367	13.561	5.367	13.561
Seguros e indenizações	7.590	4.414	7.592	4.811
Outras despesas	27.588	(21)	31.780	(146)
Remuneração de capitais próprios	**(112.225)**	**505.082**	**(112.225)**	**505.082**
Lucros retidos	(112.225)	505.082	(112.225)	505.082
Participação dos não controladores nos lucros retidos	–	–	–	–
	(36.701.00)	387.221.00	(41.953.00)	388.657.00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Controladora", ou "SBF Comércio") é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede no Estado e cidade de São Paulo. As demonstrações financeiras do SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, compreendem a Companhia controladora SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e sua controlada, denominadas em conjunto "SBF Comércio" ou "Companhia". Em 18 de junho de 2020 foi aprovado a transformação do tipo jurídico da Sociedade de uma sociedade empresária limitada para uma sociedade por ações de capital fechado, passando a operar sob a nova denominação SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A. A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas diretas, individualmente ou em conjunto ("Companhia" ou "Consolidado") tem como principais atividades: o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, roupas, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional. Canais de venda: • Rede física representada por 211 lojas (210 lojas em 2019); e • Comércio eletrônico através do site centauro.com.br; Centros de distribuição: • Extrema - Minas Gerais • Jundiaí - São Paulo; • João Pessoa - Paraíba; • Duque de Caxias - Rio de janeiro; • Itajaí - Santa Catarina. **1.1 Coronavírus ("COVID-19"): a) Contexto cenário COVID-19:** Coronavírus (COVID-19) foi reconhecido como pandemia em 11 de março de 2020. A mensa maioria dos governos mundiais passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que tem potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias mundiais e os principais blocos econômicos vêm dando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a recessão da economia que estas medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar. Para de enfrentamento da crise, a Companhia tomou as seguintes medidas de curto prazo: a) A Companhia instituiu um Comitê de Crise e vem gerenciando uma série de planos de ação com o objetivo de minimizar os impactos à sua comunidade e aos seus colaboradores, ao mesmo tempo atender as diversas determinações das autoridades governamentais onde está localizada, de forma a colaborar com a prevenção da pandemia. b) Fechamento temporário de todas as lojas físicas a partir de 22 de março de 2020, com data definida de retorno das atividades. A partir do dia 25 de abril de 2020, a Companhia iniciou a reabertura gradual de lojas em algumas unidades do Centauro. As decisões para as retomadas são analisadas individualmente e seguindo critérios técnicos sobre a extensão da pandemia em cada município, bem como a liberação pela legislação do governo local com o intuito de garantir a segurança das pessoas e do negócio. Até a data da publicação destas demonstrações financeiras, algumas lojas precisaram ser fechadas novamente. c) Reforço de caixa: apesar de finalizar o exercício de 2019 com forte posição de caixa, durante o ano de 2020, a Companhia efetuou novas captações de financiamentos, e antecipações de recebíveis junto a administradoras de cartão de crédito. d) Negociação com fornecedores e prestadores de serviços: a Companhia abriu uma frente de negociação de prazos de pagamentos com seus principais fornecedores e de redução de despesas com seus prestadores de serviços, bem como renegociação de aluguéis de imóveis. e) Contenção de despesas com pessoal: No dia 13 de abril, após realizar um *capacity planning* para os próximos meses, a Companhia aderiu a Medida Provisória (MP) 936/2020, reduzindo jornada de trabalho e salário de alguns colaboradores e suspendendo o contrato de outros, conforme os instrumentos previstos pela própria MP. Além dessas medidas de curto prazo, a Companhia, considerando os Ofícios Circulares da CVM/SNC 02 e 03/2020, analisou os principais riscos e incertezas advindos pela COVID-19, frente as suas demonstrações financeiras. Abaixo elencamos as principais análises realizadas: a) Risco de continuidade operacional: não obstante a grande incerteza de cenário econômico ainda vigente, a Companhia atualizou seu plano de negócio para os próximos anos, considerando as premissas observáveis até então, como por exemplo: o fechamento temporário de suas lojas físicas e a posterior reabertura gradual de acordo com o mapa de riscos citado acima, bem como a inicial migração de vendas para os canais de comércio eletrônico. Ainda que tenha realizado um teste de estresse de cenário, a Companhia não identificou elementos que configurem em risco de continuidade operacional. Ressalta-se, no entanto, que se ocorrer alguma mudança significativa nos cenários utilizados, a Companhia deverá rever suas projeções. b) Contas a receber de clientes e provisão para perda esperada de créditos: De acordo com análises internas, houve uma diminuição do fluxo de vendas vinculada ao fechamento de suas lojas físicas e a cultura de seus clientes de realizar as compras diretamente nos canais das lojas, configurando assim em uma restrição temporária de liquidez e não um aumento significativo no risco de crédito. Assim, a Companhia não registrou provisões em 31 de dezembro de 2020, devido a maior parte dos valores em contas a receber serem formados por administradoras de cartão de crédito. Mais detalhes sobre as contas a receber estão divulgados na nota explicativa 7. c) Risco de perda por realização dos estoques: As perdas são estimadas com base nos níveis históricos e concretizadas somente na realização dos inventários, que refletiam o modelo de operação da Companhia e serviram como base para as atualizações da estimativa. Analisamos possíveis impactos nas estimativas de perdas em estoque por conta da COVID-19 e não identificamos necessidade de alteração na política de estimativa de perdas. d) Redução ao valor recuperável dos ativos - "impairment" - a Companhia realizou análises referente a eventual necessidade de reduzir ao valor recuperável os seus ativos. As premissas utilizadas para as referidas análises foram consistentes com as demais premissas utilizadas em outras análises para a elaboração das Demonstrações Financeiras anuais. As projeções utilizadas nos testes de valor recuperável foram revisitadas considerando o cenário atual devido ao surto da COVID-19, bem como atualizando as taxas de desconto e o valor contábil dos ativos, não tendo sido identificadas nenhuma situação de registro de impairment. e) Tributos diferidos: Atualizamos as projeções das análises, sobre a recuperabilidade do IR e CS diferidos da controladora e suas controladas, considerando os efeitos da COVID-19 em 2020, e não identificamos a necessidade de provisão ou baixa do saldo registrado contabilmente, mais detalhes sobre os tributos diferidos estão na nota explicativa nº 10. f) A Companhia analisou suas receitas de lojas físicas e receitas de multicanalidade atreladas às lojas físicas, que estão relacionadas principalmente a venda de produtos em lojas de shopping centers em todo o Brasil, e constatou uma redução nas vendas até Dezembro de 2020, devido ao fechamento dos shoppings, para o canal de lojas físicas em aproximadamente 30,06% comparado ao mesmo período do ano anterior. Por outro lado, houve uma expressiva aceleração no E-commerce tradicional que resultou em um aumento nas vendas de 67,93% neste mesmo período mencionado, além do crescente desempenho de vendas pelo marketplace que foi de 143,76%.

2. EMPRESAS DO GRUPO

	Participação societária	
	Direta	
	2020	2019
Lione Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	99,99%	99,99%

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e estão elaboradas de acordo com o BR GAAP. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Assembleia Geral em 30 de Março de 2021: Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram quando indicado, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.3 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 16 -** Operações de arrendamentos. **b.** ***Incertezas sobre premissas e estimativas:*** As informações sobre as incertezas e relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no período dos próximos 12 meses estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 10 -** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais e diferenças temporárias possam ser utilizados; • **Nota 12 -** Reconhecimento e mensuração de provisão para contencioso: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • **Nota 14 -** Teste de redução ao valor recuperável dos ativos instalados em lojas: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis; *Mensuração do valor justo:* Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa 27 -** Instrumentos financeiros.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a. Base de consolidação: A Companhia controla uma empresa quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controlada, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Saldos e transações entre partes relacionadas intergrupo, e quaisquer lucros não realizados derivados de transações intergrupo, são eliminados. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente para a Companhia. ***Descrição dos principais procedimentos de consolidação:*** (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consoliadas; (b) Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados da empresa controlada; (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e (d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações financeiras consolidadas. **b. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de mensuração cambial resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. **c. Ajuste a valor presente:** É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação. O ajuste a valor presente foi reconhecido nas transações de contas a receber (nota explicativa 6) e fornecedores (nota explicativa 16), tendo como contrapartida a receita líquida e estoques, respectivamente. O desconto a valor presente foi reconhecido como receita financeira e despesa financeira, respectivamente (nota explicativa 22). **d. Lucro por ações:** O cálculo do lucro básico por cota foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações e na média ponderada de cotas em circulação. Quando a Companhia apresenta perda líquida atribuível aos proprietários da Controladora, os prejuízos diluídos por cotas são iguais aos prejuízos básicos por cotas devido ao efeito antidiluitivo das opções de cotas em circulação. **e. Subvenção Governamental:** A Companhia realizou investimentos por meio de emissão de Centros de Distribuição nos Estados de Minas Gerais e Paraíba, devido a acordos firmados com ambos Estados, mediante os quais foram concedidos incentivos fiscais. As subvenções têm o objetivo de compensar a Companhia por despesas incorridas e são reconhecidas no resultado como deduções de vendas. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de alíquotas tributárias de ICMS nas vendas no comércio eletrônico e crédito presumido nas transações comerciais entre empresas do grupo nesses Estados. **f. Receitas e despesas com fretes:** As receitas com fretes cobrados de clientes no envio de mercadorias adquiridas no canal de e-commerce são reconhecidas como receitas na rubrica de serviços prestados. Os custos com fretes incorridos nas operações realizadas entre o centro de distribuição e as lojas são reconhecidos como custo junto dos produtos vendidos. **g. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, descontos obtidos, AVP - ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos. As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

CNPJ: 06.347.409/0001-65

Demonstrações Financeiras 2020

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento continuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita líquida de devoluções, abatimentos, descontos comerciais e bonificações; es. **• Venda de mercadorias:** A Companhia opera com redes que possuem, predominantemente, estabelecimentos em shopping centers voltados a comercialização de produtos esportivos, bem como vendas na forma de atacado originárias da contribuição de produtos fabricados e/ou adquiridos para Companhias do mesmo grupo econômico. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Companhia transfere a propriedade de um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de crédito, cartão de débito ou em dinheiro. **• Venda de mercadorias através do e-commerce:** A Companhia opera com comércio eletrônico por meio do site centauro.com.br, para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador. **• Serviços prestados:** A Companhia reconhece receitas com intermediação de vendas de produtos de parceiros por meio de sua plataforma digital, operação denominada marketplace. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que na expressiva maioria dos casos, se inicia e conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas ao reconhecimento da receita, estão descritas na nota explicativa 23. **o. Segmentos operacionais, informações geográficas e de receita:** Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões ("CODM") da Companhia para tomar decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. A Administração determinou que o CEO e o CFO são o CODM. O CODM recebe e analisa informações sobre os resultados operacionais da Companhia, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento determinados apenas na base da Companhia. Consequentemente, a administração determinou que a Companhia possui apenas um segmento operacional pois as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada. Toda a receita da Companhia é derivada de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas para clientes. Além disso, todos os ativos não circulantes da Companhia estão localizados no Brasil. **p. Instrumentos financeiros:** ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. *(i) Ativos financeiros:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2018 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: • Ativos financeiros a VJR** - Mensurados ao valor justo a cada data do balanço ao valor justo, incluindo juros, foram reconhecidos no resultado. **• Ativos financeiros a custo amortizado** - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **• Instrumentos de dívida a VJORA** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é classificado no resultado. **• Instrumentos patrimoniais a VJORA** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. *(ii)* ***Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. *Passivos financeiros:* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transtiram pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. *(iii)* ***Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **q. Redução ao valor recuperável (impairment):** ***(i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:*** A Companhia aplura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada e inclui títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço e outros títulos de dívida e saldos bancários. As provisões para perdas com contas a receber de clientes foram avaliadas, porém não constituídas em função da carteira de recebíveis da Companhia ser considerada liquida e certa, pois os riscos são assumidos pelas administradoras de cartão de crédito. Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclúia: - Inadimplência ou atrasos do devedor; - Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; - Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; - O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou - Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. ***(i) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC - Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo que entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGCs, considerados pela Companhia como os pontos de venda (lojas físicas e e-commerce). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida. **r. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **s. Arrendamentos:** No início de contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/ IFRS 16. ***(i) Como arrendatário:*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimo obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: - pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; - pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário sob garantias de valor residual; e - o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescisão. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. *Arrendamentos de ativos de baixo valor:* A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de baixo valor e para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, por considerar que não há impactos significativos nas demonstrações financeiras da Entidade. a) Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37); b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16); e c) Outras Normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade: - Conceitos Gerais - Alterações ao CPC 00(R2)/IFRS 1(Alteração ao CPC 06/IFRS 16); - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3). - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) - IFRS 17 Contratos de Seguros.

6. CAIXA E EQUIVALENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixas	8.597	9.008	8.197	9.003
Bancos	11.636	11.953	11.863	11.969
Aplicações financeiras	147.531	83.963	147.904	83.992
	167.797	**104.925**	**167.964**	**104.964**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixas e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.
As aplicações financeiras de curto prazo que são prontamente conversíveis e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas que variam aproximadamente em 54% a 100% (77% a 100% em 2019) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

7. CONTAS A RECEBER

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Administradora de cartão de crédito	(a)	612.036	585.048	612.036	585.048
Outras contas a receber		7.833	4.597	7.833	4.597
Subtotal		619.869	589.645	619.869	589.645
Duplicatas a receber - Intercompany	(nota 11)	2.573.405	1.266.474	2.573.405	1.264.020
Ajuste a valor presente		(3.293)	(6.613)	(3.293)	(6.613)
		3.189.981	**1.849.506**	**3.189.981**	**1.847.052**

(a) Refere-se ao saldo com administradoras de cartões de crédito que está distribuídas em diversas operadoras de cartões. A Companhia possui operações de vendas de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito, sem direito de regresso. Tais operações, em 31 de dezembro de 2020 compõem o saldo de R$ 4.241 (R$ 10.905 em 2019) e foram efetuadas para suprir as necessidades de caixa da Companhia. O valor das comissões sobre as operações de cessão de crédito sem direito de regresso foi reconhecido em despesas financeiras no resultado conforme demonstrado na Nota 22 no montante de R$ 5.643 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 6.490 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia não registra provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que essa carteira de recebíveis é liquida e certa, pois os riscos são assumidos pelas administradoras de cartão de crédito. Historicamente, a Companhia não apresenta perdas na realização do contas a receber. O saldo apresentado esta liquido das operações de venda de recebível (desconto). A seguir apresentamos o aging list consolidado:

Aging	31/12/2020	31/12/2019
Vencidos acima de 120 dias	249	402
Vencidos acima de 90 dias	70	137
Vencidos até 90 dias	148	86
Vencidos até 60 dias	117	19
Vencidos até 30 dias	399	700
A vencer até 30 dias	226.190	215.797
A vencer de 31 a 60 dias	139.174	122.885
A vencer de 61 a 90 dias	84.468	91.154
A vencer de 91 a 120 dias	53.876	50.463
A vencer acima de 121 dias	115.182	108.202
Total	619.869	589.645

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS (a)	34.905	78.587	34.905	78.587
PIS (b)	41.135	41.126	41.522	41.363
COFINS (b)	189.442	162.321	191.451	163.410
IRRF	6.834	925	6.834	925
INSS	3.316	1.176	8.258	6.024
IOF	2	9	2	9
ISS	–	–	–	–
Ativo circulante	**275.634**	**284.144**	**282.972**	**290.318**
ICMS	58.154	13.982	58.154	13.981
PIS (b)	28.810	80.742	28.810	80.742
COFINS (b)	226.396	399.028	226.396	399.029
(-) Redução crédito PIS e COFINS	(72.332)	(97.216)	(72.332)	(97.216)
Ativo não circulante	**241.028**	**396.536**	**241.028**	**396.536**
Total a compensar	**516.662**	**680.680**	**524.000**	**686.854**

a) A Companhia e suas controladas ingressaram em 2006 com ações judiciais para pleitear a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS para o período de 2001 a 2017. Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o STF proferiu decisão favorável ao contribuinte para permitir a exclusão e com base neste entendimento, a Companhia consultou os seus advogados externos que, para a tese, passaram a classificá-la como êxito provável. Para definição sobre o assunto em relação ao passado, o STF - Supremo Tribunal Federal precisa decidir sobre a modulação dos efeitos da decisão. Não obstante esta necessidade, a Companhia e seus advogados entenderam, com base em todas as decisões de modulação proferidas pelo STF - Supremo Tribunal Federal até o presente momento, entendem que não haverá limitação ao direito de restituição de forma retroativa. No segundo trimestre de 2019, a Companhia tomou conhecimento do trânsito em julgado de decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, possibilitando o reconhecimento de R$ 675.017, em 31 de dezembro de 2019, para o período de 2004 a 2019, com base em informações históricas, obrigações acessórias fiscais e contábeis, em lei aplicável ao caso, assessoria jurídica e com auxílio de consultoria especializada. Dessa forma, o montante foi mensurado com razoável confiabilidade. O montante foi registrado, nas linhas de outras receitas e receita financeira e nas mesmas linhas, houve o registro de uma provisão no valor de R$ 72.332, reduzindo do valor do crédito, totalizando desta forma um saldo liquido de R$ 602.685, por estar ao aguardo de uniformização jurisprudencial. Ademais, nos termos determinados pelo CPC 25 e com base em avaliações realizadas pelos seus assessores externos, a Companhia considerou ser um ativo não contingente e classificado como "praticamente certo" para a apuração do montante do crédito. A Administração, inclusive, já iniciou a utilização dos créditos através de pedidos de compensação, em 31 de dezembro de 2020 o saldo do crédito a serem utilizados é de R$ 393.613, e a previsão de utilização dos créditos, devido ao efeito da pandemia COVID-19, foi reavaliada, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias, e consequentemente, a estimativa do prazo de utilização desses créditos. E tem a expectativa de realização destes créditos conforme quadro abaixo:

	Utilização
Até 12 meses	226.646
De 12 a 24 meses	161.958
De 24 a 36 meses	5.009
Total	**393.613**

Em 2020 a Companhia registrou a baixa da diferença temporária de IRPJ e CSLL sobre o crédito de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS e reconheceu a obrigação tributária a recolher, em virtude da habilitação do crédito.

9. ESTOQUES - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	31/12/2020	31/12/2019
Mercadoria de revenda (lojas)	438.788	544.246
Mercadoria de revenda (Centros de distribuição)	170.040	114.334
Importação em andamento	4.004	5.704
Almoxarifado	5.542	4.228
	618.374	**668.512**

Movimentação de provisão para perdas

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Saldo inicial	(11.604)	(10.882)
Adição	(25.446)	(26.088)
Perdas efetivas nos estoques	21.257	25.366
Saldo Final	(15.793)	(11.604)

A Companhia registrou constituição para provisão de R$ 25.446 no custo de revenda de mercadorias em 31 de dezembro de 2020 (R$ 26.088 em 31 de dezembro de 2019). A provisão de R$ 15.793 (R$ 11.604 em 31 de dezembro de 2019) é classificada como redutora de mercadoria para revenda tendo como base a rotatividade dos produtos. O montante de R$ 21.257 (R$ 25.366 em 31 de dezembro de 2019) representa as perdas efetivas, baixado das rubricas mercadoria para revenda e provisão.

10. ATIVO FISCAL DIFERIDO - CONSOLIDADO

O saldo de impostos diferidos tem a seguinte origem:

Consolidado

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Prejuízo fiscal e base negativa	128.389	101.130	–	–	128.389	101.130
Provisões gerais e contingências	55.558	46.853	–	–	55.558	46.853
Provisões efeito ajuste a valor presente	1.874	3.461	–	–	1.874	3.461
Provisão para estoques	5.370	3.945	–	–	5.370	3.945
Provisão de bônus	848	10.936	–	–	848	10.936
Depreciação	136.570	72.156	(101.766)	(54.888)	34.804	17.268
Ágio	71.050	71.050	(47.367)	(33.157)	23.683	37.893
Créditos tributários (PIS/COFINS)	–	–	–	(196.452)	–	(196.452)
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	**399.659**	**309.531**	**(149.133)**	**(284.497)**	**250.526**	**25.034**
Montante passível de compensação	**(149.133)**	**(284.497)**	**149.133**	**284.497**	**–**	**–**
Imposto líquido (ativos) passivos	**250.526**	**25.034**	**–**	**–**	**250.526**	**25.034**

Controladora

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Prejuízo fiscal e base negativa	96.459	80.820	–	–	96.459	80.820
Provisões gerais e contingências	56.647	40.493	–	–	56.647	40.493
Provisões efeito ajuste a valor presente	1.874	3.461	–	–	1.874	3.461
Provisão para estoques	5.370	3.945	–	–	5.370	3.945
Provisão de bônus	848	10.936	–	–	848	10.936
Depreciação(*)	136.570	72.156	(101.766)	(54.888)	34.804	17.268
Ágio	71.050	71.050	(47.367)	(33.157)	23.683	37.893
Créditos tributários (PIS/COFINS)	–	–	–	(196.452)	–	(196.452)
Lucro nos estoques	–	–	–	–	–	–
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	**368.818**	**282.861**	**(149.133)**	**(284.497)**	**219.685**	**(1.636)**
Montante passível de compensação	**(149.133)**	**(284.497)**	**149.133**	**284.497**	**–**	**–**
Imposto líquido (ativos) passivos	**219.685**	**(1.636)**	**–**	**–**	**219.685**	**(1.636)**

A Companhia preparou um estudo técnico, com base em projeção de resultados futuros, para suportar a realização desses impostos diferidos nos próximos exercícios.
Principais premissas utilizadas nas projeções de resultados futuros para utilização do ativo fiscal diferido: As principais premissas são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem EBITDA anual, conforme abaixo: **Taxa de crescimento da receita:** Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, bem como um crescimento adicional para os anos com previsão de eventos como Copa do mundo, entre outros, resultando em um crescimento médio de 13,4% a.a. **Ganho de margem EBITDA:** Foi considerado um aumento de margem EBITDA baseado na diluição de despesas fixas da Companhia, tanto de vendas como administrativas, resultando em um ganho de 0,13% p.p. a.a.. **Análise de sensibilidade das premissas:** O valor previsto de lucro é suficiente para o uso total do ativo fiscal diferido contábil de R$ 250.526, a Companhia efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 1,16% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não impacto significativo, quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborados. A previsão de realização dos impostos diferidos está representada abaixo (consolidado):

Ano	31/12/2020
2021	88.680
2022	30.770
2023	35.438
2024	42.304
2025	30.275
2026	5.280
2027	5.280
2028	5.280
2029	77.334
	250.526

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos: Não houve ativos fiscais diferidos que não foram reconhecidos em quaisquer itens, pois é provável que lucros tributários futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios. *Movimento das diferenças temporárias:*

Consolidado

	Saldo em 31/12/2019	Reconhecidos no resultado	Ágio	Utilização imposto corrente	Saldo em 31/12/2020
Prejuízo fiscal e base negativa	101.130	79.588	7.105	(59.434)	128.389
Provisões gerais e contingências	46.853	8.705	–	–	55.558
Provisões efeito ajuste a valor presente	3.461	(1.587)	–	–	1.874
Provisão para estoques	3.945	1.425	–	–	5.370
Provisão de bônus	10.936	(10.088)	–	–	848
Depreciação	17.268	17.536	–	–	34.804
Ágio	37.893	– (14.210)	–	–	23.683
Créditos tributários (PIS/COFINS)	(196.452)	196.452	–	–	–
Imposto líquido ativo (passivo)	**25.034**	**292.031**	**(7.105)**	**(59.434)**	**250.526**

Controladora

	Saldo em 31/12/2019	Reconhecidos no resultado	Ágio	Utilização imposto corrente	Saldo em 31/03/2020
Prejuízo fiscal e base negativa	80.820	67.968	7.105	(59.434)	96.459
Provisões gerais e contingências	40.493	16.154	–	–	56.647
Provisões efeito ajuste a valor presente	3.461	(1.587)	–	–	1.874
Provisão para estoques	3.945	1.425	–	–	5.370
Provisão de bônus	10.936	(10.088)	–	–	848
Depreciação	17.268	17.536	–	–	34.804
Ágio	37.893	– (14.210)	–	–	23.683
Créditos tributários (PIS/COFINS)	(196.452)	196.452	–	–	–
Lucro nos estoques	–	–	–	–	–
Imposto líquido ativo (passivo)	**(1.636)**	**287.860**	**(7.105)**	**(59.434)**	**219.685**

A conciliação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos	(202.993)	724.937	(207.164)	726.065
Alíquota fiscal	34%	34%	34%	34%
IR e CS pela alíquota combinada	69.018	(246.479)	70.437	(246.862)
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(6.047)	(7.855)	(6.047)	(10.586)
Exclusões permanentes:				
Exclusão - Incentivo Fiscal	22.059	34.305	22.059	34.305
Outras Exclusões	4.543	2.249	4.908	2.249
Outros itens:				
Efeito no resultado de equivalência patrimonial	(2.387)	(1.986)	–	–
Prejuízo sem constituição de impostos diferidos (IRPJ e CSLL de anos anteriores reconhecidos no ano corrente	(755)	–	(755)	–
Outros	4.337	(89)	4.337	(89)
Imposto de renda e contribuição social*	90.768	(219.855)	94.939	(220.983)
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do exercício				
Corrente	(197.092)	(40.408)	(197.092)	(40.408)
Diferido	287.860	(179.447)	292.031	(180.575)
Alíquota efetiva	-44,71%	-30,33%	-45,83%	-30,44%

* A variação incorrida, refere-se a incidência do imposto, após a habitação do crédito gerado na exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS.

11. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação e prestação de serviços em operações relacionadas com operações complementares, em transações semelhantes em condições usuais de mercado, com os quais a Companhia mantem contratos na forma da legislação vigente. Outros créditos e outras contas a pagar referem-se a conta corrente entre empresas ligadas, sem incidência de encargos financeiros e atualização monetária, formado como abaixo:

Ativo circulante - Contas a receber	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Grupo SBF SA	87.470	44.591	87.470	44.591
VBLOG Logística e Transportes	–	20	–	20
Lione Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	47.893	35.668	–	–
	135.363	**80.279**	**87.470**	**44.611**

Passivo circulante - Contas a pagar	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Grupo SBF S.A.	–	5.674	–	5.674
VBLOG Logística e Transportes	–	20	–	20
Lione Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	–	300	–	–
	–	**5.994**	**–**	**5.694**
Adiantamento para futuro aumento de capital de controladora (*)	–	668.335	–	668.335

(*) Refere-se aos recursos recebidos da Controladora Grupo SBF SA no montante R$ 668.335 como AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.
Transações comerciais: A SBF Comércio realiza operações com as Companhias pertencentes ao mesmo Grupo econômico, sendo: **Operação de compra e venda de mercadorias e fretes** - As empresas SBF Comércio e Premier efetuam operações de compra e venda entre si, com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil. A empresa Vblog Logística é responsável pelo transporte destas mercadorias e também efetua transações com terceiros de prestação de serviço de frete para as demais empresas do Grupo. Existe um contrato assinado entre a SBF e a Vblog, cujo prazo é indeterminado e o preço praticado é definido pelo valor de mercado com base na tabela de frete para os segmentos demandados. A empresa também efetua operações de compra e venda com a empresa Fisia comércio. Estas transações seguem o padrão de abastecimento do mercado atacado dos produtos NIKE, sem distinção das demais empresas do mercado brasileiro. Os resultados gerados entre as empresas do mesmo grupo econômico estão demonstrados abaixo.

	31/12/2020	31/12/2019
Venda de mercadorias - Premier Distribuidora	1.388.375	1.559.488
Custo de mercadoria vendida - Premier Distribuidora	(1.432.949)	(1.905.947)
Fretes

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

CNPJ: 06.347.409/0001-65

Demonstrações Financeiras 2020

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

Imposto	31/12/2020	31/12/2019
FGTS	88.151	84.832
PIS/COFINS/IRPJ e CSLL	50.785	48.228
IRPJ e CSLL	94.650	92.304
IPI	169	25.596
PIS/COFINS	34	–
IOF	7.271	7.105
INSS	599	589
Outros	1.752	1.724
Total	243.411	260.379

(a) FGTS - Discute-se eventual falta de depósito do FGTS mensal e rescisório para colaboradores listados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do período de julho 2004 a 2017, no montante de R$ 88.151 (R$ 84.832 em dezembro de 2019). **(b) PIS/COFINS/IRPJ e CSLL -** Existem discussões no montante de R$ 49.322 (R$ 48.228 em dezembro de 2019) referente a CSLL referente às exclusões de valores no ano-calendário de 2014 a título de incentivos fiscais dos Estados da Paraíba e Minas Gerais e cobrança por creditamento de PIS e COFINS sobre insumos considerado indevido pela RFB. Discute-se, ainda, o montante de R$ 1.463 referente à multa agravada. **(c) IRPJ e CSLL -** A Companhia discute o montante de R$ 28.086 (R$ 27.583 em dezembro de 2019), por eventual falta de pagamento do IRPJ e CSLL decorrentes das exclusões de valores nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011 a título de incentivos e dos ajustes de estoque, ocorridos nos exercícios de 2009 e 2010. Discute também o montante de R$ 66.237 (R$ 64.590 em dezembro de 2019), por eventual falta de pagamento de IRPJ e CSLL, decorrente de exclusões de valores da base de cálculo no ano de 2015 a título de incentivos, e demais discussões perfazem o montante de R$ 327 (R$ 131 em 2019). **(d) IPI -** Existe discussão no montante de R$ 169 (R$ 25.596 em dezembro de 2019) por conta de suposta falta de recolhimento de IPI e Multa por suposto enquadramento incorreto na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados. **(e) IOF -** Discute-se eventual falta de pagamento de imposto sobre operações financeiras no montante de R$ 7.271 (R$ 7.105 em dezembro de 2019), do período de 2014 a 2015. **(f) INSS -** Discute-se eventual falta de pagamento de contribuição previdenciária diante de divergência em GFIP, no montante de R$ 599 (R$ 589 em dezembro de 2019). **(g) Outros -** Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedido de compensação e multa por estimativa de IRPJ, CSLL, PIS e II entre outras discussões, que perfazem o montante de R$ 1.752 (R$ 1.725 em dezembro de 2019). **Processos Estaduais:** A Companhia é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação e recomendação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado final do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados. Além dos valores já provisionados acima mencionados, em dezembro de 2020, a Companhia possui 22,6% da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Tratam-se de processos de ICMS decorrentes de autuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Maranhão, no montante de R$ 178.668 (R$ 180.539 em dezembro de 2019), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis. Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor das apurações realizadas pela Companhia considerada como indevida pelo Fisco. **Processos Municipais:** A Companhia possui, ainda, processos municipais, que somam, em dezembro de 2020, o montante de R$ 529 (R$ 932 em dezembro de 2019), e estão classificados como perda possível pelos seus advogados externos. A principal discussão refere-se à cobrança de ISS pelo Município de Extrema - MG para os exercícios de 2014 a 2016.

13. INVESTIMENTOS

	31/12/2020	31/12/2019
Lione Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	(4.123)	2.898
Total	(4.123)	2.898

A movimentação dos investimentos no exercício é apresentada a seguir:

Saldo de Investimento em 31 de dezembro de 2018	**8.738**
Resultado de equivalência patrimonial do exercício	(5.840)
Saldo de Investimento em 31 de dezembro de 2019	**2.898**
Resultado de equivalência patrimonial do exercício	(7.021)
Saldo de Investimento em 31 de dezembro de 2020	**(4.123)**

A movimentação dos investimentos estão apresentadas a seguir:

Investimento 31/12/2020	**Lione Comércio de Artigos Esportivos Ltda.**
Ativo	122.286
Passivo	126.409
Patrimônio líquido	(4.123)
Participação	99,9999%
Investimento	(4.123)
Prejuízo	(7.021)
Participação	99,9999%
Equivalência patrimonial	(7.021)

Investimento 31/12/2019	**Lione Comércio de Artigos Esportivos Ltda.**
Ativo	115.243
Passivo	112.345
Patrimônio líquido	2.898
Participação	99,9999%
Investimento	2.898
Prejuízo	(5.840)
Participação	99,9999%
Equivalência patrimonial	(5.840)

14. ATIVO IMOBILIZADO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2020	31/12/2019
Computadores e periféricos	20	130.205	(90.126)	40.079	33.053
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	58.244	(39.893)	18.351	21.689
Móveis e utensílios	10	166.451	(82.151)	84.300	73.193
Veículos	20	135	(119)	16	43
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	568.198	(223.717)	344.481	324.214
		923.233	(436.006)	487.227	452.192

A movimentação do imobilizado, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo final 31/12/2020
Computadores e periféricos	107.931	1.248	(618)	21.644	130.205
Máquinas, equipamentos e ferramentas	59.521	877	(2.810)	656	58.244
Móveis e utensílios	149.097	915	(8.039)	24.478	166.451
Veículos	135	–	–	–	135
Benfeitorias em imóveis de terceiros	528.744	219	(17.083)	56.318	568.198
Construções em andamento (a)	–	103.096	–	(103.096)	–
Custo do imobilizado	845.428	106.355	(28.550)	–	923.233
Computadores e periféricos	(74.878)	(15.821)	579	–	(90.126)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(37.832)	(4.495)	2.434	–	(39.893)
Móveis e utensílios	(75.904)	(12.544)	6.297	–	(82.151)
Veículos	(92)	(27)	–	–	(119)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(204.530)	(26.640)	7.453	–	(223.717)
Depreciação	(393.236)	(59.527)	16.757	–	(436.006)
Total do imobilizado líquido	452.192	46.828	(11.793)	–	487.227

A movimentação do imobilizado, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019 , está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final em 31/12/2020
Computadores e periféricos	109.842	1.536	(14.333)	10.886	107.931
Máquinas, equipamentos e ferramentas	53.158	2.362	(2.314)	6.310	59.521
Móveis e utensílios	124.588	3.662	(5.693)	26.540	149.097
Veículos	135	–	–	–	135
Benfeitorias em imóveis de terceiros	516.590	4.678	(12.115)	19.591	528.744
Construções em andamento (a)	–	63.327	–	(63.327)	–
Custo do imobilizado	804.313	75.570	(34.455)	–	845.428
Computadores e periféricos	(74.470)	(14.615)	14.170	37	(74.878)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(35.672)	(4.069)	1.909	–	(37.832)
Móveis e utensílios	(69.887)	(10.211)	4.170	24	(75.904)
Veículos	(65)	(27)	–	–	(92)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(176.785)	(32.563)	4.829	(61)	(204.530)
Depreciação	(356.879)	(61.485)	25.128	–	(393.236)
Total do imobilizado líquido	447.434	14.085	(9.327)	–	452.192

(a) O saldo de construções em andamento refere-se aos projetos de lojas que estão sendo reformadas. Os saldos são transferidos para as respectivas contas contábeis a medida que as obras se encerram e as lojas são inauguradas. **Avaliação de impairment:** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 1 (IAS 36), os itens do ativo imobilizado e intangível, que apresentem sinais de que suas custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A menor unidade geradora de caixa determinada pela Companhia para avaliar a recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis corresponde a cada uma de suas lojas. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis para o desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2020, não existiam indícios de perda na recuperação dos seus ativos e portanto não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda.

15. INTANGÍVEL - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2020	31/12/2019
Fundo de comércio	Conforme contrato	16.692	(11.463)	5.229	3.496
Software	20	257.472	(122.701)	134.771	114.078
Marcas direito e patente	10	43	(43)	–	2
		274.207	(134.207)	140.000	117.576

A movimentação do intangível, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Baixas	Transferência entre rubricas	Saldo final em 31/12/2020
Fundo de comércio	3.496	1.733	–	–	5.229
Software	114.078	21.020	–	–	135.098
Marcas direito e patente	2	–	–	–	2
Software em andamento	–	58.285	–	(58.285)	–
	117.576	81.038	–	(58.285)	140.329

	Moeda		31/12/2020
Capital de Giro (a)	R$	105% CDI ca + 3,8% a.a.	371.686
Financiamento de Bens (a)	R$	100% CDI + 4%a.a.a 13,10% a.a.	10.849
Empréstimos e financiamentos			**382.535**
Debênture (b)	R$	100% CDI + 3,4 % a.a.	230.000
Total de empréstimos e financiamentos			**612.535**

(a) São garantidos por alienação fiduciária dos bens. (b) Em 29 de junho de 2020, com o propósito de reforçar o caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Controladora, em série única, de emissão da SBF Comércio ("Debêntures"), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, em regime de garantia firme, no valor total de R$230.000.000,00. Como resultado da oferta de Debêntures, a SBF Comércio emitiu 230.000 debêntures em 06 de julho de 2020, no valor unitário de R$1.000,00. A Companhia não apresenta cláusulas restritivas exigidas nos contratos existentes na data-base. ***Resumo dos empréstimos e financiamentos conforme vencimento:***

	1 ano	2 anos	3 anos	+De 3 anos	Total
Capital de giro	90.464	120.083	76.988	77.727	365.262
Financiamento de bens	2.811	2.759	1.293	–	6.863
Empréstimos e financiamentos	**93.275**	**122.842**	**78.281**	**77.727**	**372.125**
Debêntures	–	74.366	75.955	76.441	226.762
Total	**93.275**	**197.208**	**154.236**	**154.168**	**598.887**

O quadro acima demonstra os empréstimos e financiamentos de acordo com os vencimentos originais.

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - CONSOLIDADO

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ	9.516	–
CSLL	3.663	–
PIS	1.691	4.065
COFINS	4.598	18.060
ICMS	59.494	37.748
ISS	927	491
IRRF	2.307	2.727
IPI (*)	42.046	–
Outros	1.928	812
Passivo Circulante	**126.220**	**63.903**

(*) Em relação ao montante do IPI acima verificado, ressaltamos que, nos termos do julgamento do Recurso Extraordinário 946.648/SC pelo Plenário do STF, que, na sistemática de repercussão geral, declarou constitucional a cobrança do IPI sobre a revenda de produtos importados e, nestes termos, os assessores externos do Companhia passaram a avaliar a discussão com probabilidade de perda provável. Diante de tal fato e do risco de cobrança por parte do Fisco Federal, a Companhia, conservadoramente, optou por provisionar o montante a ser eventualmente discutido, do período de janeiro 2016 a dezembro 2020, no valor de R$ 42.046.

20. IMPOSTOS PARCELADOS CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Parcelamentos de tributos Estaduais	61.427	91.820	62.220	93.261
Parcelamentos de tributos Federais	49.214	60.635	86.442	92.097
Parcelamentos de tributos Municipais	9	27	9	27
Total impostos parcelados	**110.650**	**152.482**	**148.671**	**185.385**
Passivo circulante	40.728	47.958	49.417	55.002
Passivo não circulante	69.872	104.524	99.254	130.385

As movimentações dos impostos parcelados para o período findo em 31 de dezembro de 2020 está demonstradas no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2019	**196.162**
Adesão dos impostos Estaduais	20.533
Adesão dos impostos Federais	29.719
Juros provisionados sobre parcelamentos	5.992
Reversão de Juros	(1.304)
Parcelas pagas	(65.717)
Saldo em 01/01/2020	**185.385**
Adesão dos impostos Estaduais	5.876
Juros provisionados sobre parcelamentos	14.350
Parcelas pagas	(56.940)
Saldo em 31/12/2020	**148.671**

No quadro abaixo estão as informações detalhadas em relação a esses parcelamentos, bem como os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante:

Estado	Circulante	Não Circulante	Total Geral	2021	2022	2023	2024	2025 em diante
RJ	10.656	18.531	29.187	10.656	7.875	–	–	–
MG	5.698	6.319	11.957	5.575	744	–	–	–
DF/GO	6.481	5.017	11.498	5.017	–	–	–	–
SP	1.841	2.944	4.785	1.841	1.103	–	–	–
Outros	2.201	2.592	4.793	1.722	852	18	–	–
Total Estaduais	**26.817**	**35.403**	**62.220**	**24.811**	**10.574**	**18**	**–**	**–**
Parcelamentos ordinários	14.249	34.494	48.743	14.249	12.247	7.998	–	–
Refis Lei 11.941	8.104	27.831	35.935	8.104	8.104	8.104	3.519	–
Outros	238	1.526	1.764	237	237	237	237	578
Total Federais	**22.591**	**63.851**	**86.442**	**22.590**	**20.588**	**16.339**	**3.756**	**578**
Campinas	9	–	9	–	–	–	–	–
Total Municipais	**9**	**–**	**9**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Total Parcelamentos	**49.417**	**99.254**	**148.671**	**47.401**	**31.162**	**16.357**	**3.756**	**578**

Parcelamentos estaduais: Adicionalmente, possuímos parcelamentos de tributos estaduais em andamento. Por exemplo, em São Paulo foi instituído o Programa Especial de Parcelamento - PEP (Decreto nº 62.709, de 19 de julho de 2017 e Decreto nº 60.599, de 04 de julho de 2014), cujo saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$ 4.785 (R$ 2.630 em 31 de dezembro de 2019). Em Minas Gerais, foram instituídos os Programas Regularize (Lei nº 22.549 de 30 de junho de 2017) e Minas em Dia (Decreto nº 43.839, de 29 de julho de 2004), sendo o saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$ 11.957 (R$ 158.159 em 31 de dezembro de 2019). Já no Estado do Rio de Janeiro foram estabelecidos parcelamentos ordinários (Decreto nº 44.007 de 27 de dezembro de 2012) e adesão ao Programa Especial de Pagamentos de Débitos Tributários - "PPD 2018" (Decreto nº 46.453, de 10 de outubro de 2018), sendo o saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$ 29.187 (R$ 41.441 em 31 de dezembro de 2019). No Distrito Federal os parcelamentos ordinários firmados com o estado foram migrados para o parcelamento Especial instituído pela Lei Complementar nº 976/2020, o saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$ 11.498 (R$ 23.275 em 31 de dezembro de 2019). Nos Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram realizados parcelamentos ordinários (Lei nº 11.580/96 e RICMS/2017, RICMS/SC e Portaria SEF nº 080/2011, Instrução Normativa DRP nº 045/98, respectivamente) sendo o saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$ 2.220 (R$ 3.877 em 31 de dezembro de 2019). Os parcelamentos de outros Estados a serem pagos pela Companhia em aberto, em 31 de dezembro de 2020 R$ 2.573, (R$ 3.876 em 31 de dezembro de 2019). Assim divididos: Estado da Bahia - R$ 2.291; Estado do Espírito Santo - R$ 256; Estado de Sergipe - R$ 6; Estado do Tocantins - R$ 20. **Parcelamentos federais:** Aderimos a parcelamentos especiais concedidos pela Receita Federal do Brasil - RFB, de débitos administrados pela própria RFB, ou pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em conformidade com as Leis nº 11.941/2009 (Refis da Crise), Lei nº 12.996/2014 (Refis da Copa). O saldo em aberto dos referidos programas de parcelamento federais, em 31 de dezembro de 2020 R$ 86.442 (R$ 92.096 em 31 de dezembro de 2019).

21. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	31/12/2020	31/12/2019
Provisões de férias e 13º salário	35.025	32.909
Salários a pagar	15.671	16.108
Provisões para participação nos lucros	1.144	32.164
Obrigações com pessoal a pagar	692	1.610
Contribuições a recolher	219	232
Pensão alimentícia	42	57
Obrigações trabalhistas	52.793	82.480
INSS a recolher	15.858	65.137
FGTS a recolher	2.737	2.736
INSS retido a recolher	1.862	675
Obrigações previdenciárias	20.457	68.548
Total de Obrigações	**73.250**	**151.028**

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era R$ 783.054 dividido em 2.054.103.161 ações ordinárias sem valor nominal, em 31 de dezembro 2019 era de R$ 523.132 dividido em 523.131.250 ações. A reserva de capital com ágio era de R$ 71.050 em 2020 e 2019. Em 30 de junho de 2020 foi aprovado um aumento de capital social da Companhia via integralização do adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), no valor de R$ 1.530.972, mediante a emissão de 1.530.971.911, novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 totalmente integralizadas pela Grupo SBF S.A. Em 31 de dezembro de 2020 foi aprovado um diminuição de capital social da Companhia, no valor de R$ 1.200.000.000, sem a diminuição de ações ordinárias nominativas ou participações. O controle acionário da SBF Comércio, está distribuído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2020:

	2020	
Acionista	**Quantidade**	**%**
Grupo SBF S.A.	2.053.333.161	99,96%
Store Engenharia e Instalações Ltda.	770.000	0,04%
	2.054.103.161	100,00%

	2019	
Acionista	**Quantidade**	**%**
Grupo SBF S.A.	522.361.250	99,85%
Store Engenharia e Instalações Ltda.	770.000	0,15%
	523.131.250	100,00%

b. Lucro por ações - consolidado: A Companhia calcula o resultado básico por cotas mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos cotistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ativas ordinárias em circulação para o período. Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Numerário básico/diluído - Controladora	**2020**	**2019**
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(112.225)	505.082
Média ponderada de ações	1.416.198	523.131
Resultado básico por ação - R$	**(0,08)**	**0,97**

c. Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do período e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **d. Reserva incentivos fiscais:** A Companhia estabeleceu centros de distribuição nos Estados da Paraíba e Minas Gerais, onde foi concedido incentivos fiscais pelo governo local, que reduzem o valor dos impostos sobre venda pagos, aumentando efetivamente o valor da receita líquida reconhecida. Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da conta de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 64.879 (R$ 100.896 em 30 de dezembro de 2019). Devido a Companhia apresentar prejuízo em exercícios anteriores, a reserva de incentivo fiscal não foi constituída, porem em 2019 que a Companhia apresentou um lucro e houve a constituição do montante de R$ 439.031, parte referente ao benefício gerado no exercício e o saldo remanescente para recompor os benefícios recebidos em anos anteriores. Devido ao prejuízo apurado no exercício corrente, houve a reversão desta reserva no montante de R$ 112.225. Os recursos promovidos pelos incentivos fiscais não serão distribuídos como dividendos e serão incorporados às reservas a medida da geração de lucro tributável da Companhia.

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	31/12/2020			31/12/2019		
Receita operacional bruta	**Varejo**	**Atacado**	**Total**	**Varejo**	**Atacado**	**Total**
Venda de mercadorias	2.814.132	1.658.764	4.472.896	3.134.149	2.329.909	5.464.058
Prestação de serviços	23.506	38	23.544	9.411	35	9.446
Impostos incidentes						
Venda de mercadorias	(678.962)	(275.388)	(954.350)	(741.531)	(390.421)	(1.131.952)
ICMS - Incentivos Fiscal [1]	64.879	–	64.879	100.896	–	100.896
Prestação de serviços	(2.243)	(3)	(2.246)	(953)	(6)	(959)
Devoluções						
Venda de mercadorias	(26.141)	–	(26.141)	(11.745)	–	(11.745)
Receita líquida de vendas	**2.195.171**	**1.383.411**	**3.578.582**	**2.490.227**	**1.939.517**	**4.429.744**

[1] Veja nota explicativa 22.d sobre os incentivos fiscais da Companhia.

As vendas em atacado são destinadas a empresas Franqueadas e Distribuidora, se referem a operações de venda entre as Empresas da controladora Grupo SBF S.A., conforme nota explicativa nº 11. **Receita do mercado de varejo e E-commerce:** A receita bruta de mercadorias do mercado de varejo (lojas físicas) e e-commerce correspondente a seis meses está apresentada abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Varejo (lojas físicas)	1.760.567	2.504.223
E-Commerce	1.053.565	629.926
Receita Bruta	**2.814.132**	**3.134.149**

Em termos de região geográfica, as vendas da Companhia estão substancialmente concentradas na região Sudeste do país, por concentrar a maior quantidade de lojas e também por ser a região com maior densidade demográfica. A seguir, apresentamos nossa receita líquida com venda de mercadorias, por região:

	31/12/2020	31/12/2019
Sudeste	1.885.775	1.908.051
Nordeste	384.110	521.652
Sul	246.767	355.804
Centro-Oeste	166.906	217.628
Norte	130.574	131.014
Receita bruta de vendas	**2.814.132**	**3.134.149**

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de rereconhecimento da receita
Venda de mercadorias	Os clientes obtêm controle quando as mercadorias são entregues e aceitas. As faturas são emitidas naquele momento. • **Venda de mercadorias no varejo:** A Companhia opera com redes que possuem estabelecimentos em shopping centers voltados a comercialização de produtos esportivos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Companhia transfere a propriedade de um produto para o cliente que ocorre no mesmo momento do pagamento dos produtos em nossas lojas físicas. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito ou em dinheiro. • **Tipo de produto:** Natureza época do cumprimentos das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas. • **Venda de mercadorias através do E-commerce:** A Companhia opera com comércio eletrônico por meio do site centauro.com.br, para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador que ocorre na entrega dos produtos no destino escolhido pelo comprador. Os clientes possuem o direito de troca ou devolução de produtos. As mercadorias são trocadas somente por novas mercadorias. Em alguns casos que representam uma parcela extremamente reduzida em nossos negócios, ocorre a devolução do dinheiro ao cliente. A Companhia não possui nenhum programa de fidelidade que estabeleça descontos por acúmulo de pontos.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Nos casos de devolução e troca a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada não ocorrerá. Portanto, quando relevante, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. A Companhia reavalia sua expectativa de devolução na data-base do balanço.
Prestação de serviços	• A Companhia reconhece receitas com fretes por meio de serviços de logística prestados a clientes no segmento de varejo por meio da controlada VBLOG Logística e Transporte Ltda. • A prestação de serviços de transporte ocorre quando os CTEs - Conhecimento de Transporte Eletrônico são emitidos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.	A receita é reconhecida conforme os serviços são prestados sendo que a prestação, na expressiva maioria dos casos, se inicia e conclui no mesmo dia. O preço de venda é individual, determinado com base nos preços de tabela em que a Companhia vende serviços em transações separadas.

24. CUSTO DAS VENDAS - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	31/12/2020	31/12/2019
Custo da revenda de mercadorias	(1.239.781)	(1.281.751)
Custo da revenda - Atacado	(1.432.949)	(1.905.947)
Custo de fretes e logística	(32.022)	(30.381)
	(2.704.752)	**(3.218.079)**

Os custo das vendas para empresa Premier Distribuidora são separados na rubrica de " Custos de revenda - Atacado", se referem operações de venda entre as Empresas da controladora Grupo SBF S.A., conforme nota explicativa nº 11.

continua →☆

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

CNPJ: 06.347.409/0001-65

Demonstrações Financeiras 2020

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

25. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(284.097)	(329.293)	(284.097)	(329.293)
Utilidades e serviços	(120.352)	(87.873)	(120.352)	(87.873)
Depreciação de direito de uso	(113.508)	(102.728)	(113.508)	(102.728)
Promoções	(92.169)	(53.849)	(92.169)	(53.849)
Depreciação e amortização	(57.160)	(52.566)	(57.160)	(52.566)
Ocupação	(43.087)	(48.730)	(43.087)	(48.730)
(–) Descontos sobre arrendamentos	44.155	–	44.155	–
Taxa administrativa	(50.563)	(41.694)	(50.563)	(41.694)
Serviços de terceiros	(33.686)	(15.202)	(33.686)	(15.202)
Contingências	–	27.135	–	27.135
Outras despesas	(35.565)	(33.945)	(35.565)	(33.945)
Total das despesas com vendas	(786.032)	(738.745)	(786.032)	(738.745)
Pessoal	(25.617)	(61.146)	(25.617)	(61.146)
Utilidades e serviços	(24.429)	(28.882)	(24.433)	(28.908)
Depreciação e amortização	(38.223)	(37.279)	(38.223)	(37.279)
Serviços de terceiros	(39.949)	(33.094)	(40.461)	(33.511)
Depreciação de direito de uso	(14.839)	(10.173)	(14.839)	(10.173)
Ocupação	(616)	(1.921)	(616)	(1.921)
(–) Descontos sobre arrendamentos	1.953	–	1.953	–
Promoções	(900)	(1.818)	(900)	(1.818)
Contingências	(22.524)	(21.296)	(26.716)	(21.172)
Outras despesas	(35.145)	(12.576)	(35.297)	(13.017)
Total das despesas administrativas	(200.306)	(208.185)	(205.149)	(208.945)

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ajuste a valor presente (AVP)	20.686	26.706	20.686	26.706
Atualização monetária de impostos	49.748	175.338	50.639	175.589
Atualização monetária de depósitos judiciais	185	–	2.070	–
Variação cambial ativa	7.158	2.286	7.158	2.286
Receitas de aplicações financeiras	14.808	3.753	15.049	3.754
Descontos obtidos	68	–	69	–
Juros e multas recebidos	3	3	3	3
Outras	1.896	2.183	1.898	8.245
Receitas financeiras	94.552	210.269	97.572	216.583
Juros sobre contencioso	(16.699)	(3.449)	(15.559)	(4.338)
Juros de arrendamento mercantil	(96.819)	(83.689)	(96.819)	(83.689)
Juros sobre empréstimos	(7.497)	(10.039)	(7.497)	(16.364)
Ajuste a valor presente (AVP)	(16.850)	(24.601)	(16.850)	(24.601)
Juros sobre desconto de duplicatas	(5.643)	(6.490)	(5.643)	(6.490)
Juros sobre atraso de impostos	(11.934)	(7.960)	(11.934)	(7.960)
Tarifas e taxas bancárias	(3.179)	(6.328)	(4.664)	(7.511)
Juros sobre parcelamentos de tributos	(4.320)	(5.890)	(14.350)	(5.992)
Variação cambial passiva	(5.568)	(2.603)	(5.568)	(2.603)
Juros sobre pagamentos em atraso	(3.915)	(261)	(3.916)	(261)
Juros sobre contratos de mútuos	–	(223)	–	(223)
Outras despesas financeiras	(12.561)	(353)	(11.554)	(2.515)
Impostos sobre operações financeiras	(59)	(125)	(59)	(125)
Despesas financeiras	(185.044)	(152.011)	(194.413)	(162.672)
Receitas (Despesas) financeiras líquidas reconhecidas no resultado	**(90.492)**	**58.258**	**(96.841)**	**53.911**

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. No período encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuia uma política formalizada de gerenciamento de riscos, porém possui Conselho de Administração que direciona e acompanha as práticas que norteiam a gestão de riscos que incluem estratégias de minimização de potenciais riscos cambiais, de taxa de juros, de crédito e de liquidez. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **Gerenciamento de risco financeiro:** Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de taxas de câmbio; • Risco de taxas de juros; Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **Estrutura de gerenciamento de risco:** ***Risco de crédito:*** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso, um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e por aplicações financeiras. O risco de crédito da Companhia são as adquirentes de cartão de crédito, responsáveis por 98,74% dos recebíveis no balanço da Companhia. Todas as vendas da Companhia nas lojas ou no E-commerce são efetuadas por meio de cartão de créditos ou pagamento à vista, via boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito. Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações Financeiras - Circulante	147.504	83.968	147.504	83.968
Clientes e administradoras de cartões de crédito	3.189.981	1.849.506	3.189.981	1.847.052
Outras contas a receber	14.876	12.988	17.620	17.094
Aplicações financeiras - Não circulante	324	536	324	536
	3.352.685	1.946.998	3.355.429	1.948.650

Devido a característica de seu negócio a Companhia não possui níveis diferenciados de risco de crédito por região, perfil de cliente, concentração de vendas riscos distintos nas modalidades de vendas em lojas físicas e E-commerce. ***Risco de liquidez***: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Devido a pandemia da COVID-19 a companhia adotou a estratégia de antecipar os recebíveis para aumentar sua liquidez adotando uma postura conservadora diante as incertezas do cenário econômico mundial. Como principal estratégia, a Companhia mantém contratos de antecipação de recebíveis que são acionados caso seja necessário. No primeiro trimestre de 2020 a companhia antecipou grande parte destes recebíveis como método de precaução ao cenário econômico, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia tinha saldo de antecipação de recebíveis a amortizar junto as administradoras de cartão de crédito nos valores de R$ 4.241 (R$ 10.905 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a fornecedores e outras contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2020, os fluxos de caixa esperados provenientes do contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses era de R$365.364 (R$ 338.682 em dezembro de 2019).

Índice de endividamento - consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações a curto prazo	(3.643.670)	(2.199.938)	(3.648.211)	(2.209.574)
Caixas e equivalentes	167.737	104.929	167.964	104.945
Contas a receber de cartão de crédito	3.189.981	1.849.506	3.189.981	1.847.052
	(285.952)	(245.503)	(290.266)	(257.577)
Patrimônio líquido	1.206.164	987.417	1.206.164	987.417
Índice de endividamento liquido	24%	25%	24%	23%

As obrigações de curto prazo representam o total do passivo circulante. A Companhia apresentava em 31 de dezembro de 2020, capital circulante líquido consolidado positivo de R$ 731.644 (R$ 802.759 em 31 de dezembro de 2019), ou seja, uma variação negativa de R$ 71.115. No período de 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresentou prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social consolidado de R$ 207.164 (lucro de R$ 726.065 no mesmo período de 2019). *Exposição ao risco de liquidez:* A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação. A Companhia acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de gerar recebíveis à vista por meio de venda da carteira de recebíveis. Os pagamentos a fornecedores, por sua vez, têm vencimentos que chegam a 150 dias após o recebimento em nosso Centro de Distribuição e historicamente temos conseguido aumentar esses prazos devido a nossa relevância para os fornecedores. Assim, a Companhia utiliza os recursos das vendas do período para quitar as compras feitas no período anterior, garantindo assim equilíbrio financeiro para quitar os vencimentos de curto prazo. A maioria dos empréstimos e financiamentos estão no longo prazo, sendo que apenas 15,6% serão liquidados com prazo nos próximos 12 meses, com custo médio aproximado de CDI + 3,21% a.a..

31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	551.444	549.725	354.217	195.508	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	372.125	406.967	3.069	105.904	134.013	163.981	–
Debêntures	226.762	254.842	–	9.381	85.260	160.201	–
Impostos parcelados	148.671	148.671	8.967	40.450	47.401	51.276	577
Arrendamentos a pagar	1.186.070	1.186.070	16.392	93.661	253.436	251.005	571.576
Outras contas a pagar	57.115	57.115	57.115	–	–	–	–
	2.542.187	2.603.390	439.760	444.904	520.110	626.463	572.153

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	653.082	653.082	639.343	13.739	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	34.589	35.584	21.870	5.387	4.155	3.969	203
Impostos parcelados	185.385	185.385	10.290	44.710	42.448	75.633	12.304
Arrendamentos a pagar	1.144.953	1.144.953	12.882	79.793	171.238	177.651	703.389
Outras contas a pagar	32.439	32.439	32.439	–	–	–	–
	2.050.448	2.051.443	716.824	143.629	217.841	257.253	715.896

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. ***Risco de taxas de câmbio:*** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não havia nenhum empréstimo em moeda estrangeira destinado a importação em aberto. ***Risco de taxas de juros:*** Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os empréstimos e financiamentos, em sua maioria pós-fixados, tomados pela Companhia. As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos. Nas demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia corresponde a:

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	167.737	104.929	167.964	104.945
Aplicações financeiras - não circulantes	324	536	324	536
Empréstimos e financiamentos	(372.125)	(34.589)	(372.125)	(34.589)
Debêntures	(226.762)	–	(226.762)	–
	(430.826)	70.876	(430.599)	70.892

Análise de sensibilidade: ***Taxa de juros:*** O risco da companhia decorre das operações com aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos atreladas ao CDI. Em 31 de dezembro de 2020 a companhia efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI): Para análise de sensibilidade, a Companhia utilizou o CDI previsto no relatório FOCUS (2%) acrescido de 3,21%, os cenários consideram variações de 25% e 50% respectivamente do CDI.

	Aumento dos Juros		Redução dos Juros	
	2020	Provável	Possível (+) 25%	Remoto (+) 50%	Possível (–) -25%	Remoto (–) -50%
Aplicações financeiras	147.828	7.702	9.628	11.553	5.777	3.851
Empréstimos e financiamentos	(372.125)	(19.388)	(24.235)	(29.082)	(14.541)	(9.694)
Debêntures	(226.762)	(11.814)	(14.768)	(17.721)	(8.861)	(5.907)

Valor justo: ***Valor justo versus valor contábil:*** Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes", considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos. A Companhia possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto e longo prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.

As taxas aplicadas nas operações de empréstimos e financiamentos estão apresentadas ao longo na nota explicativa 18.

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Mensurados pelo custo amortizado				
Caixas e equivalentes de caixa	20.460	20.460	20.977	20.977
Aplicações financeiras	147.828	147.828	84.504	84.504
Contas a receber	3.189.981	3.189.981	1.847.052	1.847.052
Outras contas a receber	17.620	17.620	17.094	17.094
	3.375.889	3.375.889	1.969.627	1.969.627
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	372.125	372.125	34.589	34.589
Debêntures	226.762	226.762	226.762	226.762
Arrendamentos	1.186.070	1.186.070	1.144.953	1.144.953
Fornecedores	3.138.881	3.138.881	1.781.799	1.781.799
Parcelamentos tributários	148.671	148.671	185.385	185.385
	5.072.509	5.072.509	3.146.726	3.146.726

Hierarquia de valor justo: Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias: • **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3** - Inputs, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia detém instrumentos financeiros qualificados nos níveis 1 e 2, correspondentes à caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Companhia, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

	31/12/2020	Nível 1	Nível 2
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	20.460	20.460	–
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	147.504	–	147.504
Aplicações financeiras	324	–	324
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	372.125	–	372.125
Debêntures	226.762	–	226.762
	31/12/2019	**Nível 1**	**Nível 2**
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	20.977	20.977	–
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	83.968	–	83.968
Aplicações financeiras	536	–	536
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	34.589	–	34.589

Análise de sensibilidade das premissas: As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela área de finanças corporativas da Companhia. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. Os empréstimos captados às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A diretriz da Companhia é a de manter substancialmente seus empréstimos com pagamento em taxa de juros variáveis ao CDI. Visando minimizar riscos, a Companhia tem como prática a manutenção de hedge natural composto por ativos financeiros e recebíveis corrigidos a taxas de juros. A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica, são simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e hedge natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. O saldo da rubrica "Contas a receber" está distribuído entre as administradoras de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. Basicamente 98,74% do recebíveis da Companhia é cartão de crédito.

Diretoria

Pedro Zemel - CEO **José Luis Salazar** - CFO

Contadora

Cristiane Silva - CRC 1SP 266056/O-4

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Diretor Presidente Diretor Administrativo e Financeiro e de RI: Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017), a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020, autorizando sua conclusão nesta data.

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017), a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020, emitido nesta data.

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Diretor Presidente Diretor Administrativo e Financeiro e de RI. A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

São Paulo, 30 de março de 2021

Pedro de Souza Zemel Diretor-Presidente
José Luís Magalhães Salazar Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Claudio de Assis Abreu Diretor Comercial
Gustavo de Lima Furtado Diretor de Clientes
Olivia Gryschek Diretor de Gente e Gestão
Mauricio Nogueira Diretor de Supply Chain
Marcel de Araújo Viana Diretor de Inovação e Tecnologia
Thiago Rebelo Diretor de Operações

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).*

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

RECONHECIMENTO E REALIZAÇÃO DE ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

Veja a Nota 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ativos fiscais diferidos relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, cuja recuperação depende da geração de lucros tributáveis futuros. Esta projeção é feita com base no plano de negócios da Companhia, e utiliza premissas como taxa de crescimento da receita, estimativa de crescimento das despesas e de margem de contribuição para fundamentar a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos. Devido ao maior risco de distorções relevantes, fruto do alto grau de incerteza na utilização de premissas para projeção dos lucros tributáveis futuros e do impacto que eventuais alterações nessas premissas poderia trazer para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas do plano de negócio da Companhia utilizadas e comparamos com dados obtidos de fontes externas tais como índices de inflação, projeção de crescimento de mercado, estimativa do PIB, percentual de crescimento histórico das despesas e margem de contribuição, assim como analisamos os resultados históricos da Companhia utilizados como base de projeção. Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia e na nossa auditoria, a natureza das diferenças temporárias, a base do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social utilizados para registro dos ativos fiscais diferidos. Analisamos as divulgações relacionadas ao reconhecimento dos ativos fiscais diferidos nas demonstrações financeiras. Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumarizados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis o saldo dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações correlatas, no contexto das demonstrações financeiras.

PROCESSOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA

Veja a Nota 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos relativos a tributos decorrentes do curso normal de seus negócios. A mensuração, a classificação da probabilidade de perda e o reconhecimento contábil da provisão, assim como a divulgação de passivos contingentes requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos. Devido julgamento significativo relativo aos processos de natureza tributária, inclusive das estimativas contábeis na classificação da probabilidade de perda, que apresentam alto grau de incerteza na estimativa, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.	Avaliamos as práticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências fiscais e divulgação dos passivos contingentes relacionadas à tributos, incluindo as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas. Obtivemos as confirmações junto aos consultores legais externos que representam a Companhia nos processos judiciais e administrativos relativos aos aspectos fiscais, e confrontamos com os valores contabilizados e divulgados nas demonstrações financeiras. Também obtivemos as movimentações no ano para as provisões de contingências fiscais e aplicamos testes documentais por amostragem. Para os processos tributários mais significativos, envolvemos nossos especialistas da área Legal para comparar a avaliação da Companhia com a jurisprudência aplicável às teses fiscais. Avaliamos ainda a adequação das divulgações relacionadas às provisões para contingências fiscais e contingências fiscais com classificação de perda possível nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as provisões para contingências fiscais registradas e divulgados são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração sobre os resultados consolidados.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relac

BAUMER S/A

Companhia Aberta - CNPJ nº 61.374.161/0001-30 - NIRE 35.300.027.213

Aviso aos Acionistas

Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na Sede Social, os documentos a que refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, com as alterações da lei 10.303/01, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020.Mogi Mirim/SP, 29/03/2021.

Boviel-Kyowa S.A. Consultoria e Planejamento - Em Liquidação

CNPJ nº 43.519.966/0001-42

Edital de Convocação da AGO/AGE

Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em AGO/AGE, a realizar-se no dia 23/04/2021, em 1ª convocação às 10h00 e, em 2ª convocação, às 13h00, à Estrada da Penha, 1.301, Sala 2 - Jardim Anajá - Anajá/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I) Aprovação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras da Sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; II) Fixação da remuneração anual global do Liquidante de 2021; III) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Anajá, SP, 17/03/2021. Tsukasa Arakawa, Liquidante. Aviso aos Acionistas - Estarão a disposição dos Srs. Acionistas, a Rua Tiuro Preto, 1581, Takaupé, SP/SP, os documentos a que se refere o artigo 133, Lei 6.404/76, relativo ao exercício encerrado em 31/12/2020. Anajá, SP, 17/03/2021. Tsukasa Arakawa, Liquidante.

Bahema Educação S.A. CNPJ/ME nº 45.987.245/0001-92 - NIRE 35.300.185.366

Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos Senhores Acionistas da **Bahema Educação S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1656, 9º andar, conjunto 94, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 45.987.245/0001-92 ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2021, encontram-se disponíveis para consulta na sede da Companhia, em seu website (ri.bahema.com.br) e nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/). São Paulo, 31 de março de 2021. **Guilherme Alfonso Ferreira Filho** - Diretor de Relação com Investidores.

Inova Saúde São Paulo SPE S.A.

CNPJ nº 20.815.862/0001-80

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sªs.: os Balanços Patrimoniais levantados em 31/12/2020 e 31/12/2019, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Demonstrações do Resultado Abrangente, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se tenham necessários.

São Paulo, DF, 06 de abril de 2021

A Diretoria

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.205	1.922
Ativo financeiro de concessão	6	36.920	33.513
Contas a receber	7	12.900	7.482
Impostos e contribuições a compensar	8	825	1.077
Adiantamentos a fornecedores	9	12.829	11.623
Outras contas a receber		297	811
		78.977	**56.228**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos diferidos	16.1	8.515	5.782
Ativo financeiro de concessão	6	176.051	178.097
		184.566	**183.809**
Ativo Imobilizado		16	19
Ativo intangível	11.1	1.463	–
Ativo financeiro em formação	12	157.487	31.302
		343.532	**215.127**
Total do ativo		**422.509**	**271.355**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Fornecedores	10	14.991	6.750
Empréstimos e financiamentos	13	135.212	131.309
Arrendamento Mercantil	11.2	629	–
Obrigações e encargos trabalhistas		1.407	1.189
Obrigações tributárias	14	1.115	863
Partes relacionadas	15	40.124	–
Dividendos		149	49
		192.727	**140.160**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	–	84
Arrendamento mercantil	11.2	1.265	–
Partes relacionadas	15	233	578
Impostos diferidos	16.2	53.423	37.776
Adiantamento de clientes	17	74.480	19.399
Provisões	18	6.811	3.311
Receita Diferida	19	3.211	1.862
		137.923	**62.931**
		330.650	**203.091**
Total do passivo			
Patrimônio líquido			
Capital social	20.1	40.799	32.516
Reserva de lucros		51.121	36.348
Total do patrimônio líquido		**91.859**	**68.864**
Total do passivo e patrimônio líquido		**422.509**	**271.355**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de Reais)

	Notas	Capital Social Subscrito	A integralizar	Integralizado	Reserva de Lucros Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros do exercício	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2018		**52.000**	**(19.484)**	**32.516**	**1.773**	**33.340**	–	**67.629**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	4.936	**4.936**
Constituição da reserva legal		–	–	–	247	–	(247)	–
Constituição da reserva de lucros		–	–	–	–	4.689	(4.689)	–
Dividendos	20.2	–	–	–	–	(3.701)	–	**(3.701)**
Em 31 de dezembro de 2019		**52.000**	**(19.484)**	**32.516**	**2.020**	**34.328**	–	**68.864**
Integralização de capital social	20.1	–	8.223	**8.223**	–	–	–	**8.223**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	14.871	**14.871**
Constituição da reserva legal		–	–	–	744	–	(744)	–
Constituição da reserva de lucros		–	–	–	–	–	(14.129)	–
Dividendos	20.2	–	–	–	–	–	(99)	**(99)**
Em 31 de dezembro de 2020		**52.000**	**(11.261)**	**40.739**	**2.763**	**48.328**	–	**91.859**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Receitas líquidas	–	166.839	63.994
Custos dos serviços prestados	22	(154.631)	(60.634)
Lucro bruto	21	**12.208**	**3.360**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(8.245)	(7.327)
Outras despesas/receitas operacionais	–	738	–
Lucro/prejuízo antes do resultado financeiro		**4.702**	**(3.967)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24	31.348	24.062
Despesas financeiras	25	(12.978)	(12.751)
		18.369	**11.311**
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição Social		**23.072**	**7.344**
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	16.3	(8.200)	(2.408)
Lucro líquido do exercício		**14.871**	**4.936**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	14.871	4.936
Resultado abrangente do exercício	**14.871**	**4.936**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações do fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social	23.072	7.344
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades gerados pelas atividades operacionais		
Margem na construção	(14.045)	(2.710)
Despesas gerais e administrativas	293	2
Encargos sobre empréstimos	4.294	12.063
Receitas financeiras	(27.348)	(24.566)
Reequilíbrio financeiro	(7.152)	–
Provisões	3.500	3.311
Variação Receita diferida	(116)	(116)
Apropriação dos impostos diferidos (PIS COFINS)	4.755	917
	(12.747)	**(3.754)**
Variações em saldos de ativos e passivos		
Ativo financeiro de concessão	29.509	28.437
Contas a receber de clientes	(301)	(292)
Impostos e contribuições a compensar	276	891
Adiantamentos a fornecedores	(1.206)	(8.471)
Outras contas a receber	313	9
Fornecedores	7.341	(1.563)
Obrigações e encargos trabalhistas	220	192
Obrigações tributárias	253	(33)
Adiantamento de clientes	55.080	8.579
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**19.738**	**23.125**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições do ativo financeiro em formação	(113.121)	(20.195)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(113.121)**	**(20.195)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com terceiros		
Captação/pagamento de empréstimo e financiamento	(336)	(2.804)
Captação de Mútuo com partes relacionadas	40.124	–
Caixa proveniente/utilizado nas atividades de financiamento com terceiros	**39.788**	**(2.804)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com acionistas		
Capital social	8.223	–
Contas-correntes com partes relacionadas	(345)	345
Dividendos	–	(4.000)
Caixa proveniente/utilizado nas atividades de financiamento com acionistas	**7.878**	**(3.654)**
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	13.283	(2.958)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.922	4.780
No fim do exercício	15.205	1.922
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	13.283	(2.958)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

registrados no ativo, passivo e demonstrações do resultado. 1.1. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos registrados no Ativo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Imposto fiscal de exercícios anteriores	1.352.948	1.352.948
Prejuízo fiscal do exercício	991	–
Bases temporárias	11.266	4.659
Base ajustada	25.043	17.007
Imposto de renda diferido	6.261	4.251
Contribuição social diferido	2.254	1.531
Imposto de renda e contribuição social registrados no ativo	**8.515**	**5.782**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumuladas e diferenças temporárias são reconhecidos contabilizados levando-se em consideração a análise de lucros tributários futuros, fundamentada em estudos técnicos com base em premissas internas e externas e em ativais cenários macroeconômicos aprovados pela Administração da Companhia. As bases temporárias são constituídas dos valores de provisão para reinvestimentos deduzidos da soma das adições temporárias. Financeiras, das perdas de ativos e provisões para a possível saída de recursos decorrentes da negociação com o fornecedor SPDM Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. **1.2. Imposto de renda diferido no passivo:** Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de R$ 53.423 (R$ 37.732 em 2019), representados por diferenças temporárias, decorrentes da receita total da construção, variações monetárias sobre o ativo financeiro e receitas financeiras de reequilíbrio financeiro. Com base na IN 1700 de 2017 RFB, os valores de Pis/Cofins e IRPJ/CSLL sobre receitas e medição em que a Companhia recebe os pagamentos correspondentes determinados no contrato de concessão.

Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ")

	31/12/2020	31/12/2019
Receita Bruta	11.278	8.586
Variação monetária do ativo financeiro	14.111	10.509
Outras	3.164	–
	28.553	**19.095**
Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")		
Ativo financeiro de concessão	4.060	3.091
Variação monetária do ativo financeiro	5.102	3.783
Outras	1.636	–
	9.769	6.874
Programa de Integração Social ("PIS")		
Ativo financeiro de concessão	2.399	1.747
Variação monetária do ativo financeiro	366	273
Outras	1.066	–
	2.831	2.020
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")		
Ativo financeiro de concessão	11.072	8.061
Variação monetária do ativo financeiro	2.267	1.681
Outras	351	–
	13.690	9.742
Total dos impostos diferidos passivos	**53.423**	**37.732**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Inova Saúde São Paulo SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de São Paulo - SP, constituída em julho de 2014, e tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de São Paulo, O Governo do Estado de São Paulo, via sua Secretaria de Estado da Saúde, com o intuito de aumentar a oferta de serviços assistenciais de saúde prestados à população, identificou especialidades ainda não supridas pelo Poder Público. Diante disso, transferiu a iniciativa privada a construção de novos Complexos Hospitalares, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, bem como a prestação dos serviços "Bata Cinza", visando aprimorar o atendimento aos pacientes e ampliando o atendimento e a oferta de serviços e, nessas condições, a opção que melhor se adequou aos interesses do Estado de São Paulo e ao interesse público foi a contratação de Parceria Público-Privada, no modelo de Concessão Administrativa. O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo autorizou a contratação desta Concessão Administrativa, aprovando sua modelagem e incluindo o projeto no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo, em ato publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 17/10/2014 - Poder Executivo - Seção I - página 5. O objeto do Contrato de Concessão Administrativa dos Serviços "Bata Cinza" no Complexo Hospitalar e a realização das obras e investimentos para a construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, nos termos das disposições do Contrato, assim resumido: I. Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Complexo Hospitalar, objeto do Contrato; II. Construção e implantação do Complexo Hospitalar; III. Fornecimento, instalação, atualização e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares necessários ao Complexo Hospitalar objeto do Contrato; IV. Fornecimento, instalação, atualização e manutenção dos mobiliários necessários ao funcionamento do Complexo Hospitalar objeto do Contrato; v. Prestação dos Serviços "Bata Cinza"; VI. Obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto do Contrato. O prazo desta Concessão Administrativa será de 20 (vinte) anos, contados a partir da data de assinatura do Termo de Transferência inicial pelas Partes (01 de setembro de 2015 Hospital Estadual de São José dos Campos e, 17 de julho de 2019 Hospital Centro de Referência da Saúde de Mulher). O Hospital Centro de Referência e Saúde da Mulher encontra-se em fase de construção com previsão de conclusão em junho de 2022. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação:** As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 29 de março de 2021. Em conformidade com a Orientação OCPC 07 - Evidenciação da Divulgação do Pronunciamento Conceitual Básico (R1) e Outros Pronunciamentos Técnicos e Ofícios-Circulares Contábil - Financeiros de "Propósito Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. **3. Principais práticas contábeis adotadas: 3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020: a) Definição de um negócio (alterações à IFRS 3):** As alterações à IFRS 3 são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A Companhia deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para determinar se determinadas ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes da data de vigência da referida revisão; **b) Impostos de renda (IR) nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16):** A partir de 1º de junho de 2020, a IFRS 16 foi alterada para fornecer um expediente público para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia do COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições: a) a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revisada para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração; b) qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumprido está condição se resultarem em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendessem após 30 de junho de 2021); c) não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento. As concessões de aluguel que satisfizerem esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação. A Companhia não adotou o expediente prático, não havendo impacto nas demonstrações financeiras. **3.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020: a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção dessa norma. **b) Outras normas:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: a) Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação de resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes de imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1/01/2022; b) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efeitos alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a remoção de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspecto de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022; c) Alteração na norma IFRS 3 - inicial, alinhamento conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; d) Alteração na norma IFRS 17 - inicial esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em/ou após 01/01/2023; e) Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; f) Alteração nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7 e IFRS 16 (Reforma da Taxa de Juros de Referência - IBOR "fase 2") - As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, e esclarecem aspectos referentes a definição da taxa de juros. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo, com liquidez imediata, com vencimentos originais em até três anos, indexadas ao CDI e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDBs com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 95% a 100,8% do CDI. **3.4. Ativo financeiro:** Em medição posterior do semestre de 2015 iniciou se a construção de novos complexos hospitalares, os gastos incorridos da fase de construção, abrangem: • Elaboração da fase dos projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do complexo hospitalar; • Construção e implantação do complexo hospitalar; • Fornecimento, instalação, consionamento, dos equipamentos médicos hospitalares, e dos mobiliários necessários ao complexo hospitalar. As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 quando se constatam que estão de acordo com os termos dos contratos de concessão. O respectivo ativo está classificado como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da autoridade concedente. Nesse contexto, atendendo ao disposto ICPC 01, estão sendo registrados na conta do ativo financeiro em formação, gastos incorridos que podem ser remunerados com segurança. Em março de 2018 atividades do termo de aditivamento, a Companhia transferiu a Secretaria do Estado de Saúde o complexo hospitalar de São José dos Campos, sendo assim os saldos das contas de "Ativo financeiro em formação" deduzindo do saldo da conta de "Adiantamento de clientes" foram reclassificados para a conta de "Ativo financeiro de concessão". Os saldos remanescentes desta conta, referem-se à construção do Hospital Centro de Referência e Saúde da Mulher. **3.5. Contas a receber:** O Contas a receber está constituído pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza" que estão em sua totalidade relacionadas a indicadores de desempenho previstos no Contrato de Concessão. A Companhia possui um Sistema de acompanhamento sistêmico de indicadores com alertas/ações internas e avaliados pelo poder concedente através de Verificador independente. **3.6. Impostos e Contribuições:** Os impostos e contribuições a compensar são constituídos por créditos de pagamento a maior de impostos federais e saldos negativos de IRPJ e CSLL. **3.7. Adiantamento:** Adiantamentos são registrados no ativo circulante e correspondem aos valores pagos ao fornecedor, para execução da construção de Complexo Hospitalar, bens ou serviços que não compõe o custo dos serviços a serem prestados ao cliente. **3.8. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de seis um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.9 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor pode ser estimado de maneira confiável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa a qual reflita as avaliações atuais de mercado de valor do dinheiro no tempo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Os passivos contingentes significativos de natureza provável estão devidamente registrados na nota 17.1 e os que são avaliados por nossa assessoria jurídica como perdas remotas não são provisionados nem divulgados. **3.10. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha

Demonstrações do fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social	23.072	7.344
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades gerados pelas atividades operacionais		
Margem na construção	(14.045)	(2.710)
Despesas gerais e administrativas	293	2
Encargos sobre empréstimos	4.294	12.063
Receitas financeiras	(27.348)	(24.566)
Reequilíbrio financeiro	(7.152)	–
Provisões	3.500	3.311
Variação Receita diferida	(116)	(116)
Apropriação dos impostos diferidos (PIS COFINS)	4.755	917
	(12.747)	**(3.754)**
Variações em saldos de ativos e passivos		
Ativo financeiro de concessão	29.509	28.437
Contas a receber de clientes	(301)	(292)
Impostos e contribuições a compensar	276	891
Adiantamentos a fornecedores	(1.206)	(8.471)
Outras contas a receber	313	9
Fornecedores	7.341	(1.563)
Obrigações e encargos trabalhistas	220	192
Obrigações tributárias	253	(33)
Adiantamento de clientes	55.080	8.579
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**19.738**	**23.125**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições do ativo financeiro em formação	(113.121)	(20.195)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(113.121)**	**(20.195)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com terceiros		
Captação/pagamento de empréstimo e financiamento	(336)	(2.804)
Captação de Mútuo com partes relacionadas	40.124	–
Caixa proveniente/utilizado nas atividades de financiamento com terceiros	**39.788**	**(2.804)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com acionistas		
Capital social	8.223	–
Contas-correntes com partes relacionadas	(345)	345
Dividendos	–	(4.000)
Caixa proveniente/utilizado nas atividades de financiamento com acionistas	**7.878**	**(3.654)**
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	13.283	(2.958)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.922	4.780
No fim do exercício	15.205	1.922
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	13.283	(2.958)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

1.1. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos registrados no Ativo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Imposto fiscal de exercícios anteriores	1.352.948	1.352.948
Prejuízo fiscal do exercício	991	–
Bases temporárias	11.266	4.659
Base ajustada	25.043	17.007
Imposto de renda diferido	6.261	4.251
Contribuição social diferido	2.254	1.531
Imposto de renda e contribuição social registrados no ativo	**8.515**	**5.782**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumuladas e diferenças temporárias são reconhecidos contabilizados levando-se em consideração a análise de lucros tributários futuros, fundamentada em estudos técnicos com base em premissas internas e externas e em ativais cenários macroeconômicos aprovados pela Administração da Companhia. As bases temporárias são constituídas dos valores de provisão para reinvestimentos deduzidos da soma das adições temporárias. Financeiras, das perdas de ativos e provisões para a possível saída de recursos decorrentes da negociação com o fornecedor SPDM Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. **1.2. Imposto de renda diferido no passivo:** Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de R$ 53.423 (R$ 37.732 em 2019), representados por diferenças temporárias, decorrentes da receita total da construção, variações monetárias sobre o ativo financeiro e receitas financeiras de reequilíbrio financeiros. Com base na IN 1700 de 2017 RFB, os valores de Pis/Cofins e IRPJ/CSLL sobre receitas e medição em que a Companhia recebe os pagamentos correspondentes determinados no contrato de concessão.

Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ")

	31/12/2020	31/12/2019
Receita Bruta	11.278	8.586
Variação monetária do ativo financeiro	14.111	10.509
Outras	3.164	–
	28.553	**19.095**
Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")		
Ativo financeiro de concessão	4.060	3.091
Variação monetária do ativo financeiro	5.102	3.783
Outras	1.636	–
	9.769	6.874
Programa de Integração Social ("PIS")		
Ativo financeiro de concessão	2.399	1.747
Variação monetária do ativo financeiro	366	273
Outras	1.066	–
	2.831	2.020
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")		
Ativo financeiro de concessão	11.072	8.061
Variação monetária do ativo financeiro	2.267	1.681
Outras	351	–
	13.690	9.742
Total dos impostos diferidos passivos	**53.423**	**37.732**

Demonstrações do Resultado
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Receitas líquidas	–	166.839	63.994
Custos dos serviços prestados	22	(154.631)	(60.634)
Lucro bruto	21	**12.208**	**3.360**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(8.245)	(7.327)
Outras despesas/receitas operacionais	–	738	–
Lucro/prejuízo antes do resultado financeiro		**4.702**	**(3.967)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24	31.348	24.062
Despesas financeiras	25	(12.978)	(12.751)
		18.369	**11.311**
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição Social		**23.072**	**7.344**
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	16.3	(8.200)	(2.408)
Lucro líquido do exercício		**14.871**	**4.936**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	14.871	4.936
Resultado abrangente do exercício	**14.871**	**4.936**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Locação de Imóvel	Vida útil em anos	Adições	Amortização acumulada	31/12/2020
	6	1.795	(295)	1.463
		1.795	**(295)**	**1.463**

Segue abaixo a movimentação do saldo de arrendamento mercantil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	–
Novos contratos	2.210
Pagamentos - principal	–
Pagamentos - juros	–
Apropriação de encargos financeiros	(345)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.865**

12. Ativo financeiro em formação

Custo incorrido	31/12/2019	Adições	Transferências	31/12/2020
Construções em andamento	22.500	91.818	–	114.368
Margem na construção	3.516	14.045	(206)	17.355
Margem na construção	4.597	7.032	–	11.629
Materiais de construção	1.239	13.311	(415)	14.135
Equipamentos hospitalares	–	961	(961)	–
	31.852	**127.167**	**(1.582)**	**157.487**

O saldo da conta Ativo Financeiro em Formação refere-se a construção do Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher. Com base nos fluxos de caixas projetados, a Companhia aplica o percentual de 11,02% como margem na construção do Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher. Os valores de aquisições e margem da construção relativos ao Hospital Estadual de São José dos Campos no montante de R$ 1.582, foram transferidos para a conta de "Ativo financeiro de concessão" conforme tratados na nota 6. **13. Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES	IPCA +3,17% + 5,40% a.a. (subcrédito A); Selic + 5,40% a.a. (subcrédito B) a Selic 5,30% a.a. (capital de giro)	105.380	101.162
Banco Bradesco S.A. Capital de Giro	CDI + 2,20% a.a.	29.832	30.213
		135.212	**131.309**
Arrendamento Mercantil	Leasing financeiro		
Banco Multiplo	2,58% a.a.	87	436
(-) Ajuste a valor presente		(3)	(352)
		84	419
Circulante		**135.212**	**131.309**
Não circulante		–	84

Conforme cláusula previstas nos contratos de financiamentos firmados junto ao banco BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.

CNPJ nº 20.815.868/0001-57

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.S^s., os Balanços Patrimoniais levantados em 31/12/2020 e 31/12/2019, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se tiverem necessários.

São Paulo, 06 de abril de 2021

A Diretoria

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2019 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.502	7.358
Ativo financeiro de concessão	6	53.085	40.957
Contas a receber	7	14.999	9.143
Impostos e contribuições a compensar		340	331
Adiantamento a fornecedor		679	1.255
Outras contas a receber		71	46
		84.676	**59.090**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	8	14.885	–
Impostos diferidos	13.1	4.858	3.037
Ativo Financeiro de Concessão	6	158.052	158.498
		177.795	**161.535**
Ativo Imobilizado		30	34
Ativo intangível	9.1	1.463	–
		179.288	**161.569**
Total do ativo		**263.964**	**220.659**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Fornecedores	10	13.313	7.921
Empréstimos e financiamentos	11	95.570	84.080
Arrendamento mercantil	9.2	629	–
Obrigações e encargos trabalhistas		1.441	1.126
Obrigações tributárias	12	1.884	1.273
Partes relacionadas	8	136	–
Dividendos		241	131
		113.215	**104.531**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	–	472
Arrendamento mercantil	9.2	1.265	–
Partes relacionadas		–	336
Impostos diferidos	13	55.048	42.620
Provisões	14	7.687	3.737
Receita Diferida	15	3.035	3.236
		67.032	**50.403**
Total do passivo		**180.247**	**154.934**
Patrimônio líquido			
Capital social	16.1	30.457	30.457
Reserva de lucros		53.261	35.268
Total do patrimônio líquido		**83.717**	**65.725**
Total do passivo e patrimônio líquido		**263.964**	**220.659**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado - Exercícios Findos 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Receitas líquidas		59.969	55.461
Custos	18	(49.678)	(52.292)
Lucro bruto	17	**10.291**	**3.169**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(7.729)	(6.471)
Outras receitas/despesas líquidas		1.173	–
Lucro ou prejuízo antes do resultado financeiro		**3.740**	**(3.302)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	41.552	31.280
Despesas financeiras	21	(9.981)	(9.100)
		31.571	**22.180**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**36.911**	**18.878**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.2	(9.067)	(4.670)
Imposto de renda e contribuição social corrente	13.2	(3.742)	(1.072)
Lucro líquido do exercício		**24.102**	**13.136**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado abrangente - Exercícios findos 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado líquido do exercício	24.102	13.136
Resultado abrangente do exercício	**24.102**	**13.136**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2019 e de 2020 (Em milhares de Reais)

	Notas	Capital Social	Reserva de Lucros Reserva Legal	Reserva de Lucros 49.641	Lucros do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2018		**30.457**	**2.640**			**82.738**
Lucro líquido do exercício		–	–	13.136		13.136
Constituição da reserva legal		–	657	(657)		–
Constituição da reserva de lucros		–	–	12.479	(12.479)	–
Dividendos	16.2	–	–	(28.149)	–	(28.149)
Juros sobre capital próprio		–	–	(2.000)	–	(2.000)
Em 31 de dezembro de 2019		**30.457**	**3.297**	**31.971**	–	**65.725**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	24.102	24.102
Constituição da reserva legal		–	1.206	–	(1.206)	–
Constituição da reserva de lucros		–	–	22.896	(22.896)	–
Dividendos	16.2	–	–	(6.110)	–	(6.110)
Em 31 de dezembro de 2020		**30.457**	**4.503**	**48.758**	–	**83.717**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações do Fluxos de Caixa - Exercícios Findos 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.911	18.878
Ajustes para conciliar o resultado ao disponibilidades gerados pelas atividades operacionais		
Margem na construção	(140)	(1.113)
Ganhos sobre empréstimos	2.783	8.505
Depreciações	296	4
Variações Monetárias	(37.799)	(31.983)
Reequilíbrio econômico	(14.541)	–
Apropriação Receitas diferidas	(207)	(207)
Provisões	3.950	3.737
Apropriação dos impostos diferidos (PIS COFINS)		
Impostos no resultado	1.539	518
	(7.208)	**(1.661)**
Variações em saldos de ativos e passivos		
Ativo financeiro de concessão	36.065	34.754
Contas a receber	(378)	(284)
Impostos e contribuições a compensar	–	206
Adiantamentos a fornecedores	574	1.529
Outras contas a receber	(24)	(4)
Fornecedores	5.392	(1.294)
Obrigações e encargos trabalhistas	316	220
Obrigações tributárias	611	47
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.742)	(1.072)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**31.605**	**32.441**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Mútuo concedido	(14.885)	–
Aquisições do ativo financeiro em formação	(752)	(5.986)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	**(15.636)**	**(5.986)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com terceiros		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(1.626)	(3.084)
Caixa proveniente/aplicado nas atividades de financiamento com terceiros	**(1.626)**	**(3.084)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com acionistas		
Contas-correntes com partes relacionadas	(200)	336
Dividendos	(5.998)	(30.537)
Caixa proveniente/aplicado nas atividades de financiamentos com acionistas	**(6.199)**	**(30.201)**
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**8.143**	**(6.830)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	7.358	14.188
No fim do exercício	15.502	7.358
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**8.143**	**(6.830)**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de Sorocaba - SP, constituída em julho de 2014, e tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de Sorocaba. O Governo do Estado de São Paulo, via sua Secretaria de Estado de Saúde, com o interesse em aumentar a oferta de serviços assistenciais de saúde prestados à população, identificou especialidades ainda não supridas pelo Poder Público. Diante disso, transferiu à iniciativa privada a construção de novos Complexos Hospitalares, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, bem como a prestação dos serviços "Bata Cinza", visando aprimorar a gestão administrativa e melhorando o atendimento e a oferta de serviços e, nesse contexto, a opção que melhor se adequava aos interesses do Estado de São Paulo e ao interesse público foi a contratação de Parceria Público-Privada, no modelo de Concessão Administrativa. O Consórcio Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo autorizou a contratação desta Concessão Administrativa, aprovando sua modelagem e incluindo o projeto no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo, em ato publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 17 de outubro de 2014 - Poder Executivo - Seção I - página 5. O Objeto do Contrato de Concessão Administrativa do Serviço "Bata Cinza" no Complexo Hospitalar é a realização das obras e investimentos para a construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, nos termos das disposições do Contrato, assim resumido: I. Elaboração do Projeto dos projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Complexo Hospitalar, objeto do Contrato; II. Construção e implantação do Complexo Hospitalar; III. Fornecimento, instalação, comissionamento, atualização e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares necessários ao Complexo Hospitalar objeto do Contrato; IV. Fornecimento, instalação, atualização e manutenção dos mobiliários necessários ao funcionamento do Complexo Hospitalar objeto do Contrato; e V. Prestação dos Serviços "Bata Cinza"; VI. Obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto do Contrato. O prazo desta Concessão Administrativa será de 20 (vinte) anos, contados a partir da assinatura em 01 de setembro de 2015 do Termo de Transferência Inicial, podendo ser prorrogado pelo mesmo período mediante justificativa apresentada pelo Poder concedente. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação:** As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 29 de março de 2021. Em conformidade com a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiro de Propósito Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. **3. Principais práticas contábeis adotadas: 3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020: a) Definição de um negócio (alterações a IFRS 3):** As alterações a IFRS 3 são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A Companhia deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorrerem em ou após 1º de janeiro de 2020 para determinar se deveriam ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições de negócios ocorridas antes da data de vigência da referida revisão; **b) Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16):** A partir de 1º de junho de 2020, a IFRS 16 foi alterada para fornecer um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia da COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições: a) a alteração no(s) pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração; b) qualquer redução nos pagamentos do arrendamento afeta apenas os pagamentos devidos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumprirá na esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de o arrendamento aumentarão após que se estenderem após 30 de junho de 2021); c) não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento. As concessões de aluguel que satisfazem esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático; o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação. A Companhia não adotou o expediente prático, não havendo impacto nas demonstrações financeiras. **3.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020: a) Contratos onerosos - Custos de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações foram aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. **b) Outras normas:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: a) Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes de imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando emiou após 1/01/2022; b) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério de teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando emiou após 1/01/2022; c) Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; d) Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos específicos a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e) Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; f) Alteração nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7 e IFRS 16 (Reforma da Taxa de Juros de Referência - IBOR "fase 2"). As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, e esclarecem aspectos referentes a definição da taxa de juros. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo, com liquidez imediata, com vencimentos originais em até três anos, indexadas ao CDI e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e são mantidas com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. As aplicações financeiras foram substanciadas por aplicações em CDBs com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 90% a 100,8% do CDI. **3.4. Ativo financeiro de concessão:** As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 quando se consideram que estão de acordo com os termos do contrato de concessão, o respectivo ativo está classificado como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da autoridade concedente. Nesse contexto, atendendo ao disposto ICPC 01, foram registrados na conta do ativo financeiro em formação gastos incorridos que podem ser mensurados com segurança. Em março de 2018 através do termo de aditivado, a Companhia transferiu a Secretaria de Estado de Saúde a propriedade sobre parte dos ativos, bem como, parte dos valores de "Ativo financeiro em formação" deduzindo de saldo da conta de "Adiantamento de clientes" foram reclassificados para a conta de "Ativo financeiro de concessão. **3.5. Contas a receber:** O Contas a receber está constituído pelos contraprestações variáveis de serviços "bata cinza" que estão em sua totalidade relacionados a indicadores de desempenho previstos no Contrato de Concessão. A Companhia possui um Sistema de acompanhamento sistêmico de indicadores em alertíricos mensais e realizados pelo poder concedente através de Verificador independente. **3.6. Impostos e contribuições:** Os impostos e contribuições a compensar são constituídos por créditos de pagamento a maior de impostos federais e saldo negativo de IPJ e CSLL. **3.7. Adiantamento a fornecedor:** Adiantamentos estão demonstrados ao custo e correspondem aos valores pagos ao fornecedor, para execução da construção de Complexo Hospitalar, bens ou serviços ainda não recebidos, mas já contratados e prestados ao cliente. **3.8. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.9. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **3.10. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia possua um direito incondicional de adiar a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.11. Contratos de arrendamento:** Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente retidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como direito de uso no ativo financeiro em contrapartida, a uma conta de passivo circulante e não circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com o prazo do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. **3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de Renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. O encargo de Imposto de Renda e contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribução Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e a Contribução Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O Imposto de Renda e a Contribução Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **3.13. Capital social:** Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. **3.14. Apurações de resultado:** A receita de construção foi reconhecida considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do ativo financeiro. As receitas e despesas de construção tem como contrapartida o ativo financeiro, tendo em vista o direito incondicional de receber caixa por direito contratual. A receita de concessão é constituída pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza". As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica "Receitas/Despesas financeiras". **3.15. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. **4.2. Risco de mercado: (i) Risco cambial:** Considerando praticamente nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira, bem como não possuir dependência significativa de matérias importados para cumprimento dos contratos de construção. Adicionalmente, a Companhia não possui contratos de construção indexados em moeda estrangeira. **(ii) Risco de taxas de juros:** As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras e empréstimos estão expostas na Nota 5. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de maneira dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, a Companhia define uma margem razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. **4.3. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **4.4. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia quanto a gestão de capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios aos outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **5. Caixa e equivalentes de caixa:**

	31/12/2019	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	63	51
Aplicações Financeiras		
Banco do Brasil S.A.	–	–
Banco Bradesco S.A.	15.439	7.307
	15.502	7.358

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em operações com compromissos de recompra e rendem juros que variam entre 95% e 100,8% do CDI. **6. Ativo financeiro de concessão:** O saldo representa a infraestrutura da concessão e corresponde ao direito estabelecido pelo Contrato de Concessão. Administrativa de receber caixa através da contraprestação mensal fixa, conforme demonstrativo a seguir:

	31/12/2019	Movimentações	31/12/2020
Transferência ativo financeiro em formação	372.035	11.343	383.377
Variação monetária sobre ativo financeiro	77.361	36.404	113.765
Recebimentos de aportes	(192.489)	–	(192.489)
Recebimentos Contraprestação fixa	(67.452)	(36.065)	(103.517)
	195.455	**11.681**	**211.136**

O Ativo financeiro é remunerado pela TIR a uma taxa de 1,44% a.m. e seu reconhecimento é realizado mensalmente na demonstração do resultado na linha receitas financeiras.

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Financeiro de concessão	211.137	199.455
	211.137	**199.455**
Circulante	53.085	40.957
Não circulante	158.052	158.498

7. Contas a receber:

	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber		
Parcela variável	9.526	9.152
Remuneração sobre atraso	5.477	–
Receita Acessória	19	29
Direito de exploração	24	(38)
	14.999	**9.143**

A linha "Direito de Exploração" refere-se à participação da Secretaria do Estado de Saúde de 25% sobre o valor bruto das receitas acessórias. A linha "Remuneração sobre Atraso "refere-se à saldo a receber de atualização monetária e juros incidente sobre o inadimplemento no pagamento das parcelas de Aporte Público e Contraprestações Mensais pelo Poder Concedente a Companhia. Decorrido os prazos de recebimento estabelecido em contrato aplica-se multa pecuniária de 2% e acréscimo de juros de mora correspondente à variação pro rata die da taxa SELIC. **8. Partes relacionadas: A** Companhia celebrou contrato de mútuo com a Inova Saúde São Paulo SPE S.A. no valor de R$ 14.885. O montante mencionado com base nos índices dos pós-fixados pela variação integral do CDI, acrescidos de juros na razão de 0,35% ao mês e IOF. A Companhia também possui com a Controladora, contrato de subarrendamento de imóvel e despesas administrativas inerentes ao uso do espaço. Os valores estão apresentados na nota 9 - Ativo intangível e arrendamento mercantil. **9. Ativo intangível e arrendamento mercantil:** Em 01 de janeiro de 2019 entrou em vigor CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil a Companhia reconheceu o contrato de subarrendamento celebrado com a Companhia Inova Saúde CCPS Empresarial e Comércio S.A. Os registros foram realizados nas contas de Ativo Não Circulante "Intangível" em contrapartida do Passivo Circulante e Não Circulante "Arrendamento mercantil". Cada pagamento efetuado é baixado do passivo circulante e o custo financeiro alocado no resultado em despesas financeiras. A Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento mercantil a taxa de 0,7588% a.m. O direito de uso do intangível é amortizado pelo método linear considerando o prazo executável do contrato, lançado na demonstração do resultado como "Amortização".

9.1 Direito de uso:	Vida útil em anos	Adições	Amortização acumulada	31/12/2020
Locação de Imóvel	1.758	1.758	(295)	1.463
	1.758	1.758	(295)	1.463

9.2 Arrendamento mercantil:	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	629	–
Não Circulante	1.265	–
	1.894	–
Saldo inicial	–	–
Segue abaixo a movimentação do saldo de arrendamento mercantil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:	2.232	–
Saldo em 31 de dezembro de 2019	–	–
Novos contratos	(72)	2.232
Pagamentos - principal	(1.123)	(384)
Pagamentos de juros	(48.906)	(46.306)
Apropriação de encargos financeiros	(752)	(5.986)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(49.678)**	**(52.292)**

Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desse base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar decisões econômicas dos usuários, baseadas nas demonstrações contábeis tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações das demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, incluindo as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2020

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1
Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador - CRC 1 SP 223320/O-3

Responsáveis

Susana Cabarcos Pawletta - Diretora Presidente
Wilson de Brito Malheiros - Diretor Administrativo e Financeiro
Cláudia Cavalcante Braga - Contadora - CRC 1SP 272540/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Inova Sorocaba SPE S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1015563-06.2013.8.26.0020 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó, Estado de São Paulo, Dr(a). Cláudia Barrichello, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) coexecutado WALID SAID GIBAL (Casado, Empresário, RG Y231775-2, CPF 007.896.199-68), que lhe foi proposta uma Execução de Título Extrajudicial por parte do BANCO DO BRASIL S/A, objetivando a cobrança de R$ 44.103,75 (24/07/2013), referente ao Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 40/00362-0 em 01/07/2010. Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, efetue o pagamento da dívida, caso em que os honorários serão reduzidos pela metade; seem o pagamento, proceda-se imediatamente penhora e avaliação de bens; com ou sem penhora, inime-se do prazo de 15 dias para oposição de embargos; no mesmo prazo, reconhecendo seu débito, o devedor poderá depositar 30% do montante do principal e acessórios e requerer pagamento do rest

ECOURBIS AMBIENTAL S.A.

CNPJ N° 07.037.123/0001-46

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração submete à apreciação de V. Sas. as demonstrações contábeis do exercício em 31 de dezembro de 2020, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 26 de março de 2021. **A Administração.**

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

ATIVO	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	89.446	61.507
Aplicações Financeiras Vinculadas	34.269	-
Contas a receber	185.326	91.841
Impostos a recuperar	4.444	7.271
Outros créditos	10.710	11.137
	324.195	171.756
NÃO CIRCULANTE		
Contas a receber	483.437	568.509
Aplicações financeiras vinculadas	18.899	32.355
Outros créditos	7.240	484
Depósitos judiciais	25.810	20.489
	535.386	628.769
Imobilizado	18.713	24.798
Intangível	48	18
	18.761	24.816
	554.147	653.585
TOTAL ATIVO	**878.342**	**825.341**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2020	31/12/2019
ORIGIN.CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	40.938	34.057
Fornecedores	22.480	24.210
Salários e obrigações sociais	29.637	28.618
Obrigações tributárias	22.111	3.949
Tributos diferidos	14.248	18.081
Ônus da concessão	6.597	5.918
Dividendos a pagar	6.354	1.937
Outros contas a pagar	5.158	5.065
	147.523	121.835
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	54.172	26.145
Adiantamento de clientes	201.206	224.185
Tributos diferidos	28.768	27.742
Provisão para contingências	29.740	25.238
Obrigações sociais	33.165	27.742
Outras obrigações	1.793	1.187
	348.774	338.737
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social subscrito	139.420	139.420
(-) Capital a integralizar	(93.428)	(93.428)
Capital social realizado	45.992	45.992
Reservas de lucros	227.273	209.821
Ajustes de valores patrimoniais	108.780	108.918
Total do patrimônio líquido	382.045	364.731
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**878.342**	**825.341**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

	Capital Social		Ajustes de Valores Patrimoniais	Reserva de Lucros			
	Subscrito	A integralizar	Realizado	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	**139.420**	**(93.428)**	**45.992**	**101.013**	**9.728**	**174.100**	**-**	**330.833**
Distribuição de dividendos conforme RCA					(24.668)			(24.668)
Lucro líquido do exercício						58.566		58.566
Ajuste para harmonização de novas normas contábeis			7.905			(7.905)		-
Reserva de retenção de lucros					50.661	(50.661)		-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**139.420**	**(93.428)**	**45.992**	**108.918**	**9.728**	**200.093**	**-**	**364.731**
Distribuição de dividendos conforme RCA					(49.267)			(49.267)
Lucro líquido do exercício						66.581		66.581
Ajuste para harmonização de novas normas contábeis (ICPC 01)				(138)				138
Reserva de retenção de lucros					66.719	(66.719)		-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**139.420**	**(93.428)**	**45.992**	**108.780**	**9.728**	**217.546**	**-**	**382.045**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

	31/12/2020	31/12/2019
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**66.581**	**58.566**
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	**66.581**	**58.566**

CONCILIAÇÃO ENTRE AS NOVAS PRÁTICAS CONTÁBEIS (CPC COMPLETOS) E AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ANTERIORES (BR-GAAP)

Na preparação das demonstrações do Balanço Patrimonial de abertura, a Administração ajustou e reclassificou certos valores contábeis entre as novas práticas contábeis aplicados o ICPC – 01 (Contratos de Concessão), com as práticas anteriores.

Conciliação BR GAAP - CPC Completos — **Em 31 de dezembro de 2020**

Contas	Item	BR GAAP	Efeito da aplicação IFRS	CPC Completos
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa		89.446	-	89.446
Aplicações financeiras vinculadas		34.269	-	34.269
Contas a receber		101.591	**83.735**	185.326
Impostos a recuperar		4.444	-	4.444
Outros créditos		10.710	-	10.710
		240.460	**83.735**	324.195
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Contas a receber	(a)	**483.437**	-	483.437
Aplicações financeiras vinculadas		18.899	-	18.899
Outros créditos		365	**6.875**	7.240
Depósitos judiciais		25.810	-	25.810
		45.074	**490.312**	535.386
Imobilizado	(b)	228.759	**(210.046)**	18.713
Intangível	(c)	2.280	**(2.232)**	48
		231.039	**(212.278)**	18.761
TOTAL ATIVO		516.573	**361.769**	**878.342**
Conciliação BR GAAP - CPC Completos		**Em 31 de dezembro de 2020**		
Contas	Item	BR GAAP	Efeito da aplicação IFRS	CPC Completos
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos		40.938	-	40.938
Fornecedores		22.480	-	22.480
Salários e obrigações sociais		29.637	-	29.637
Obrigações tributárias		22.111	-	22.111
Tributos diferidos		14.248	-	14.248
Ônus da concessão		6.597	-	6.597
Dividendos a pagar		6.354	-	6.354
Outras contas a pagar		5.158	-	5.158
		147.523	-	147.523
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos		54.172	-	54.172
Adiantamento de clientes	(a)	-	**201.206**	201.206
Tributos diferidos	(a)	(2.737)	**31.505**	28.768
Provisão para contingências	(f)	29.740	-	29.740
Obrigações sociais	(d)	8.539	**24.626**	33.165
Outras obrigações		6.071	**(4.348)**	1.723
		95.785	**252.989**	348.774
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social subscrito		139.420	-	139.420
(-) Capital a integralizar		(93.428)	-	(93.428)
Capital social realizado		45.992	-	45.992
Reservas de lucros		227.273	-	227.273
Ajustes de valores patrimoniais	(g)	**108.780**	**108.780**	**108.918**
Total do patrimônio líquido		273.265	**108.780**	382.045
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**516.573**	**361.769**	**878.342**
CONSELHO FISCAL				
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
DIRETORIA				
Renato Alcantara Guimão				
Gerente de Contabilidade - CRC 1SP133123/O-1				

Efeito da aplicação IFRS — **Ajustes de Valores Patrimoniais**

(a) Reclassificação de Receitas de Serviços e Instrumentos Financeiros correspondentes, bem como o Ônus sobre a concessão, nos termos da ICPC 01 – Contratos de Concessão, correspondente à IFRIC 12; **(b)** Reclassificação do Imobilizado e Custos dos Serviços Prestados – ICPC 01; **(c)** Reclassificação de Intangíveis – ICPC 01; **(d)** Reconhecimento dos gastos de rescisão de pessoal de acordo com o princípio da competência – CPC 00; **(e)** Reclassificação de tributos diferidos em função da mudança de critério contábil para reconhecimento e mensuração das receitas e custos do contrato de concessão – ICPC 01; **(f)** Reconhecimento de contingência de acordo com o princípio da competência – CPC 00; **(g)** Nos termos do CPC 37 a conta de ajustes patrimoniais deve ser reclassificada – As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outro auditor independente, cujo relatório, datado de 24 de março de 2020 apresentou opinião sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante das demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em respostas a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia não mais operar de forma contínua; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, bem como das eventuais deficiências nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2021

Régis Eduardo Baptista dos Santos — CT CRC 1SP-255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes — CRC 2SP-025.583/O-1

As Demonstrações Contábeis na integra, auditadas pela Grant Thornton Brasil encontram-se à disposição dos interessados na sede da sociedade.

A ADMINISTRAÇÃO

Cyrela Sul 003 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ nº 27.533.243/0001-14 - NIRE nº 35.229.913.589

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, hora, local: 02.02.2021, às 10hs., na sede, Rua do Rócio, 109, 3º andar, Sala 01 - Parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Celso Antonio Alves, Sigrid Amantino Barcelos,** para secretariá-lo. **Deliberações Aprovadas:** Redução do capital social em R$ 5.000.000,00, por serem considerados excessivos nos termos do artigo 1.082, II do Código Civil, passando de R$ 17.129.566,00 **para** R$ 12.129.566,00, dividido em 12.129.566, quotas com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, com o cancelamento de 5.000.000 de quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, sendo 4.625.000 quotas de propriedade da sócia **Goldzstein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda.** e 375.000 quotas da **Jasper Empreendimentos Imobiliários - EIRELI**. Autorizar os administradores a assinar os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 02.02.2021. Sócio: **Goldzstein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda**. Celso Antonio Alves e Sigrid Amantino Barcelos - Procuradores, **Jasper Empreendimentos Imobiliários - EIRELI**. Fernando Goldzstein - Administrador

Sequoia Logística e Transportes S.A.

CNPJ/ME nº 01.599.101/0001-93 - NIRE nº 35.300.501.497

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração

Realizada no dia 31/03/2021, às 08h, na sede social. **Convocação e Presença:** presença da totalidade. **Mesa:** A Presidente pelo presidente Sr. Gregory Louis Reider e secretariada pelo Sr. Armando Marchesan Neto. **Deliberações:** APROVADAS por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições os seguintes assuntos: • em decorrência dos exercícios de opções de compra de ações da Companhia, observado o limite do capital autorizado da Companhia, que perfaz o montante de R$ 3.000.000.000,00, o aumento do capital social da Companhia, mediante subscrição particular em moeda corrente, por meio da emissão de 2.096.234 ações ordinárias, ao preço atualizado de emissão de R$2,15414 por ação, fazendo com que o capital seja de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão) dividido em 1.000.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sujeitas ao Primeiro Plano - Em virtude da deliberação acima, houve o aumento do capital social da Companhia, no montante de R$ 4.515.581,51 um mais e cinquenta e um centavos, de modo que o capital social passará dos atuais R$ 438.049.028,92 **para** R$ 442.558.608,96, dividido em 1.298.245.255 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. • O Conselho de Administração submeterá, oportunamente, à Assembleia Geral da Companhia a proposta de alteração dos artigos 5º, caput, e 6º, caput, do Estatuto Social, a fim de que refletam o novo capital social, o número atualizado de ações ordinárias emitidas e o saldo do capital autorizado. • Autorizar os administradores, desde já, a praticar todos os atos e assinar todos os instrumentos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas, sendo ratificados pelo Conselho de Administração os atos já praticados nesse sentido. **Encerramento:** Nada mais. Entbu das Artes, 31 de março de 2021. **Armando Marchesan Neto** - Secretário.

Bahema Educação S.A. - CNPJ/ME nº 45.987.245/0001-92 - NIRE 35.300.185.366

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ser Realizada em 30/04/2021

A **Bahema Educação S.A.** ("Companhia"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1656, 9º andar, conjunto 94, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 45.987.245/0001-92 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("**LSA**") convocar os senhores acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30/04/2021, às 09:00 horas, de forma presencial na sede da Companhia, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **I - Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório e parecer emitidos pela(s) Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/2020; (ii) deliberar sobre a Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2020; e (iii) deliberar sobre a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social ser encerrado em 31/12/2021. **II - Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Ratificar a celebração, pela Companhia, do Memorando de Entendimentos vinculativo ("Memorando"), celebrado em 13/11/2020 entre a Companhia e as demais acionistas, investidores e debenturistas da Escola Mais Educação S.A. ("Escola Mais") e o consequente aumento de participação, pela Companhia, para até 85,4% (oitenta e cinco por cento e quatro décimos) do capital social da Escola Mais, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 256, da LSA. Informações Gerais: I. Os documentos de que trata o artigo 133 da LSA, referentes ao exercício social findo em 31/12/2020, foram disponibilizados aos acionistas da Companhia nesta data e estão disponíveis para consulta na sede da Companhia, em seu website (www.bahema.com.br) e nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br) e serão publicados nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Jornal O Dia na forma da LSA. Também se encontram disponíveis para consulta na sede da Companhia, em seu website e nos websites da CVM e da B3 a Proposta da Administração ("Proposta") contendo todas as informações relativas às matérias constantes da Ordem do Dia, o boletim de voto a distância ("Boletim"), bem como os demais documentos previstos na Instrução CVM nº 481, de 17/12/2009 ("CVM 481") e informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral. 2. A participação do acionista na Assembleia Geral poderá ser presencial ou via boletim de voto a distância, nos termos deste edital e conforme as instruções detalhadas contidas na Proposta e no próprio Boletim (no caso da participação via Boletim): **(a) Presencial:** O acionista deverá apresentar à Companhia cópia da seguinte documentação: (i) no caso de pessoa física, documento de identificação com foto, Exemplo: RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas; (ii) no caso de pessoa jurídica, documento de identificação com foto do representante legal do acionista, devidamente acompanhado de cópia autenticada ou original do seu ato constitutivo, bem como da documentação de representação societária identificando o representante legal da pessoa jurídica (ata de eleição de diretoria ou de administração); e (iii) no caso de acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento, documento de identificação com foto do representante legal do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor do Fundo de Investimento, conforme o caso), acompanhado de cópia autenticada ou original do Regulamento do Fundo e do Estatuto Social ou do Contrato Social do seu administrador (ou gestor, conforme o caso), juntamente com a documentação de representação societária identificando o representante legal da pessoa jurídica. Para fins de comprovação da titularidade de ações, os acionistas deverão apresentar comprovante emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, expedido com no máximo 3 dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral. A Companhia solicita aos seus acionistas que depositem os mencionados documentos para participação (inclusive o extrato comprovação de posição acionária) na sede da Companhia até da 28/04/2021. Não obstante, nos termos da LCVM 481, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos mencionados acima será o momento do atrasthos dos trabalhos poderá deles participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente. **(b) Boletim de voto a distância:** Os acionistas poderão enviar seus boletins de voto a distância: (i) diretamente à Companhia; (ii) por instruções de preenchimento transmitidas para o seu respectivo agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (iii) por instruções de preenchimento transmitidas para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador. As orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a outorga a distância constam do próprio Boletim, que pode ser acessado nos websites mencionados no item 1 acima. Quando enviado diretamente à Companhia, o Boletim deverá ser acompanhado de cópia de toda a documentação do acionista para participação na Assembleia Geral descritos no item (a) acima, e de quaisquer outras indicadas no próprio Boletim. Em qualquer hipótese, o Boletim deverá ser endereçado pela Companhia em prazo contado e de acordo com o disposto acima em até, no máximo, 7 dias antes da realização da Assembleia Geral, ou seja, até dia 23/04/2021. Eventuais Boletins recepcionados pela Companhia após a referida data serão desconsiderados. 3. O acionista que seja pessoa física que não pude comparecer à Assembleia Geral poderá, nos termos do parágrafo 1º do artigo 126 da LSA, ser representado por procurador, constituído há menos de 1 ano, que seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia. Nesse caso, além dos documentos mencionados no item (a) acima, deverá apresentar o respectivo instrumento de mandato acompanhado do documento de identidade do seu(s) procurador(es) que comparecer(ão) à Assembleia Geral. Da mesma forma, a Companhia solicita que tais documentos também sejam depositados na sede da Companhia até da 28/04/2021. São Paulo, 31/03/2021. Cassio Beld - **Presidente do Conselho de Administração.**

Edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel e de intimação da executada **CARMEM MAGALYLOURENÇO DO POÇO** (CPF nº 402.516.583-30) e seu marido se casada for, bem como do cônjuge de direito e terceiro interessado **FABIO ANTONIO GHILARDI JUNIOR** (CPF nº091.066.168-92). O Dr. Luciano Gonçalves Paes Leme, MM Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional do Tatuapé/SP, na forma da Lei. FAZ SABER, aos que o presente Edital virem, ou lhe for conhecido, que no dia 10/05/2021, às 11:00 horas, será realizada a venda do bem imóvel, vem ou dele conferirem interesse, que, por esse ir. Julgo processam-se os autos da ação de Cumprimento de Sentença, ajuizada por **JACQUELINE LOURENÇO DO POÇO** , Processo nº 0006930-49.2019.8.26.0008, tendo sido designada a venda do bem imóvel descrito, de maneira que nos regras expostas a seguir: **1ª Praça** (quando o bem imóvel será vendido por valor igual ou superior ao de avaliação) será realizado por meio eletrônico, com fulcro nos artigos 886 a 903 do Código de Processo Civil e regulamentado pelo Provimento CSM 1625/2009 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e artigo 250 e seguintes dos normativos de serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio do portal **www.allianceleiloes.com.br**. A Praça 1ª terá início no dia **10/05/2021 às 12:00 horas e término dia 13/05/2021 às 12:00 horas** onde serão acolhes lances de interessados previamente cadastrados no site **www.allianceleiloes.com.br**. Não havendo lance superior ou igual ao valor da avaliação e desde que não se trade de inferior a **60%** (sessenta por cento) do valor da avaliação (atualizada pelos índices adotados pelo TJSP desde o laudo), na forma do art. 13 do provimento CSM 1625/2009 ou de 80% (oitenta por cento) do valor de avaliação atualizada, caso se trate de imóvel de residência, não será aceito em hipótese alguma lance vil, de acordo com o art. 891, § único do Novo CPC. Os leilões serão conduzidos pelo Leiloeiro Público Oficial Sr° Cláudio Sousa dos Santos, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo JUCESP, sob o n° 857. Os lances poderão ser ofertados pela Internet, por meio do site www.allianceleiloes.com.br - Gestor Oficial. Correrão pôr conta do arrematante todas as providências necessárias para a imissão na posse do bem, bem como, as despesas com transferência, incluindo taxas e emolumentos cartorários, exceto débitos fiscais e tributários gerados pelo imóvel, que são rateados no preço da arrematação nos termos do parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional. O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro) horas após o vencimento do pregão/oficina da lance condicional, por meio de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, com a comprovação do efetivo pagamento do valor da arrematação e da comissão será assinado o auto de arrematação, caso não sejam efetuados os depósitos o gestor comunicará, imediatamente, o fato para o Juízo, informando também os nomes imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação judicial, sem prejuízo, se o caso, da aplicação da sanção prevista no art. 695 do CPC. O arrematante deverá pagar ainda a Alienar Leilões Gestor Judicial, no mesmo prazo, a título de comissão, o valor correspondente a **5%** (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem, conforme o disposto expressa do artigo 24, parágrafo único do Decreto-Lei 21.981/32, e art. 17 do Provimento CSM 1.625/2009, por meio de depósito bancário em nome de Cláudio Sousa dos Santos – CPF 073.919.578-60, Banco Bradesco Agência: 0095, Conta Corrente: 171.261-6, não estando a referida comissão incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias a vontade do arrematante e deduzidas as despesas incorridas. Se o leilão for diversos bens, o arrematante deverá, de imediato, pagar o sinal correspondente a 25% do valor do arrematado, em conjunto, Para conferir o original, acesse o site oferecendo para os bens que não tiverem lance, preço igual ao da avaliação e, para os demais, preço igual ao maior lance que, na tentativa de arrematação individualizada, tenha sido oferecido para ele. **Descrição do bem: Um prédio e seu respectivo terreno**, situado à Rua Francisco de Paula Camargo, parte do lote 05 da quadra 05, Jardim Haya do Carrão no Tatuapé, medindo 5,00mts de frente, por 25,00mts da frente ao fundos, de ambos os lados os lados, tendo nos fundos a mesma largura da frente, encerrando a área total de 125,00m², confrontando de quem da rua olha para o imóvel, do lado esquerdo com o lote 4, do lado direito com o remanescente do lote 5 da quadra 05, onde está edificado o prédio sin da mesma rua, de propriedade de Clovis da Costa Pinto, e nos fundos com propriedade de Janaes Mido. Conforme Av. 4/57.137 o prédio objeto desta matrícula, tem atualmente o **número 950 da Rua Jorge Ogushi**. Contribuinte nº 116.235.0097-3. Objeto da matrícula 57.137 do 9º CRI/SP. **Avaliação R$ 520.000,00** Base (10/2020), valor que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária TJSP, item 35.5.7.137 perfeito e acabado. **Do Pagamento Parcelado** – Os interessados poderão apresentar proposta de pagamento parcelado, encaminhando parecer por escrito para o e-mail: claudio@allianceleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). A apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC) e concorrerá com os demais lances. Se a proposta for considerada, ainda que mais vantajosa,

Yamaha conquista segunda vitória no Catar, mas Ducati lidera campeonato

Por Járcio Baldi

Estava desenhada uma vitória da Ducati na segunda prova da temporada que foi realizada no Catar. A fábrica italiana havia obtido a pole, além de colocar quatro motos entre os seis primeiros do grid, mas novamente a Yamaha surpreendeu e conquistou a vitória, dessa vez com Fabio Quartararo. O pódio foi completado por Zarco e Jorge Martin, que obteve a pole e o pódio já em sua segunda aparição na categoria. Desde o início sabíamos que a prova seria decidida apenas no final. Quartararo soube superar as vermelhas e abrir uma vantagem no final para que não pudesse ser pego na reta final, já que a potência dos motores Ducati eram muito superiores. "Dessa vez aprendi a lição da corrida passada e soube controlar melhor o desgaste de pneus. Esse ano estou mais tranquilo em relação à temporada passada e também não penso no título", disse o vencedor.

Com Quartararo e Zarco, essa foi a primeira vez que dois franceses estiveram juntos no pódio da classe principal do motociclismo, e Zarco tornou-se o primeiro dessa nacionalidade a conquistar 50 pódios, além de liderar o campeonato. "Ainda podemos melhorar. O ambiente na equipe é ótimo e temos a mesma moto de fábrica, mas com menos pressão que os pilotos da equipe oficial".

Foto: Motopg

Rins *não conseguiu acompanhar as Ducatis*

Após as duas provas, Zarco mostrou, até o momento, ser o piloto mais constante. Seu companheiro Jorge Martin, apesar de estreante na categoria mostrou muita maturidade ao liderar a prova até quatro voltas do final quando foi ultrapassado por Quartararo. O espanhol declarou que o relacionamento entre ele e Zarco é muito bom e que só não tentou voltar à segunda posição na última curva porque era seu companheiro de equipe.

Se de um lado na equipe oficial Yamaha era só festa, já na equipe satélite Petronas era pura desilusão. Rossi e Morbidelli tiveram um péssimo final de semana. O eneacampeão está tendo seu pior início de temporada dos últimos 21 anos. 12º semana passada e 16º no domingo. "Para a Europa não sei o que esperar, é difícil. Todos estão num ritmo forte, será complicado. Tivemos problemas, mas ainda podemos trabalhar e melhorar, além do que lá existem circuitos que me sinto bem. Espero poder estar mais forte", explicou. Já Morbidelli afirmou: "Foram dias difíceis, pouco compreendemos nesses 9 dias. Fomos muito rápidos em algumas sessões e muito lentos em outras. Vou conversar sobre isso com a equipe, mas minha ideia é iniciar de uma folha em branco, começar de como terminamos 2020", referindo-se ao final da temporada passada onde obteve vitórias e o vice-campeonato.

A Honda continua órfã de seu principal piloto, Marc Márquez. A melhor qualificação foi a de Pol Espargaró na 13ª posição. Na próxima segunda-feira a equipe médica fará uma nova avaliação em Márquez, dizendo se ele estará ou não apto a retornar ao Mundial.

A sensação do final de semana ficou por conta de outro estreante, mas na categoria Moto3. O espanhol, Pedro Acosta, de apenas 16 anos, largou dos boxes com sete segundos de desvantagem em relação ao pelotão e venceu a prova. Uma recuperação incrível e jamais vista na categoria. A próxima etapa acontece dia 18 abril em Portimão, Portugal.

FIA F-3: Caio Collet quebra recorde da pista e lidera testes no Red Bull Ring

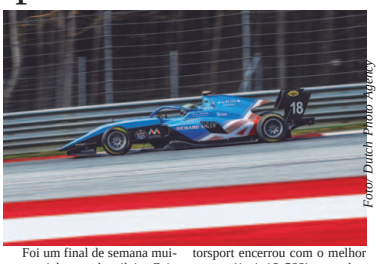


Foto: Dutch Photo Agency

Foi um final de semana muito especial para o brasileiro Caio Collet, que completou no sábado 19 anos e iniciou um novo capítulo em sua carreira com os primeiros testes como piloto oficial da FIA F-3. Após as sessões de sábado e domingo (3 e 4), o piloto da equipe MP Motorsport encerrou com o melhor tempo (1min18s592) e estabeleceu um novo recorde com o carro da categoria no circuito Red Bull Ring, em Spielberg, na Áustria.

Trinta carros estiveram em ação no primeiro teste coletivo de 2021. Único brasileiro na categoria, Collet iniciou a sessão de sábado pela manhã com o segundo melhor tempo. À tarde, finalizou em 10º.

No domingo, o brasileiro ficou em 10º pela manhã e, à tarde, registrou a melhor marca dos dois dias e o novo recorde. No total, Collet completou 171 voltas e deixou a pista satisfeito, mas consciente de que é só o início do trabalho.

"Os dois dias de testes foram muito bons. O mais importante foi que eu consegui trabalhar muito bem com a equipe e com o meu engenheiro. Acho que conseguimos ter uma boa relação logo de cara e começar com o pé direito. E isso vai ser muito importante para a temporada", destacou o brasileiro, que é integrante da Alpine Academy.

"Fui um dos pilotos que mais andou, foram muitas voltas, então o resultado foi bem positivo, mas teste é teste. Lógico que é bom ver seu nome em primeiro, mas temos de manter nossos pés no chão. É só o início e vamos continuar trabalhando bastante para os próximos testes em Barcelona, daqui a duas semanas", finalizou Collet.

Os testes em Barcelona, na Espanha, estão agendados para os dias 21 e 22 deste mês. A temporada terá início no circuito espanhol, nos dias 6 e 8 de maio.

Logo após a etapa inaugural, entre 12 e 13 de maio, os pilotos terão mais dois dias de treinos em Jerez de la Frontera, também na Espanha.

A temporada 2021 da FIA F-3 terá sete finais de semana em rodada tripla, totalizando 21 corridas. As etapas serão sempre preliminares da Fórmula 1, o que faz da competição uma grande vitrine para os jovens e talentosos pilotos.

"Invasão" de bikes nos fins de semana ressalta importância das ciclofaixas temporárias

A suspensão das ciclofaixas temporárias de lazer na capital paulista e em municípios da Grande São Paulo teve seus primeiros grandes testes nos últimos dois finais de semana. Pela determinação de muitas prefeituras, as ciclofaixas não poderão ser ativadas a partir do dia 28 de março e até que termine a fase emergencial. Isso, entretanto, não intimidou os usuários, que foram aos milhares às ruas das cidades nos dias no início do decreto e no domingo de Páscoa (4 de abril).

Considerado o principal meio de transporte frente à pandemia, tendo sido eleito pela OMS como o mais seguro por permitir a mobilidade e evitar aglomerações, a bike é a alternativa de muitos para escapar dos perigos do excesso de pessoas no transporte público, bem como para a prática esportiva, importante para aumentar a imunidade e também para sair da rotina da pandemia. Diante deste cenário, a ida às ruas seria inevitável.

O grande volume de pessoas deixou claro também que a ativação das ciclofaixas mostra-se necessária, pois permite a organização do processo e evita inúmeros acidentes. Com a falta de um lugar especifico, corredores, caminhantes, carros (especialmente onde não há ciclovias) e bikes acabam dividindo espaço, aumentando o risco de contaminação e acidentes. Foi comum no domingo presenciar essa disputa.

A Federação Paulista de Ciclismo apoia a ativação das ciclofaixas. "O mundo inteiro indica a prática do ato de pedalar para qualquer situação. É muito importante a bicicleta, e a falta da ciclofaixa temporária causa maior tumulto, pois acaba a organização e coloca em risco as pessoas. Temos de pensar na segurança de todos e isso deve vir em primeiro lugar, sempre levando em conta que os protocolos de segurança, como usar máscara e evitar aglomeração, devam ser respeitados", destaca José Claudio dos Santos, presidente da Federação Paulista de Ciclismo.

Outro ponto importante diz respeito ao impacto econômico que a proibição acarreta. Afinal, são cerca de 800 colaboradores (bandeirinhas, motorista e apoio ao trânsito) que, neste fim de semana, perderam a ajuda de custo. Neste momento delicado que o país atravessa, não contar com a única fonte de renda possível. Sem contar, que desafiar o trânsito para pedalar sem o apoio desses colaboradores é ainda mais arriscado.

"Queremos apenas que os governantes percebem a importância das ciclofaixas de lazer temporárias, pois são importantes em um momento complicado e que exige bastante compreensão de todos", encerra o presidente da FPCiclismo.

CNK reúne profissionais de importantes áreas do kartismo e cria time de trabalho permanente

Comissão Nacional de Kart terá piloto, chefe de equipe e mecânico, promotor de eventos e um especialista na parte de regulamentos e normas em sua nova formação. Órgão também contará com equipe de trabalho permanente, visando um profissionalismo ainda maior na organização de seus campeonatos

Foto: Bruno Gocski

A Comissão Nacional de Kart (CNK), há dois meses sob o comando de Rubens Carcasci, vem avaliando projetos e medidas em andamento, além de buscar novas alternativas para o fortalecimento e crescimento do kartismo no país.

Para atingir esses objetivos e fazendo jus ao nome do órgão, Carcasci formou uma comissão atuante e que tem se reunido virtualmente, debatendo questões importantes do esporte dentro e fora das pistas. Além do presidente da CNK, o grupo é formado pelo piloto Rodrigo Piquet, pelo chefe de equipe Nilton Amaral (New), o promotor de eventos Marcelo Motta e o engenheiro Ricardo Molina.

"O Giovanni (Guerra) me deu carta branca para a criação desta comissão e meu objetivo foi contar com representantes dos segmentos mais importantes do kartismo. Desde piloto, chefe de equipe e mecânico, além de promotor de eventos e um especialista na parte de regulamentos e normas", explicou Carcasci, que assumiu a CNK, após a eleição de Guerra à presidência da Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA) em janeiro.

"Escolhi profissionais com muita experiência em suas áreas, que têm credibilidade no meio e possuem o perfil de ouvir, ponderar, discutir e avaliar, o que é muito importante para o desenvolvimento de trabalho em equipe", continuou o presidente da CNK.

"Em virtude da pandemia, nossos encontros têm acontecido de forma virtual, mas temos conseguido avançar com as mudanças que entendemos necessárias, debater o que já consideramos bom e deve ser mantido ou apenas aprimorado em alguns pontos. Tem sido um debate com muitas trocas de experiências e onde tentamos chegar num consenso que visa o bem do kartismo, o que temos conseguido regularmente", comentou Carcasci.

Para o presidente da CBA, a iniciativa fortalece ainda mais o kartismo no Brasil. "Entendo que uma comissão como a CNK não pode ficar sob a responsabilidade de uma única pessoa. As coisas são muito dinâmicas no kartismo e exigem constante atualização. Quanto mais especialistas estiverem contribuindo com suas experiências, mais fortalecida se torna a modalidade. O Binho tem esta mesma visão, colocou em prática e, hoje, a CNK tem o dinamismo e profissionalismo que o kart em todo o Brasil precisa, merece e exige da CBA", ressaltou Guerra.

Além da comissão, a nova CNK também estruturou uma equipe de trabalho permanente e conta ainda com colaboradores regionais. "É algo novo dentro da CBA, mas entendemos que era necessária esta estrutura para desenvolvermos um trabalho profissional, onde a instituição possa ter em mãos todo o processo. Principalmente no que diz respeito ao kart, já que a CBA também é promotora e organizadora de eventos, como a Copa Brasil e o Campeonato Brasileiro. São dois eventos grandes e que demandam muita força de trabalho, tempo e dedicação", lembrou.

A equipe de trabalho tem a participação de Ricardo Molina, responsável pelo planejamento e execução da parte técnica, incluindo homologações de equipamentos; e de Jéssica Nakagome, profissional com muita experiência na área de planejamento e organização de eventos. Roberto Guimarães Pessoa Junior (Juca) coordena as ações da CNK na região Norte / Nordeste.

Devido a alta demanda na área de comunicação, já que os eventos de kart nacionais são organizados pela CNK/CBA, o órgão também possui assessoria exclusiva, a cargo da jornalista Fernanda Gonçalves, para o atendimento à imprensa, sugestões de pautas, envio de press releases e comunicados, e criação de conteúdo.

A Copa Brasil de Kart está agendada entre os dias 21 e 30 de julho no kartódromo Luigi Borghesi, em Londrina (PR). O Campeonato Brasileiro de Kart acontecerá de 6 a 18 de dezembro no kartódromo Beto Carrero, em Penha (SC). **Para mais informações, acesse www.cba.org.br**